

**Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia**

LUÍS HENRIQUE DE OLIVEIRA DALÓ

**A Escrita dos estados-limite
como um recurso de ampliação da escuta psicanalítica**

**São Paulo
2012**

LUÍS HENRIQUE DE OLIVEIRA DALÓ

**A ESCRITA DOS ESTADOS-LIMITE
COMO UM RECURSO DE AMPLIAÇÃO DA ESCUTA PSICANALÍTICA**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Loffredo

São Paulo

2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Daló, Luís Henrique de Oliveira.

A escrita dos estados-limite como um recurso de ampliação da escuta psicanalítica. / Luís Henrique de Oliveira Daló; orientadora Ana Maria Loffredo. – São Paulo, 2012.

135f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Freud, Sigmund, 1856-1939 3. Metapsicologia
4. Estados-limite 5. Casos-limite 6. Escrita Psicanalítica I. Título

DALÓ, Luís Henrique de Oliveira. **A escrita dos estados-limite como um recurso de ampliação da escuta psicanalítica.** Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em: ___/___/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha filha, Chloé, cuja chegada em minha vida
neste momento me enche de surpresa e alegria.

Ao querido João Frayze, pelos anos de supervisão,
rica experiência onde minha escuta clínica tem raiz.

AGRADECIMENTOS

O momento da finalização deste trabalho é também de expressão da minha gratidão, que encontra alguns destinatários em especial:

À Ana Maria Loffredo, agradeço pela orientação minuciosa e precisa, por me ajudar a reconhecer os pontos interessantes e nodais do texto para aprofundá-los; pela imprescindível companhia afetuosa nesse percurso.

Ao Daniel Delouya, pelo rico aprendizado que tive nos tempos do grupo de estudos na São Marcos, onde tive um contato mais profundo com a maioria dos autores fundamentais para esta dissertação; pelos diversos bons momentos de interlocução e aprendizado, incluído o exame de qualificação.

Ao Nelson Coelho Jr., pelas disciplinas oferecidas durante o percurso do mestrado, que foram cruciais para as escolhas e o resultado deste percurso; pelas contribuições no exame de qualificação e pela abertura a essa interlocução recente, que enriqueceu e está presente em meu trabalho.

Aos colegas e amigos do grupo de orientação – Débora Moraes, Ricardo Gomides, Juliano Cedaro, Joana S. Primo, Ana Cristina Camargo, Carolina Garcia –, pelas leituras e valiosos pontos de vista que contribuíram em diversos momentos deste trabalho.

Aos meus pais, Domenico e Heloísa, e à minha irmã, Renata, pela querida presença em minha vida desde meu começo.

Aos queridos Florentino, Helenice, Pedro e Júlia, por serem presentes em minha vida há tanto tempo, e por me terem dado a carinhosa acolhida em um dos momentos mais importantes de minha vida, certamente o mais difícil, a partir de onde comecei minha profissão.

À Cecília Orsini, pelos vivos anos de análise, por haver me ajudado a me recriar.

À Paula, pelo amor que vivemos e por tudo o que estamos construindo; pela força e carinho na reta final deste trabalho.

À Graziela, pela amizade tão presente ao longo deste percurso e desde antes, mas em especial pela companhia e interlocução em relação à escrita deste trabalho.

À Camila Munhoz, pelo interesse em ler meus textos e por suas contribuições sempre pertinentes, que me ajudaram a ver de outro modo e a repensar alguns pontos da dissertação; pelas boas conversas nos intervalos de atendimentos.

À Carla, Vera, Graziela, Arielle e Gabriela, pela amizade, por havermos construído juntos a *Gesto Psicanálise*, espaço de férteis encontros clínicos e de crescimento como analista.

Ao CETEC, por sustentar um grupo “antenado”, onde também os intercâmbios clínicos são instigantes.

Aos amigos do grupo de estudos de “Freud pós-1920” – Renata Guarido, André Di Martini, Adriana Bosco e Cris Rocha –, pela riqueza das discussões a cada encontro.

Às colegas, amigas, supervisionandas, Ana Paula Farina, Roberta Monteiro, Mila Silveira, Paula Aversa, Helenita Oliveira e Abigail Moura, pela confiança, pela fértil parceria que fizemos e que, pra mim, tem sido uma construção que certamente enriqueceu o percurso deste mestrado.

Aos meus analisandos – sem os quais este trabalho não teria acontecido –, pela confiança e, sobretudo, por constituírem o sentido desta escrita.

“O trabalho psicanalítico, em cada um de seus tempos, é sempre um mesmo movimento: partir do que há de mais subjetivo e de mais privado em nossa experiência para criar as condições de uma intersubjetividade”
(Pontalis, 1977/2005, p. 141)

RESUMO

DALÓ, L. H. O. A escrita dos estados-limite como um recurso de ampliação da escuta psicanalítica. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Este trabalho abre um campo de investigação da escrita psicanalítica impulsionada por estados-limite em que situações de bloqueio da escuta psicanalítica são vividas na experiência clínica. A escrita do psicanalista é considerada análoga à formação e à interpretação dos sonhos e, portanto, à sua escuta; essa escrita serve de instrumento de investigação da experiência clínica, na medida em que se enraíza no tempo da experiência no campo transferencial. O estado-limite é definido nesta pesquisa a partir de um deslocamento do conceito de caso-limite: a incidência do traumático e do campo do irrepresentável é pensada para além do funcionamento intrapsíquico do analisando, estendido ao funcionamento intersubjetivo do campo transferencial. A escrita do analista é, então, apresentada como um possível recurso de recuperação do trabalho clínico nessas circunstâncias em que a escuta se perde, paralisada ou esvanecida. O trabalho miúdo do analista em relação à sua prática clínica encontra-se vinculado ao campo teórico psicanalítico, que é então movimentado a partir dos limites clínicos e da possibilidade de pensá-los psicanaliticamente; nessa medida, a escrita pode ser considerada um recurso de ampliação e não apenas de recuperação da escuta psicanalítica. Alguns textos que se originam de situações críticas vividas na clínica ou na cultura constituem parte desta pesquisa. São situações traumáticas de difícil elaboração, que exigem trabalho de ligação psíquica por parte do analista; porém, esse trabalho exigido não encontra condições de se realizar no tempo da experiência limítrofe. Por meio desses escritos, bem como de articulações teóricas que os têm como suporte, é possível reconhecer a escrita psicanalítica como um recurso de abertura de campos inaudíveis no tempo dos estados-limite.

Palavras-chave: Psicanálise; Freud, Sigmund, 1856-1939; Metapsicologia; Estado-limite, Caso-limite, Escrita Psicanalítica.

ABSTRACT

DALÓ, L. H. O. The writing of borderline states as a resource of enlargement of the psychoanalytic listening. 2012. 135 f. Dissertação (Master Degree). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

This paper opens a research field of psychoanalytic writing driven by states limit situations in which a blocking of psychoanalytic listening is experienced. It considers psychoanalyst's writing analogous to the formation and interpretation of dreams, so it does to this listening. This writing act becomes a research tool of clinical experience, as it will be taking roots in the experience of the transferential field. The definition of the borderline state is considered here from a displacement of the concept of borderline case: the incidence of traumatic and of unrepresentable field is thought beyond the analysand's intrapsychic functioning, but extended to the functioning of the intersubjective transferential field. The writing of the analyst is then presented as a possible resource recovery clinical work in such circumstances where the listening is lost, paralyzed or vanished. This intimate work of the analyst in relation to its clinical practice is linked to the field of theoretical psychoanalysis, which is then moved from the clinical limits and the ability to think about them psychoanalytically. In this sense, the writing can be considered a resource of enlargement and not only recovery of psychoanalytic listening. Some texts originating from critical situations experienced in clinical or culture are part of this research. These traumatic events are difficult to be elaborated, requiring the work of binding by the analyst; but this work required don't happens in the moment of borderline experience. Through these writings, as well as theoretical links that it supports, one can recognize the psychoanalytic writing as a resource of opening fields that was inaudible in the borderline states times.

Key-words: Psychoanalysis; Freud, Sigmund, 1856-1939; Metapsychology; Borderline state, Borderline case; Psychoanalytic Writing.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	p. xii
1.1	DAS INQUIETAÇÕES CLÍNICAS COMO PONTO DE PARTIDA.....	p. xii
1.2	DOS CAPÍTULOS E SUBCAPÍTULOS.....	p. xvii
2	INTRODUÇÃO.....	p. 1
2.1	A ESCRITA PSICANALÍTICA E SUAS RAÍZES.....	p. 1
2.2	SOBRE A ESCRITA PSICANALÍTICA DOS ESTADOS-LIMITE.....	p. 9
2.2.1	As antenas clínicas e o trabalho psicanalítico nos limites.....	p. 9
2.2.2	Estados-limite do campo transferencial e abertura do campo teórico.....	p. 19
2.2.3	Deslocamentos teóricos que radicalizam a implicação do analista no processo analítico.....	p. 24
2.2.4	A escrita psicanalítica como meio de restauração da escuta clínica.....	p. 31
3	INVESTIGAÇÕES PSICANALÍTICAS ATRAVÉS DA ESCRITA.....	p. 40
3.1	DO OLHAR DILUÍDO NA MASSA AO NASCIMENTO DE UM PONTO DE VISTA.....	p. 40
3.1.1	Um processo de análise como nascimento.....	p. 40
3.1.2	Breve nota sobre estas investigações.....	p. 49
3.1.3	Fantasia totalitária e recriação no campo psicanalítico.....	p. 52
3.1.4	<i>Talking cure, writing cure</i>	p. 62
3.1.5	Campo originário, angústia, nascimento: figurações dos estados-limite.....	p. 65
3.1.6	No campo sociocultural, aspectos do aprisionamento do olhar e sua ruptura.....	p. 75
3.2	CORPO E SUPORTE AO VAZIO CONTEMPORÂNEO.....	p. 85
4	CONSIDERAÇÕES.....	p. 96
4.1	AS RAÍZES DA ESCRITA PSICANALÍTICA REVISITADAS PELA EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS-LIMITE.....	p. 98
4.2	SOBRE A ESCRITA DO PSICANALISTA COMO TRABALHO DE FORMAÇÃO.....	p. 101
5	REFERÊNCIAS.....	p. 106

APRESENTAÇÃO

“Para um psicanalista, publicar um livro ‘de psicanálise’ significa também publicar-se, revelar um fragmento de si mesmo” (MCDOUGALL, 1982, p. 5, tradução nossa)

Por considerar – como nos propõe a epígrafe aqui escolhida – que a publicação de um texto psicanalítico revela um fragmento do analista-autor, esta apresentação circunscreverá, além do resultado da pesquisa realizada – o texto, seus capítulos e respectivos conteúdos –, o trajeto das indagações e interesses psicanalíticos que a ela conduziram.

DAS INQUIETAÇÕES CLÍNICAS COMO PONTO DE PARTIDA

Trata-se esta dissertação de uma extensão da pesquisa que acontece diariamente em minha clínica, mas uma parte dela que não poderia ter sido realizada somente junto aos meus analisandos. Considerei a interlocução acadêmica bastante adequada para que essa extensão pudesse acontecer, dado seu caráter plural, pois tive, desde o início da pesquisa, a intenção de recorrer aos autores que viessem a me parecer mais úteis diante de cada problemática que surgisse, sem tê-los previamente elegido; e cabe ressaltar aqui que essa possibilidade me esteve às mãos durante todo o processo de escrita/pesquisa.

Após cinco anos de formado em Psicologia, tendo nesse tempo uma intensa atividade clínica, ingressei no mestrado. Era um desejo que estava em processo de amadurecimento: paralelamente à minha prática e formação psicanalítica, reconheci, desde recém-formado, um interesse docente que se traduziu em palestras, seminários e aulas que tive a oportunidade de ministrar e, posteriormente, em coordenação de grupos de estudos. No entanto, a despeito desse interesse, em nenhum momento quis fazer um mestrado “operativo”, por assim dizer, visando unicamente à titulação e/ou à possibilidade de lecionar. Ao contrário, aguardei o tempo de tomarem forma questões que me parecessem dignas de uma pesquisa aprofundada, enraizadas em meu trabalho clínico. As atividades docentes, por sua vez, facilitaram o encontro com tais questões, pois, como tinha certa liberdade de propor os temas, pude dar-me conta de meus principais interesses teórico-clínicos através das escolhas dos assuntos.

Embora cada uma das análises que conduzia tivesse características bastante próprias, notei-me instigado por algumas questões que não necessariamente diziam respeito a uma ou outra das análises isoladamente, nem a um ou outro dos analisandos, mas ao conjunto de minha clínica. Especialmente, meu interesse se voltou para questões que tinham relação com possíveis mudanças na demanda por análise: se os analisandos mudaram em relação a outros tempos, se a escuta dos analistas, de modo geral, mudou ao longo dos anos e de que maneira, se a psicanálise se abriu a novos campos, a novas patologias, se as transformações na cultura levaram a tais mudanças, todas essas questões povoaram-me durante um período em que minha clínica esteve recheada de “casos difíceis”, por assim dizer. Mais que buscar responder a essas perguntas, encontrar autores psicanalistas contemporâneos que compartilhavam dessa percepção e encontravam aí um campo fértil de renovação teórica (em especial, destaque McDougall, Green e Pontalis) dava-me recursos para abastecer de movimento, via leitura e grupos de estudos, todas essas questões, e também minha clínica.

Ao lado desse assunto, mais um campo de evidente interesse se me abriu durante esse trajeto: a escuta do analista. O que se escuta? Como? Que lugar para a teoria? E, na esteira dessas indagações: como se constrói a teoria psicanalítica? De tal modo esse campo de questões se agitou em mim, que meu projeto para entrada no mestrado propunha uma pesquisa sobre os “Processos Psíquicos do Analista no Momento da Escuta Psicanalítica”. Inicialmente, minha investigação sobre o assunto transitava entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, quando buscava reconhecer meus próprios processos psíquicos em jogo no tempo da escuta de meus analisandos. Pude notar aí ressonâncias de estudos teóricos, supervisões e interlocuções clínicas. Por outro lado, de um modo vivo – ao retornar ao campo teórico a partir de experiências clínicas –, percebi ser também a teoria analítica retroalimentada pela escuta clínica. Esse movimento pode ser lido nas diversas transformações no arcabouço teórico psicanalítico ao longo do tempo, mas, de um modo mais íntimo, pode ser reconhecido pelo analista que ressignifica algo da teoria por meio de uma experiência clínica. A dinâmica relação de mão dupla que há entre a formação do analista e a formação do campo teórico despontou, então, como parte do assunto; mas isso levaria a uma abertura extremamente ampla do universo de pesquisa...

Nesse ritmo de indagações interconectadas, seria o próprio pêndulo psicanalítico teoria-clínica – quiçá abarcando seus aspectos tópico, econômico e dinâmico – meu objeto de estudo! O entusiasmo pela vivacidade da psicanálise me agitou, ampliou as possibilidades de pesquisa, mas, ao mesmo tempo, deixou-me sem saber por qual ponto começar.

Se são inerentes a uma investigação os “abalos narcísicos sofridos pelo pesquisador como ‘perda de si’ e ‘perda dos objetos’ – perda da soberania da vontade, perda de controle sobre o mundo” (LOUREIRO, 2002, p. 148), devo admitir que, enraizada nesta pesquisa, encontra-se, correndo às margens do reconhecimento de sua impossibilidade, certa fascinação e desejo por algo que seria como um “abarcamento total” do campo psicanalítico.

O que percebemos, no entanto, é que o ato da escrita pode até ser alimentado por esse desejo totalizante, ilusório, mas o próprio movimento de escrever rompe a ilusão.¹

Ainda assim, segue havendo aqui um desejo de que essa *Gestalt* inapreensível seja, de algum modo, como uma atmosfera em movimento, presente ao longo da leitura desta dissertação; principalmente, presente nesse aspecto vivo da psicanálise que faz com que a leitura desta dissertação seja capaz de conectar as experiências clínicas das quais parti às experiências clínicas do leitor, transformando-as e sendo transformadas por elas...

Consideremos, ainda com Loureiro (2002), que em uma pesquisa “alguma parcela da *alteridade* do objeto sempre resistirá à apreensão do sujeito”, e que “para que a pesquisa se sustente é preciso que esta tensão não se resolva” (p. 147, grifo da autora). Pois bem, se o “objeto”, em nosso caso, é a escrita, uma parte fundamental dessa parcela de alteridade resistente à minha apreensão reside aí, do lado de quem lê, no encontro do texto com o leitor. A presente dissertação – tal como será mais bem explicitado na sequência deste capítulo introdutório – tem como base uma proposição de Pontalis (1977/2005) segundo a qual a psicanálise acontece, de fato, nos limites de seu campo, quando uma fronteira é transformada em território de investigação. Assim, um limite para a investigação psicanalítica pode ser transposto justo no movimento de escrita que pressupõe tal encontro, criando um novo território investigativo – via de mão dupla entre o texto e o leitor – pela intersubjetividade aí criada.

Nesse ponto, considerando a escrita como transposição de um limite, tocamos na especificidade de nosso objeto de pesquisa, que não é a escrita psicanalítica de modo geral, mas a *escrita dos estados-limite*.² E, se o título deste trabalho aponta para a ideia de que ela seja um “recurso de ampliação da escuta psicanalítica”, isso se deve a uma constatação que me levou a finalmente circunscrever o campo desta pesquisa. Em um período inicial do

¹ A parte “*Talking cure, Writing cure*”, do capítulo “*Investigações psicanalíticas através da escrita*” retomará e ampliará essa observação.

² A passagem para o plural dos termos compostos “caso-limite”, “estado-limite” ou “situação-limite”, em português, leva-nos a grafar com “s”, em cada termo, apenas a primeira palavra, permanecendo a segunda, “limite”, no singular. Essa opção é aqui assumida, embora algumas das traduções utilizadas optem por uma transposição literal desses termos a partir do francês, que leva ambas as palavras para o plural. Nas citações, manteremos sempre a escolha do tradutor.

mestrado – de “pesquisa flutuante”, por assim dizer – dei-me conta, aos poucos, de como as situações-limite – situações que paralisam a escuta psicanalítica – suscitavam minha escrita; e mais: como o ato de escrever propiciava uma elaboração da experiência, de modo a transpor, em alguma medida, o limite aí apresentado. Essa observação empírica e íntima, articulada à observação por meio de leituras teóricas de que as transformações no campo psicanalítico acontecem diante de limites advindos da clínica, levou-me a propor a tese aqui defendida quanto à potencialidade da escrita como instrumento do psicanalista.

Se nas situações vividas na clínica esse movimento pôde ser observado, logo me dei conta de ocorrer algo similar também em relação a acontecimentos cotidianos: em nosso contexto cultural, certos estados paralisam a elaboração psíquica. Ao experimentar tais estados, notei minha escuta inacessível ou inerte; entretanto, a escrita tornou possível uma abertura de campos de investigação, sendo ela própria o meio de investigação; nessa medida, é possível considerar que a escrita se tornou um análogo da escuta psicanalítica.

Articularei, ao longo deste trabalho, entrelaçados ao corpo da dissertação, alguns dos escritos que me permitiram – pela passagem de uma *implicação no acontecimento* a uma *implicação na escrita* – elaborar as situações neles tratadas. E que me permitiram também chegar ao desejo de pesquisar o campo da escrita psicanalítica impulsionada pelos limites da escuta.

De certo modo – talvez já se note – o tema desta dissertação toca nos dois assuntos que me instigaram ao longo de minha trajetória como psicanalista até aqui: encontram-se imbricadas as questões que conduzem a uma *metapsicologia da escuta psicanalítica* e aquelas que problematizam a *clínica contemporânea* a partir do funcionamento psíquico dos analisandos reunidos sob o termo caso-limite ou *borderline*. O conceito de estado-limite, porém, tal como propomos, efetua uma transposição do funcionamento psíquico do paciente para o da dupla analista/analizando em análise, ou seja, para o campo transferencial, onde está incluída a escuta do analista; com isso, no cerne e no foco de nossa investigação, encontramos a própria escuta psicanalítica, impactada ou paralisada por um estado-limite.

Façamos aqui um parêntese. Breve e concisamente, corresponde o campo transferencial, segundo Herrmann (2003) ao campo de instauração da situação psicanalítica, apreendido desde um ponto de vista que ultrapassa a divisão transferência/contratransferência e interconecta os dois psiquismos envolvidos na experiência de uma análise.³ É onde a escuta

³ Vale ressaltar que uma noção bastante próxima à de campo transferencial proposta por Herrmann já havia sido formulada anos antes por W. Baranger e M. Baranger (1969) a respeito da situação psicanalítica. Esses autores localizam tal situação em um “campo intrinsecamente muito complexo”, sendo que “nunca neste campo tratamos

do analista está mergulhada, sendo ao mesmo tempo aquilo a que ela deve estar atenta; ou seja, a atenção flutuante do analista, já não pode mais ser considerada dirigida tão somente ao discurso do analisando e às fantasias inconscientes que ele carrega, mas sim a um campo intersubjetivo onde tais fantasias se atualizam e onde se encontra implicado o próprio psiquismo do analista. Em acréscimo, visto ser esse um referencial decisivo em minha formação, destaco ainda que o contato e afinidade com o pensamento desse autor ajudaram-me a prosseguir meu percurso como psicanalista sem aderir precocemente a qualquer teoria, valorizando cada uma em função de seu valor clínico, ou seja, na medida de sua ressonância com a experiência clínica. Um campo teórico flexível e mutável foi com o que me deparei, cujo valor está mais em seu movimento formativo que no arcabouço produzido.

Quanto ao conceito de estado-limite, retomemos aqui. Ainda que, de modo mais amplo, esse conceito será ampliado no transcorrer deste trabalho, o delineamos desde agora no intuito de já nos aproximarmos um pouco da ideia de que o estado-limite põe em xeque a escuta psicanalítica. Para tanto, proporei aqui uma questão que será mantida em aberto, como mote para a investigação que virá. Se, em psicanálise, consideramos o trabalho teórico “tão-somente a retomada pelo pensamento das forças que operam na psique onde o que excita já é ‘trabalhado’ e ‘teorizado’” (GREEN, 2002, p. 149, tradução nossa), como então integrar ao trabalho teórico aquilo que não foi trabalhado psiquicamente? Pois os estados-limite são, justamente, situações nas quais se exige trabalho psíquico onde nunca houve...

Essa pergunta acompanha, de certo modo, todo o percurso deste texto, e justifica o fato de buscarmos povoar de pensamento alguns campos que emergem no confronto com os limites do psíquico. Assim, o originário – da cultura, do humano, do sujeito –, o irrepresentável, o abjeto, a morte, figurarão como temas adjacentes, mas profundamente ligados à questão central dos limites.

Quanto ao trajeto aqui percorrido, devo ainda acrescentar uma constatação que considero fundamental, que revela uma complexidade intrínseca a este trabalho, mas da qual somente me dei conta durante o processo de escrevê-lo: por se tratar de um trabalho de *pesquisa da escrita*, o próprio ato da escrita e seus resultados constituíram-se material da pesquisa, sendo sua ferramenta e, concomitantemente, seu objeto. Dito de um modo que leve em conta o adjetivo *psicanalítico* para esta pesquisa, ora a escrita apresentou-se como um

com fatores isolados, nem com fatores que pertencem exclusivamente ao analisando.” (p. 83). Ou seja, trata-se uma análise de “uma situação de duas pessoas indefectivelmente ligadas e complementares enquanto está durando a situação e envolvidas num mesmo processo dinâmico. Nenhum membro dessa dupla é inteligível dentro da situação sem o outro.” (p. 129).

recurso de “escuta”, ora foi ela a “escutada”. Essa ambiguidade ou, melhor dizendo, essa implicação da linguagem quando pesquisa a própria linguagem, é análoga à do analista em seu campo de trabalho, em sua clínica: seu psiquismo é instrumento de escuta de outro psiquismo, mas está necessariamente incluído no campo escutado, de modo que deve também “escutar-se escutar”; quer dizer, o analista deve escutar sua escuta naquele determinado campo no qual está inserido.

De acordo com Herrmann (2003; 2004), o método psicanalítico possui *espessura ontológica*, na medida em que se trata de um modo de conhecer que produz seu campo de estudo. Esse campo de estudo é o próprio campo transferencial, que definimos acima. Portanto, uma espessura ontológica similar à que se dá na produção da situação analítica se revela aqui: nos momentos em que esta escrita pesquisa o ato de escrever através do próprio ato de escrever.

O entendimento dessa peculiaridade do trabalho psicanalítico é fundamental para a compreensão deste texto. Devo, aliás, reconhecer que, provavelmente, transitará melhor por esta dissertação aqueles cujo contato com a psicanálise seja a partir de sua própria experiência, quer como analistas, quer como analisandos, de modo que a familiaridade não seja tão somente em relação à teoria psicanalítica.

DOS CAPÍTULOS E SUBCAPÍTULOS

Esta dissertação é organizada em três capítulos: “*Introdução*”, “*Investigações psicanalíticas através da escrita*” e “*Considerações*”.

A “*Introdução*” inclui dois subcapítulos. O primeiro deles, “*A escrita psicanalítica e suas raízes*”, toma como ponto de partida a escrita freudiana para investigar a escrita psicanalítica enraizada nos processos psíquicos inconscientes; consideramos tal escrita análoga à formação do sonho e à sua interpretação. Tratamos, então, de pensar como essa raiz propicia “vida” aos textos, que permanecem abertos a novas leituras e interpretações. O conceito de “pensamento clínico” de André Green serve de apoio a essa investigação, pois radicaliza a ideia de que o pensamento do psicanalista ao escrever enraíza-se no tempo de sua experiência clínica, ao mesmo tempo em que aponta sua abertura para um terceiro. Quer dizer, o escrito implica um outro, um leitor, que é mobilizado de fato pelo texto quando aí se

encontram imbricadas a experiência clínica do autor e a metapsicologia produzida por meio do texto, e quando essa metapsicologia faz ressonância com as experiências clínicas do leitor.

O outro subcapítulo, *“Sobre a escrita psicanalítica dos estados-limite”*, desdobra-se em quatro partes: *“As antenas clínicas e o trabalho psicanalítico nos limites”*, *“Estados-limite do campo transferencial e abertura do campo teórico”*, *“Deslocamentos teóricos que radicalizam a implicação do analista no processo analítico”* e *“A escrita psicanalítica como meio de restauração da escuta clínica”*.

Uma vinheta clínica abre a primeira parte; a partir do recorte de sessão apresentado, propomos um deslocamento do funcionamento psíquico da analisanda no movimento narrado para o funcionamento do psiquismo – considerado de modo amplo – diante de seus limites; em especial, enfocamos o psiquismo do analista no tempo de sua escuta. Buscamos, a partir daí, fazer uma crítica da psicanálise quando não avança sobre campos desconhecidos ou quando escuta a partir lugares teóricos pré-definidos; porém, no intento de ultrapassar a mera crítica, buscamos elucidar a dinâmica psíquica que leva a tal movimento, examinando a incidência do traumático no campo transferencial e na escuta do analista.

Na segunda parte, precisamos a noção de “estado-limite”, diferenciando-o de “caso-limite” e, principalmente, marcando essa diferença como um deslocamento do psiquismo do analisando para o campo transferencial, quer dizer, envolvendo o psiquismo do analista; a ideia de um movimento do campo teórico psicanalítico gerado a partir dos limites clínicos será apresentada, e adensaremos uma perspectiva de que o limite pode ser tomado como conceito ou de que certos conceitos se instalam nos limites, de modo a abrir territórios de exploração psicanalítica.

Na terceira parte, ampliamos as consequências desse deslocamento. A implicação do analista em seu trabalho clínico é evidenciada a partir da consideração freudiana de que um trabalho de análise se realiza em duas localidades, em dois psiquismos. Buscaremos percorrer brevemente o caminho da teoria freudiana que possibilitou essa constatação, destacando em especial os diversos deslocamentos que aí incidiram a partir dos limites surgidos na clínica.

Consideramos, na quarta parte, o psiquismo do analista conectado ao do analisando no trabalho analítico, mas com um potencial diferenciado; a partir dessa ideia, buscamos circunscrever os processos psíquicos do analista nos estados-limite, diante da urgente demanda de trabalho psíquico que a ele se impõe. O estado-limite é definido primeiramente a partir de um ponto de vista contratransferencial, considerando a situação de excesso e desamparo vivida pelo analista; em seguida, tendo agora como foco o campo transferencial,

abordamos uma perspectiva de que a sessão, em tais estados, torna-se próxima a um *acting out*. A escrita do analista é, então, apresentada como um recurso de recuperação do trabalho clínico nessas circunstâncias em que a escuta se perde, paralisada ou esvanecida. Apresentamos, por fim, a ideia de que essa escrita funciona como uma ab-reação do traumático da experiência vivida no estado-limite; e enfatizamos o papel do campo psicanalítico nesse movimento, mais precisamente, dos pares – outros analistas – com quem se estabelece interlocução, na medida em que são os destinatários da escrita.

O segundo capítulo, “*Investigações psicanalíticas através da escrita*”, é na realidade onde está o ponto de partida dessa dissertação. Aí se encontram textos escritos antes dessa dissertação, aqui revistos, mesclados, ampliados ou mesmo totalmente modificados, articulados entre si e em torno do tema da escrita dos estados-limite. São escritos que me aclararam a ideia de que o ato de escrever pode ser um recurso de abertura de campos inaudíveis da experiência clínica; percebi que buscava escrever como um modo de elaboração de situações-limite, e que, ao longo do processo, experimentava *insights* ao mesmo tempo em que novas questões eram despertadas.

Esse capítulo divide-se em dois subcapítulos. O primeiro, “*Do olhar diluído na massa ao nascimento de um ponto de vista*”, articula textos que têm como eixo comum uma investigação do campo de emergência do sujeito, que partem de experiências que remetem a esse campo e às angústias aí presentes, em especial no momento de sua ruptura. Desdobra-se em seis partes:

Em “*Um processo de análise como nascimento*” é narrado um trabalho psicanalítico com uma criança, com enfoque em seus entraves e desentraves relativos à tensão entre apropriar-se de um ponto de vista ou ficar fundido a um prévio, familiar, protetor, mas que não possibilita seu nascimento subjetivo; ao fim, destacamos a necessidade de escrever essa análise como meio de mantê-la vivo e fértil, possibilitando aberturas de novos sentidos.

A segunda parte, “*Breve nota sobre estas investigações*”, fornece alguns parâmetros relativos ao capítulo, destacando seu sentido e função nesta dissertação, que é a de ser o lugar de uma “pesquisa de campo”; busca sustentar que esse é o momento em que o tema da escrita fica em suspenso, ao mesmo tempo em que está vivamente presente nas entrelinhas, pois é o ato de escrever impulsionado por estados-limite que origina todo o capítulo e suscita investigações.

Em seguida, na terceira parte, “*Fantasia totalitária e recriação no campo psicanalítico*”, exploramos certos aspectos da psicanálise institucionalizada onde encontramos

analogias com a tensão surgida na análise cuja narrativa abre estas “*Investigações*”. A teoria é então apreendida sob um aspecto fantástico totalizante, onde não há lacunas de onde um ponto de vista novo possa nascer; sob esse prisma, ela será comparada a uma formação sintomática e sua manutenção, a resistências. Essa totalidade, sob um olhar genuinamente psicanalítico, está fadada a ser rompida; sob outro aspecto, então, a teoria encontra-se aproximada do trabalho perlaborativo que acontece em um processo de análise, e sujeita às mesmas lógicas.

A quarta parte, que nomeamos “*Talking cure, writing cure*”, busca situar o trabalho da escrita em relação ao ideal perdido de uma totalidade. Nesse sentido, uma “cura pela escrita”, movida pelo ausente, é comparada ao trabalho da fala em análise, ao trabalho do sonho e do luto.

A quinta parte – “*Campo originário, angústia, nascimento: figurações dos estados-limite*” – abre algumas articulações e ideias quanto à escrita psicanalítica em relação ao campo do irrepresentável, ao mesmo tempo em que busca circunscrevê-lo por meio de uma escrita-teorização. Propõe que o analista se vale de uma espécie de sinal de angústia suscitado nos estados-limite para romper, por meio de sua escrita, um possível aprisionamento na impossibilidade da representação. Esse sinal de angústia é remetido à experiência do nascimento, e os perigos dos estados-limite são figurados em relação a um mítico campo de origem, que então se desdobra: origem do sujeito e origem da cultura.

Uma articulação entre os estados-limite vividos na clínica com situações similares vividas no campo social finaliza esse subcapítulo. “*No campo sociocultural, aspectos do aprisionamento do olhar e sua ruptura*”; essa parte pauta-se na extensão do método psicanalítico e da escrita dos estados-limite para além do âmbito clínico; investiga aspectos da configuração de um ponto de vista de massa que, em nossa cultura, blinda o olhar de uma violência originária traumática. Propõe que essa violência originária se presentifica constantemente ao mesmo tempo em que é escamoteada no discurso corrente, sendo tal discurso uma repetição da violência, e que a escrita psicanalítica impulsionada por situações-limite é capaz de propiciar perlaborações relativas a traumas sociais ligados a ela.

O segundo subcapítulo dessas “*Investigações psicanalíticas através da escrita*”, chamado “*Corpo e suporte ao vazio contemporâneo*”, articula as expressões do vazio e das pulsões de morte no campo das artes e no campo psicanalítico. Propõe que em ambos os contextos há um suporte que se constrói e que, a partir daí, as experiências de desligamento podem acontecer, com potencial de serem elaboradas. Uma diferenciação é feita entre essas vivências no âmbito da recepção estética e no campo psicanalítico, quando se propõe uma

mútua interpelação entre esses dois campos no que concerne à condição de emergência e ao modo de lidar com tais experiências disruptivas.

As “*Considerações*” esboçam, inicialmente, a partir do percurso das investigações realizadas ao longo da dissertação, algumas ideias quanto à relação da linguagem com um núcleo originário a-linguístico; propõe que a escrita dos estados-limite desloca os processos vividos no tempo dessa experiência-limite para o tempo de sua escrita, de modo a reconectar as pulsões de morte a processos de ligação psíquica conduzidas pelo pensamento clínico no ato de escrever, fazendo desse movimento um trabalho criativo. A partir dessas ideias, esse capítulo se bifurca em dois breves subcapítulos: o primeiro, “*As raízes da escrita psicanalítica revisitadas pela experiência dos estados-limite*”, se propõe a retomar as ideias expostas na introdução desta dissertação quanto às raízes da escrita psicanalítica, repensando-as a partir das questões abertas ao longo da dissertação; e, o segundo, “*Sobre a escrita do psicanalista como trabalho de formação*”, articula o trabalho de escrita do analista à sua formação, considerando haver presente, em ambos, um movimento dialético de identificação e diferenciação em relação ao campo psicanalítico.

INTRODUÇÃO

A ESCRITA PSICANALÍTICA E SUAS RAÍZES

“Como um sonho, um texto, no tempo em que ele se escreve, não nos diz aonde vai” (PONTALIS, 1991, p. 47).

Ao debruçar-nos sobre textos psicanalíticos, de diversas correntes, podemos observar algo digno de consideração: em nossa disciplina, a referência a seu autor fundador está presente em praticamente todos os autores. Mesmo tendo mais de cem anos os primeiros textos freudianos, os psicanalistas remetem-se indubitavelmente a Freud a cada novo passo dado no terreno por ele inaugurado, buscando em seu texto ou em suas entrelinhas, a semente de seus *insights*. Cada autor, por maior que seja sua contribuição para a psicanálise e por maior que seja sua originalidade, não hesita em sustentar suas raízes em Freud; ainda que ofereça ao campo teórico algo diverso da proposição freudiana, ou até mesmo contrário a ela em algum aspecto, essa referência se mantém.

Podemos considerar, com Munhoz (2009), que

o momento inaugural da psicanálise abre um campo discursivo que guarda em si espaço para diferenças e de onde vários autores podem fazer surgir teorias criativas, que já contêm, no momento de sua inauguração, a possibilidade de movimentos renovadores. (p. 82-83).

Se o campo discursivo da psicanálise permite diferenças e abre espaço para renovar-se, a tendência seria a de perder de vista, em algum momento, seu autor fundador e seus textos; porém, não é o que acontece. Em debate intitulado “Ler Freud: apreensões em torno do originário”, publicado pelo *Jornal de Psicanálise*, Souza observa que

É possível apresentar frente à teoria freudiana outras possibilidades de articulação teórica, porém qualquer outra articulação é sempre um diálogo com a teoria freudiana, não só por uma referência à origem da psicanálise, mas, fundamentalmente, porque essa origem está permanentemente presente em qualquer novidade que se formule em relação à psicanálise. (LOFFREDO et al., 2004, p. 13-14).

Penso que isso se deva ao fato de que a psicanálise se tenha constituído, desde sua origem, como um *modo de pensar* ou, se quisermos, um *método de investigação do psiquismo* (FREUD, 1922/2011) em constante diálogo com a produção teórica construída a partir dele. Nesse sentido, como observa Loffredo,

o método fertiliza a produção teórica e, ao mesmo tempo, a ficção teórica permite que o método tenha o estatuto que tem. A relação de interferências recíprocas entre ambos sendo fundamental, não é possível que se faça nem referência ao método de modo destacado, descontextualizado teoricamente, nem a uma teoria desencarnada do método. (LOFFREDO et. al., p. 16).

Assim, tal como a interpretação nasce da relação entre a fala do analisando e o que o analista apreende dela a partir da situação transferencial, também a teorização em psicanálise se dá pelo estabelecimento de uma relação entre a escuta clínica e as ressonâncias advindas do arcabouço teórico já existente, inaugurado por Freud.

Se há uma medida em que a interpretação promove surpresa e abertura para novas interpretações⁴, de modo similar deve ser compreendida a teoria psicanalítica, a tal ponto que mesmo Freud podia estabelecer com relação a ela a necessária distância para que seu recém-criado campo de conhecimento pudesse se ampliar. Nesse sentido, podemos observar no percurso freudiano uma oscilação entre momentos de *fechamento*, de organização e amarração de sua rede conceitual e teórica e momentos de *abertura* ou ruptura, que exigiram novas elaborações.

Mahony (1990), ao estudar a obra freudiana sob a perspectiva de sua escrita, constata a confluência de dois tipos de discurso que podemos relacionar a esses movimentos de fechamento e abertura. Trata-se dos discursos *dogmático* e *genético*, explicitados e nomeados por Freud (1938/1981) em seu texto “Algumas lições elementares de psicanálise”. No discurso dogmático, uma tese é apresentada como algo já construído e a estrutura teórica parece completa; tem por objetivo tão somente expor as conclusões do autor. Considerando o terreno no qual a psicanálise buscou espaço para se assentar – visivelmente movediço, se levarmos em conta o amplo rechaço que a nova disciplina encontrou em seu caminho –, podemos reconhecer a importância desse modo discursivo através do qual Freud, ao dirigir-se a seus pares, favorecia o fortalecimento e cuidado quanto às configurações teóricas já construídas. Não era intenção do autor ampliar o campo psicanalítico através desse modo discursivo, mas consolidar o terreno então conquistado, dialogando com pessoas que já

⁴ Antonino Ferro (1998), baseado em Bion, ao refletir sobre a importância das interpretações insaturadas, busca justamente essa medida.

conheciam e confiavam nas descobertas da psicanálise. Temos um exemplo claro desse objetivo no “Esboço de Psicanálise”, logo no início do texto:

O propósito deste trabalho é reunir os princípios da psicanálise e confirmá-los, tal como se fossem dogmas, sob a forma mais concisa e nos termos mais inequívocos. Sua intenção não é, naturalmente, compelir à crença ou despertar convicção.

Os ensinamentos da psicanálise baseiam-se em um número incalculável de observações e experiências, e somente alguém que as tenha repetido em si próprio e em outras pessoas encontra-se em uma posição de alcançar um julgamento pessoal sobre ela. (FREUD, 1938b/1981, p. 3379, tradução nossa).

Já no discurso genético, o escritor expõe sua própria via de investigação ao leitor. Mahony (1990) destaca ainda na obra de Freud uma diferença entre discurso genético *público* e *privado*. O primeiro tem como bom exemplo as “Conferências Introdutórias” (FREUD, 1916-1917/1981), pelas quais é possível constatar que “Freud não buscava apenas a transmissão de um conhecimento intelectual a seus ouvintes vienenses: em pelo menos quatro ocasiões, ele pediu-lhes que suspendessem o julgamento a fim de ‘deixar que o assunto agisse sobre eles’” (MAHONY, 1990, p. 26). Nessas exposições, Freud já tinha conhecimento daquilo que seria transmitido, mas desejava convencer o público, estimulando-o não somente a “pensar e sentir, mas também a lidar com suas resistências e facilitar seus processos associativos” (MAHONY, 1990, p. 27).

Podemos ressaltar, entretanto, que há algo que escapa à intencionalidade do autor, incidindo também sobre os textos e apresentações que circundam campos já conhecidos, tal como bem destaca Loureiro (2002):

Mesmo quando não se trata de investigação e sim da mera divulgação de um material já conhecido, como no caso das ‘Conferências Introdutórias’ de 1916-17, Freud admite que o material é capaz de tomar outros rumos que não o planejado inicialmente: até a tarefa de resumir escapa ao pleno controle do autor. (p. 151).

E tal como se confirma no depoimento de Freud (1916-1917/1981):

Na realidade, minha intenção era seguir um sistema diferente nessas lições; mas nem sempre resulta fácil realizar nossos propósitos, por razoáveis que sejam, pois a própria matéria que se trata de desenvolver impõe determinado curso e nos desvia de nossas primeiras intenções. Até um trabalho aparentemente tão simples como o de ordenar um material que conhecemos a fundo não depende sempre de nossa exclusiva vontade, mas vai se

realizando por si mesmo, deixando-nos reduzidos a investigar, *a posteriori*, porque em nossa exposição os materiais foram se ordenando de uma determinada forma em detrimento de outra qualquer. (p. 2358-9, tradução nossa).

Freud aponta seu tema como o responsável por esses desvios não intencionais que sobrevêm em seu discurso, surpreendendo-o e abrindo lugar para novas interpretações. Assim, se considerarmos o discurso que se constrói nessas mudanças de rumo como sendo enraizado na lógica do inconsciente, podemos tomá-lo como instrumento fundamental para a pesquisa psicanalítica, na medida em que estimula as associações do autor. Não apenas o assunto desvia o discurso como também o discurso desvia o assunto e promove nele rupturas, de modo análogo à escuta clínica em relação às associações do analisando. Passamos então para a esfera do discurso genético privado que, tal como propõe Mahony (1990), de fato serve de instrumento da escrita freudiana. Ou, melhor dizendo, a escrita apoiada nessa lógica discursiva serve de instrumento de investigação psicanalítica. Pelo discurso genético privado, então, Freud não relata uma exploração que já tenha acontecido, mas sim, “efetivamente explora processos em andamento; em vez de dizer algo previamente planejado, lembra a livre associação autêntica, na qual o paciente fala buscando descobrir o que pensa” (MAHONY, 1990, p. 29).

Segundo Munhoz (2009), há na base da teoria “uma formação do inconsciente que precisará ser elaborada para tornar-se, de fato, teoria psicanalítica transmissível e aplicável” (p. 88). Sob esse prisma, podemos considerar que os conceitos, no tempo de seu surgimento através da pena freudiana, nos momentos de entrega associativa, “não tentariam ordenar, mas pôr em movimento certas questões ou problemas” (p. 71). Nesse sentido, ainda que o resultado escrito seja, obviamente, representado em palavras, devemos conceber o processo da escrita calcado em *representações de coisa*⁵, significantes pré-verbais fundamentalmente ligados ao sistema inconsciente e, portanto, submetidos aos processos primários.

Freud (1915/2010) considera que

o que poderíamos chamar de representação consciente do objeto decompõe-se para nós em *representação da palavra* e *representação da coisa*, que consiste no investimento, se não das imagens mnemônicas diretas das coisas,

⁵ O conceito de “representação da coisa” (*Sachvorstellung* ou *Dingvorstellung*) nos remete ao texto “A Interpretação das afasias” (FREUD, 1891/1977). Aí o autor propõe o termo “representação de objeto” (*Objektvorstellung*) como um complexo associativo aberto que, ao lado do conceito de “representação de palavra”, forma a base da concepção freudiana de memória, na linha de uma teoria da linguagem que se funda na filosofia associacionista de J. S. Mill (cf. LOFFREDO, 1999).

ao menos de traços mnemônicos mais distantes e delas derivados.” (p. 146, grifos do autor)

Essas representações de coisa estão na base das formações do inconsciente – compõem os sonhos, por exemplo, reinvestindo e reativando traços mnêmicos do sonhador –, e somente acedem ao sistema pré-consciente/consciente quando sobreinvestidas por meio de ligações a representações verbais, “que levam a uma mais alta organização psíquica e tornam possível a substituição do processo primário pelo processo secundário” (p. 147). Nesse sentido, podemos conjecturar que, quando o analista escreve, ele reinveste e reativa os traços de memória do tempo de sua escuta que não foram ligados a representações verbais – ou cujas representações verbais não abriram um via aos processos secundários⁶ – e, portanto, pertencem ainda ao sistema inconsciente (*Ics*). Essa ligação será feita posteriormente, no tempo da escrita, que terá, então, um primeiro momento “onírico”, de figuração, de emergência no psiquismo do analista de imagens submetidas aos mecanismos do inconsciente. Ou seja, ao analista, sua escrita lhe exige, de saída, disposição para “sonhar” seu texto; são as representações de coisa figuradas no tempo desse “sonho” que se ligarão às palavras escritas, dando-lhes vida.

Esse mergulho nos processos primários subjaz o percurso freudiano e está na origem de muitos de seus textos: Loureiro (2002) recolhe na obra de Freud “inúmeros exemplos de certa disponibilidade para se deixar guiar por um objeto apenas vislumbrado, situado num horizonte sempre fugidio à medida que avança o pensamento” (p. 150).

Em primeiro lugar, esta espécie de *deriva* comparece no âmago do processo de elaboração de certas concepções teóricas e também na renúncia a formular de antemão um plano para um capítulo ou para uma obra como um todo. (p. 150, grifo da autora)

Isso se evidencia em uma carta de Freud a Fliess escrita em 7 de julho de 1898, a respeito d’*A Interpretação dos Sonhos*:

Ele segue completamente os ditames do inconsciente, segundo o célebre princípio de Itzig, o viajante dominical: ‘– Itzig, para onde você vai? – E eu sei? Pergunte ao cavalo’. Não iniciei um só parágrafo sabendo onde ele iria

⁶ Consideremos que as representações de palavras também podem funcionar como uma representação de coisa, quer dizer, segundo a lógica dos processos primários, mas “apenas quando as representações de palavras que se acham nos restos diurnos são resíduos frescos, reais, de percepções, e não expressão de pensamentos, é que são tratadas como representações de coisas e submetidas às influências da condensação e do deslocamento.” (FREUD, 1917/2010, p. 159-160).

terminar. [...] Ainda não tenho a mínima idéia da forma que finalmente assumirá o conteúdo. (MASSON (Ed.), 1986, p. 320)

É notório que esse trabalho de 1900, paradigmático para a psicanálise, permite ao leitor uma ampla gama associativa, revelando-se uma obra permanentemente aberta a releituras e inspirações, quando se reencontra o cavalo de Itzig, fazendo-se possível a abertura de novas trilhas. Como exemplo disso, tendo o próprio “Livro dos Sonhos” como referência, neste momento podemos propor: se aí Freud considerou a estrutura do sonho como uma “*tessitura multifacetada de signos*, [...] [interpretando-a] como análoga à de um texto” (BIRMANN, 1993, p. 105, grifos do autor), não seria possível propormos uma inversão e considerarmos justamente a formação do texto psicanalítico análoga à do sonho⁷? Parece que sim, mas somente até certo ponto, pois teríamos que tomar a formação do texto análogo não somente à *formação do sonho* – não somente análogo a esse primeiro tempo em que, durante o sono, formam-se imagens como um modo do psiquismo de interpretar a pulsionalidade –, mas também à sua *interpretação psicanalítica*.

Neste momento [da interpretação psicanalítica], o que se vê é a positivação do negativo ou a formalização da virtualidade. Por esse mesmo movimento, o pensamento não articulado do inconsciente se enuncia, se articula e, de tal modo, se limita. Ao limitar-se, ganha contornos. Ele talvez perca parte de seu dinamismo, mas ganha uma precisão que o torna comunicável e manipulável pelo pensamento. Em suma, acede a um estatuto de linguagem. (GREEN, 2002, p. 31, tradução nossa)

Além de suas raízes em uma “teorização flutuante”, o ato da escrita (ou *trabalho da escrita*, em analogia ao *trabalho do sonho*) sustenta-se nos processos secundários, permitindo a criação ou reformulação do corpo teórico psicanalítico por meio de um movimento que podemos reconhecer como sendo análogo ao da interpretação, quando se dá a positivação de uma formação em negativo situada no campo transferencial. Então, se propusemos que o analista deve se dispor a “sonhar” seu texto, será necessário também que ele faça do processo da escrita um movimento análogo ao da interpretação do sonho, desse “texto-sonho” virtual, formalizando-o, expondo de um modo legível e partilhável aquilo que o engendrou.

Grosso modo, há no movimento da escrita psicanalítica, se quisermos desmembrá-lo, um primeiro tempo que podemos comparar ao tempo da pulsionalidade que origina um sonho, onde algo que pulsa no campo transferencial, inicialmente sem forma, impõe ao psiquismo do

⁷ Lemos essa analogia com a inversão aqui proposta na epígrafe escolhida para esse capítulo: “como um sonho, um texto, no tempo em que ele se escreve, não nos diz aonde vai” (PONTALIS, 1991b, p. 47).

analista uma exigência que leva a um processo de figuração. O surgimento de uma intuição clínica pode ser assim considerado: tal como um sonho, uma representação imagética da pulsionalidade que irrompe no encontro analítico. Para poder ganhar forma na linguagem, aquilo que foi figurado, intuído, requer um segundo tempo aparentado ao da associação livre, regra fundamental que busca estabelecer um enlace entre as representações de palavra e as representações de coisa seladas na imagem onírica; esse é o momento em que o “princípio de Itzig” rege a escrita do analista, quando as *palavras* adquirem o movimento das *coisas* do inconsciente. Um terceiro tempo inclui um movimento que, de modo análogo à própria escuta psicanalítica, vai de encontro à teia associativa presente na escrita; talvez aí encontremos a marca do psicanalítico na escrita, um diferencial em relação a outros escritos também fundados na associatividade: a atenção flutuante do analista que escreve dirige-se à sua própria escrita, provocando, em seu texto, rupturas, abrindo-o para novos sentidos e articulações. Encontramo-nos, então, às portas de um quarto tempo comparável ao tempo da interpretação e da formulação interpretativa, emergente dessa postura metodológica que une passividade e atividade (e que, aliás, traz já em seu nome, na união de termos contrários – atenção flutuante –, esse paradoxo).

Encontramos imbricados ao longo de toda a obra de Freud os estilos genético e dogmático salientados por Mahony (1990) e Loffredo (2002), ao reconhecer, juntamente à disposição por deixar-se levar pelo texto, “boa dose de ‘atividade’ e de deliberação consciente” (LOUREIRO, 2002, p. 152). Essa “mestiçagem” de estilos ressoa, segundo Loffredo (2002), “a especificidade de objeto e método de investigação da psicanálise” (p. 177), de tal modo que

é possível considerar que a escritura freudiana estaria vinculada ao próprio exercício da psicanálise, sendo que no estilo de sua transmissão, amparado nos procedimentos genético e dogmático, estaria em operação, em algum grau, o próprio método de produção do saber psicanalítico. (LOFFREDO, 2002, p. 179)

Ao passar, no ato da escrita, “da palavra ouvida, da imagem sonora, isto é, da escuta, para a palavra escrita” (p. 184),

o analista estaria colocado numa posição, de certa forma, aparentada à atenção flutuante, num segundo tempo desse procedimento-atitude, para que as impressões emerjam da memória e possam ir produzindo, gradualmente, *Gestalten* significativas. É neste segundo tempo de “ressonância e discernimento” que se recorta um espaço privilegiado de convívio do *clínico* com o *metapsicológico* (p. 184, grifos da autora)

Quanto a esse “espaço privilegiado de convívio do clínico com o metapsicológico”, penso ser onde se dá o que Green (2002) nomeia como “pensamento clínico”, trabalho do pensamento enraizado na clínica e que busca romper certa tendência ao solipsismo ao incluir, no caso de um texto, o leitor e seu trabalho associativo junto ao pensamento autoral. Nesse sentido, Green ressalta que há escritos psicanalíticos que “falam” e outros que “não falam” a seus leitores, mas que

reconhecemos indubitavelmente o pensamento clínico quando a elaboração teórica suscita no leitor associações que se referem a tal ou qual aspecto de sua experiência analítica. Quer dizer que o pensamento clínico, mesmo quando não fala expressamente da clínica, desperta a evocação de um paciente, ou de um grupo de pacientes, e traz à memória tal ou qual momento de uma análise. Essas associações são parte integrante do modo de articulação do pensamento clínico. (GREEN, 2002, p. 11, tradução nossa)

Tal pensamento, portanto, quando se torna o fio condutor do ato da escrita, leva a um resultado, um texto, que abre novamente o pensamento, no ato da leitura, para essa modalidade inaugurada pelos textos de Freud. Se considerarmos que “o precipitado, presente nos textos, encontra-se fundido na escrita” (p. 14, tradução nossa), quer dizer, que em um texto encontra-se a raiz dinâmica de sua produção no ato da escrita, então temos a mesma potência associativa da escrita presente na leitura.

Isso nos leva a situar a escrita pautada pelo pensamento clínico em um campo no qual está incluído um terceiro em relação à dupla analista/analizando:

Escutamos justamente que, estando atrás do divã, nos abrimos a ressoar o inconsciente do analisando, deixando vibrar o nosso próprio. Mas essa comunicação em vasos comunicantes ou em circuito fechado não é suficiente para constituir uma disciplina, um pensamento. Falta sempre um terceiro que escuta o que os outros dois dizem e entendem. Eis porque os analistas – e por vezes também os analisandos – escrevem. Assim, [os analistas] se escutam entre si, às vezes se reconhecem, outras, são de repente surpreendidos por uma novidade. (p. 12, tradução nossa)

Pretendo que esta dissertação esteja sustentada por esse modo de pensamento que, enraizado na clínica, mobiliza o campo associativo do leitor. Seu ponto de origem é minha experiência como psicanalista, particularmente em situações nas quais as condições para o pensamento clínico se esvaem, revelando-se o trabalho da escrita um valioso recurso de restauração ou criação de escuta clínica.

SOBRE A ESCRITA PSICANALÍTICA DOS ESTADOS-LIMITE

As antenas clínicas e o trabalho psicanalítico nos limites

Maria chega a uma sessão de análise, após um período de férias, imbuída por uma pergunta do pai quanto ao processo analítico: “*mas você ainda vai lá? Já não ta boa da cabeça?*”. A pergunta é, de imediato, por ela considerada tosca, expressiva de um ponto de vista pragmático longe de ser capaz de alcançar o que se passa em sua análise. No entanto, vejo justamente Maria ser tragada pelo ponto de vista paterno e girar em círculos, cega de seu lugar na experiência analítica. Perde-se de vista o percurso afetivo trilhado desde a primeira sessão, quando dissera que, desde muito tempo, desde criança, pensava em morrer ou ter alguém com quem conversar. Essa memória se recolhe, soterrada: ela já não sabe mais por que está falando e a análise é, agora, um fracasso; ou, pior, é ela a fracassada que ainda está aí, a jogar dinheiro pela janela. Maria assume para si a pergunta, cega-se para sua vida afetiva, mimetiza-se, como se fosse sua a questão: já está boa da cabeça? Ter o ponto de vista próprio apagado seria equivalente a um esfumaçamento subjetivo, uma transformação de Maria no que algumas vezes ela chama de “*Fabricia*”: uma versão fabril de si mesma, colocada ao lado de outros corpos automatizados de uma linha de montagem, disciplinada, seguindo em frente – na verdade, em círculo – sem posse de si nem de seu olhar; no entanto, versão de si compreensível e aprovável pelos olhos incrustados na cabeça do pai, compatível com uma visão desafetada sobre Maria: “*Você não é diferente de ninguém*”.⁸

Surpreendo-me ao ver, de súbito, minha paciente como um títere, uma cabeça repetitiva e com olhos cegos... Estamos nessa “sessão-cabeça”, onde frases se repetem seguidamente, em órbita cega da memória. Diante de uns vinte minutos transcorridos de frases repetidas, lhe pergunto se aderir a esse ponto de vista não seria uma forma de confirmá-lo, o tempo da análise indo pela janela... Maria, de algum modo, já se havia percebido tragada nessa repetição. Com seus olhos à espreita, ela está a todo o momento atenta aos seus próprios movimentos e aos que a cercam. Quando percebo isso, reconheço-a, minha “alucinação” se desfaz e volto a vê-la. Lembra-se então que, há tempos, desde pequena, tem a sensação de que

⁸ A “ausência” de afeto pai-filha revelar-se-á ao longo da análise um importante encobrimento, uma defesa de ambos que vale a pena destacar.

vê coisas que os pais não percebem. “*Eles não são antenados, nunca foram! Seguem em frente sem se perguntar nada!*”.

As antenas de Maria, desprotegidas, atropeladas ou ignoradas, recolheram-se frágeis, como as de um caramujo quando são tocadas, de volta para dentro do casco de onde não ousa sair. Assim, ela se camufla, protege-se e passa despercebida, mas corre o risco de, não sendo vista, não ser mais que a mesma casca mimetizada do mundo, não existir. Ela sabe, já dissera anteriormente, que ter os olhos contaminados é, no fim das contas, a pior das violências.

O espaço analítico reaberto reinstaura um ponto de vista: lugar a partir de onde as antenas de Maria constatam que estão vivas. Seus órgãos de percepção são percebidos e validados na experiência transferencial. Rompe-se a cegueira quando as antenas que saem da casca tornam-se capazes de se reconhecerem.

A tensão que se revela no movimento clínico aqui apresentado, entre o enclausuramento do olhar e o reconhecimento de seu potencial de abertura para a alteridade, desperta questões que fazem ressonância em âmbitos diversos, sendo caras não somente a essa paciente ou a essa análise. No próprio campo psicanalítico podemos encontrar uma situação análoga à de Maria: por um lado, quando a psicanálise é compreendida a partir de um fechamento estreito em técnicas e enquadres terapêuticos, teorias, escolas, doutrinas, tende a tornar-se fabril, com interpretações pré-moldadas, análises tais como linhas de montagem; por outro lado, se um trabalho psicanalítico é capaz de reconhecer suas “antenas” – sua dimensão viva interpretativa, extensa, com potência para ir além das cascas já estabelecidas –, é capaz de avançar em ralação aos campos de investigação que se impõem, fazendo valer o método criado por Freud.⁹

Um olhar crítico para essa oposição de tendências descortina a enorme distância existente “entre a psicanálise como *ideologia* e a psicanálise como *saber*” (FRAYZE-PEREIRA, 2002, p. 111, grifos do autor):

Enquanto instrumento ideológico, o método psicanalítico implica a repetição das teorias consagradas e a reificação dos conceitos – explica o novo pelo já conhecido. Ao contrário, na perspectiva do saber, promove a interrogação da experiência e a recriação das idéias (p. 111)

⁹ Pode-se, com respeito a essa comparação, pode-se conferir o breve texto “Perdas e Recuperações do Método na História da Psicanálise – Alguns Exemplos”, de Marilza Taffarel (2002), construído em torno da ideia de que há “no percurso feito pela psicanálise desde Freud até nossos dias [...] [uma] oscilação entre um saber que caminha por rupturas e um que aspira a ser inabalável” (p. 74).

Na medida em que o “fazer psicanalítico” é concebido, nessa perspectiva do saber, “como *práxis* que não se faz metodicamente, mas reflexivamente através do psicanalista na relação com seu outro necessário (o analisável/o analisando)”, a psicanálise é situada como uma “*espécie de contradiscurso*” (p. 114, grifos do autor). Sob esse prisma, vemos nitidamente que a ideologia – que se sustenta nos discursos vigentes e nega a alteridade – é a contramão psicanalítica. No encontro reflexivo com o outro, quando se rompem os campos já conhecidos e estabelecidos, a psicanálise acontece: cria, progride, dando evidente sinal de vida. É nesse sentido que Pontalis (1977/2005) considera que, desde Freud, a psicanálise se realiza de fato *nas* fronteiras de seu campo transformadas em *confins*.

Se a alteridade “exige de nós atitude criativa para que dela possamos ter experiência” (FRAYZE-PEREIRA, 2008, p. 145), a transformação, no campo psicanalítico, das “bordas em confins” (PONTALIS, 1977/2005, p. 225) está de acordo com essa exigência. Há que se ter em conta, porém, que os primeiros momentos – limítrofes – desse processo de se ter experiência do outro são potencialmente traumáticos, podendo provocar a saída de cena das antenas analíticas, uma fusão no familiar. Há o risco de instaurar-se, por reação, uma escuta clínica a partir de “cavernas teóricas” já prontas que distorcem a alteridade, fazendo-as caber nos campos já conhecidos. Ou seja, o exato oposto do processo de teorização flutuante que se espera que acompanhe a escuta clínica.

Antes de prosseguir, porém, façamos um breve e importante esclarecimento: em alguns momentos ao longo deste trabalho, assim como ocorre agora, buscamos algumas reflexões quanto aos *movimentos da psicanálise em relação aos limites de seu campo instituído*. Por si só, esse poderia ser um tema vasto de investigação, mas não é nosso objetivo abrir essa trilha; tampouco temos a intenção, ao ressaltar as resistências aí encontradas, de fazer meramente uma crítica a certa tendência ou postura conservadora que se possa encontrar no meio analítico. Ao abordar tais movimentos, na realidade buscamos explicitar que o terreno dos estados-limite aqui pesquisado *inclui as ressonâncias que ele provoca em nosso próprio instrumento de pesquisa (nosso psiquismo)*. Nesses casos, aliás, tais ressonâncias provocam no analista não exatamente resistências no sentido de uma repelência a conteúdos recalçados, mas sim, processos de desligamento, de destruição das ligações psíquicas que permitem ao psiquismo, ao pensamento clínico, entrar em contato com aquilo que ele não é. Pensar psicanaliticamente a implicação do psicanalista diante da alteridade radical – *o que sucede a seu psiquismo no contato com os limites?* – mostra-se, então, fundamental para se

lidar com o risco de o próprio pensamento clínico não lograr adentrar o campo pesquisado. Essa questão permanecerá viva, portanto, acompanhando o percurso desta dissertação.

É sabido entre os analistas – e, grosso modo, é o que se passa com Maria na situação apresentada acima – que o analisando vive uma angústia geradora de resistências ao ver ameaçadas suas representações de si e do mundo, quando o campo do cognoscível tende a se tornar pura alteridade, abrir-se amplamente.

[O analisando] vive a mudança como aflição, está em constante *expectativa de trânsito* – fonte geral da angústia que a análise produz. Seu desejo volta-se compreensivelmente para descobrir algum elemento fixo de referência, um assunto final, um termo de realidade. O trânsito entre diferentes auto-representações deixa um momento de vazio que ameaça a identidade individual. Qualquer autodefinição parece melhor que o não saber de si. (HERRMANN, 2003, p. 43, grifos do autor)

Essa citação retrata o *analisando* diante da mudança que a análise suscita, mas podemos considerar que tal situação angustiante faça também parte da experiência do *analista* diante de um limite, exigindo-lhe recriar-se para poder escutar algo inaudível. Não terá vivido também Freud uma expectativa de trânsito com respeito à psicanálise, sua cria, enquanto guardou consigo “o grande segredo que foi despontando lentamente” (MASSON (Ed.), 1986, p. 265) – segredo confiado a Fliess, após meses, em carta de 21 de setembro de 1897 –, de que deixara de acreditar em sua “*neurótica*”? Quanta resistência não houvera sido empenhada até então para que não ruísse a teoria das neuroses vigente, para não provocar no campo psicanalítico recém criado um vazio conceitual? E quantos outros momentos de angústia e resistência não foram vencidos para que se efetuassem as tantas renovações e viradas teóricas posteriores?

A despeito das despertadas antenas analíticas freudianas – que, a cada passo, se dirigiam às bordas de seu campo para restabelecer os contornos da nascente disciplina –, é notória a presença de grande resistência junto aos movimentos de avanço da psicanálise; e devemos reconhecer, ao longo da história psicanalítica, certa tendência à impregnação ideológica através do estabelecimento de doutrinas escolásticas fechadas em si mesmas, alheias ao que escapa de seu crivo conceitual.¹⁰

¹⁰ Quanto a essa tendência, podemos conferir e ter como referências críticas, por exemplo, Herrmann (2002) e McDougall (2001): por Herrmann, “A História da Psicanálise” é brevemente narrada sob o prisma da tensão entre descobertas a partir do método inventado por Freud e a transformação das descobertas em doutrinas; já McDougall critica uma posição de analistas aos quais compara a “discípulos” de seitas ao não questionarem seus modelos teóricos. Esses dois autores buscam situar a psicanálise para além das diferenças teóricas e da postura doutrinária das escolas psicanalíticas.

No entanto, tomando esse problema sob outro ângulo, é possível considerar os movimentos dos psicanalistas ao se revestirem de teorias e técnicas, repetindo-as, como uma reação frente à radical alteridade presente no encontro analítico e aos traumatismos a ela inerentes. Nesse sentido, essa espécie de recolhimento ou camuflagem bem pode ser iluminada, como veremos logo adiante, por alguns dos processos estudados por Freud em seu texto de 1920, “Além do Princípio do Prazer”.

Quanto à escuta em psicanálise, que é o meio, o instrumento com que o analista entra em contato com seu outro (“o analisável/o analisando”),

pode-se dizer que o silêncio é o equivalente, na vigília, do sono do analista, no qual ele se escuta escutar, enquanto na cena do discurso ouvido formam-se as associações do analista, tempo prévio à formulação interpretativa (GREEN, 1979/2004, p. 27).

O silêncio é, portanto, segundo essa concepção de Green, “o meio pelo qual ele [o analista] recusa a percepção do manifesto [...] para fazer emergir a representação psíquica da pulsão” (p. 35). Ou seja, é sobre o fundo desse silêncio-sono que se instaura a atenção flutuante – insígnia da escuta analítica –, através da qual se faz possível para o analista “sonhar” no tempo de uma análise. Entretanto, há situações nas quais essa “escuta-sonho” não se pode estabelecer, quando formas de expressão solicitadoras do paciente “retardam, perturbam ou impedem a instauração no analista do silêncio que lhe é necessário para escutar” (FÉDIDA, 1989, p. 118). Não seriam, então, os sonhos traumáticos aquilo que melhor metaforiza a escuta nessas condições de excesso?

Para avançarmos nesse ponto, contornemos primeiramente algumas noções que surgem na esteira da investigação freudiana em “Além do Princípio do Prazer” (FREUD, 1920/2010), para então retornarmos a essa questão.

Esse texto de Freud expõe uma ruptura teórica fundamental em sua obra, que se observa justamente a partir da admissão de que, nos sonhos repetitivos ligados a traumas, “a tendência realizadora de desejos”, função do sonho, “é abalada ou desviada de seus propósitos” (p. 170); têm lugar aí “tendências além do princípio do prazer, mais primitivas que ele e independentes dele” (p. 176). A noção de *compulsão à repetição* ganha destaque na investigação quanto a um funcionamento do psiquismo “além do princípio do prazer”, entretanto, essa noção

participa de tal modo da investigação especulativa de Freud nesse momento decisivo, com suas hesitações, impasses e mesmo contradições, que é difícil

delimitar a sua acepção restrita como também a sua problemática própria. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, P. 83) ¹¹

Em uma primeira aproximação, Freud situa a compulsão à repetição, observada na tendência reiterada de retorno à situação traumática, como uma função primitiva do psiquismo de ligar um evento fortemente carregado de energia, quer dizer, de dominar as tensões excessivas e, em seguida, ab-reagi-las. Em um segundo momento, ele irá ampliar enormemente as possibilidades de apreensão conceitual desse movimento repetitório. Sustentados por essa ampliação e pela ambiguidade desse conceito presente no próprio texto, propõem Laplanche e Pontalis (2000): “Ou devemos admitir que a repetição deve ser, em última análise, relacionada com o que há de mais ‘pulsional’, de ‘demoníaco’, em todas as pulsões, a tendência para a descarga absoluta que é ilustrada na noção de pulsão de morte?” (p. 85).¹² O jogo infantil figura de modo privilegiado relacionado à primeira dessas aproximações, quando é proposto que a passagem de uma posição passiva quanto ao evento traumático para uma posição ativa, através da brincadeira, poderia ser o mote de tal atividade. Nesse sentido, quanto a uma criança que brinca com o fato do desaparecimento da mãe, Freud (1920/2010) conjectura:

Ele se achava em uma situação passiva, foi atingido pela vivência e, ao repeti-la como jogo, embora fosse desprazerosa, assumiu um papel ativo. Tal empenho poderíamos atribuir a um impulso de apoderamento [*Bemächtigungstrieb*], que passou a não depender de que a recordação em si fosse ou não prazerosa. (p. 173-174)

Na brincadeira, encontramos essa conexão entre uma impressão desprazerosa e um movimento prazeroso que pressupõe o domínio do princípio do prazer. Entretanto, é possível isolar teoricamente a regência de um funcionamento psíquico que nada tem a ver com os parâmetros prazer/desprazer:

Um evento como o trauma externo vai gerar uma enorme perturbação no gerenciamento de energia do organismo e pôr em movimento todos os meios de defesa. Mas o princípio do prazer é inicialmente posto fora de ação. Já não se pode evitar que o aparelho psíquico seja inundado por grandes quantidades de estímulo; surge, isto sim, outra tarefa, a de controlar o

¹¹ Não é nossa intenção investigar as minúcias desse decisivo texto freudiano, nem as múltiplas leituras que ele resultou, mas sim situá-lo como um gancho fundamental para se avançar nas investigações aqui propostas. Cabe destacar, porém, que algumas partes – quiçá as mais ricas e plenas de consequências teóricas – de “Além do Princípio do Prazer” são, tal como admitido no próprio texto por Freud, investigações especulativas.

¹² Podemos reconhecer esse outro modo de apreender o conceito de *compulsão à repetição* ao longo do capítulo seguinte, “*Investigações Psicanalíticas Através da Escrita*”.

estímulo, de ligar psicologicamente as quantidades de estímulo que irromperam, para conduzi-las à eliminação (p. 192).

Nos sonhos traumáticos, esse funcionamento do aparelho psíquico é posto em ação, o que leva Freud a reformular sua teoria, considerando, em relação ao sonho, a busca de ligação psíquica uma função mais elementar que a de guardião do sono:

a função do sonho, de eliminar motivos para a interrupção do sono por meio da realização de desejos, não seria a sua função original; ele a teria assumido apenas depois que toda a vida psíquica aceitou o domínio do princípio do prazer (p. 196)

Mais precisamente, Freud considera que a ausência de uma preparação para o evento traumático é decisiva para que ele possa ter um efeito psíquico avassalador; e, sob esse prisma, propõe que os sonhos traumáticos “buscam lidar retrospectivamente com o estímulo, mediante o desenvolvimento da angústia, cuja omissão tornara-se a causa da neurose traumática” (p. 195). Uma preparação para o excesso mediada pela função sinalizadora da angústia seria então buscada através de um movimento reiterado de repetição da situação traumática, de modo que “a preparação para a angústia [*Angstbereitschaft*], com o sobreinvestimento dos sistemas receptores, representa a última linha da barreira contra estímulos” (p. 195)

Devemos destacar que o que se observa, quanto aos sonhos ligados a traumas, é que sua função de controlar o estímulo apenas se anuncia, sem poder ser levado a cabo o objetivo de eliminar o trauma através de ligações psíquicas, o que lhe dá um caráter de curto-circuito, pois o próprio sonho, renitente na busca de elaboração, repete o trauma, re-traumatiza, mas não o elabora, tanto é que a repetição prossegue. Podemos supor que falte a essa equação outro psiquismo – em condições tanto de pensar o traumático quanto de dar suporte à angústia que venha a irromper no tempo da repetição – que possibilite a ruptura do campo do traumático.

Voltemos nesse ponto à nossa comparação entre a escuta em condições de excesso e os sonhos traumáticos, para termos então uma primeira aproximação da ideia central desenvolvida nesta dissertação, de que a escrita do analista a partir de situações-limite é capaz de ampliar sua escuta clínica; teremos antes que considerar, no entanto, que tal ampliação exige um tempo de *restauração* da escuta – como sugere o título do próximo subcapítulo –, que estaria como que “traumatizada”. Se, em algum momento de uma análise, é o sonho traumático que serve de metáfora para a escuta psicanalítica, podemos dizer que ela, assim

como tal sonho, não logra assumir sua função (de ligar psiquicamente os estímulos traumáticos), mas cai em um curto-circuito impeditivo dos processos psíquicos. Tal como o sonho cola-se no trauma, a escuta fixa-se no traumático que emerge na transferência; nessas situações – estados-limite – uma saída possível à compulsão à repetição que então se estabelece, propomos aqui, se dá pela escrita em um momento posterior ao tempo clínico, de modo que *a escuta pode se restabelecer como escrita*, ou seja, *é a escrita que fará o trabalho que a escuta, lastimada, não pôde fazer no momento do encontro analítico*; nesse sentido, ela é restaurada no próprio tempo da escrita, que se torna uma escrita-escuta, por assim dizer.

O analista, por meio da escrita, é capaz de retroceder ao campo traumático, mas agora em melhores condições para estabelecer as ligações psíquicas necessárias à sua elaboração e ruptura. Melhor dizendo, podemos considerar esse trabalho de escrita por parte do analista como um trabalho de perlaboração¹³, visto ser uma elaboração que se constitui como parte do trabalho da análise em questão.

Prossigamos e consideremos, com Pontalis (1991):

A fixidez do *Trauma* – ruptura, violação súbita e sofrida – impede o desenrolar do *Traum* – esse tecido de imagens – para dar todo o lugar a alguma cabeça de Medusa... Ou, em outros termos, quando o *invólucro* protetor foi rasgado e o suporte projetivo destruído, a *letra* imagística do sonho não pode mais escrever-se. O intérprete não tem mais nada, então, a dizer: ele conserta o tecido, ou, confiando na paciente tecelagem artesanal que se chama ‘perlaboração’, espera que da catástrofe nasça um enredo que não seja mais uma catástrofe... (p. 35-36, grifos do autor)

¹³ Assumo este neologismo, “perlaboração”, como tradução do *Durcharbeitung* freudiano. Trata-se de uma transposição para o português do termo francês *perlaboration*, proposto por Laplanche e Pontalis (2000) como alternativa ao termo “elaboração”, a fim de dar conta de um sentido mais próximo do original, composto pelos termos *durch* (através) e *Arbeit* (trabalho), algo como “elaboração através”. Outros termos que esses autores traduzem por “elaboração psíquica” (*Verarbeitung*, *Ausarbeitung* ou *Aufarbeitung*) designam o trabalho do aparelho psíquico na lida com as excitações, enquanto o termo “através” do *durcharbeitung* conectam esse trabalho ao processo da análise, à dinâmica entre interpretação e resistência. A perlaboração é, então, constante durante a análise, “uma espécie de trabalho psíquico que permitiria ao sujeito aceitar certos elementos recalcados e libertar-se da influência dos mecanismos repetitivos” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, p. 339). Hanns (1996) observa que as duas opções de tradução, “elaboração” ou “perlaboração”, “se afastam em determinados aspectos do termo original” (p. 198); exemplo disso é a ideia de aperfeiçoamento que não se encontra no termo alemão. De todo modo, *Durcharbeitung*, em seu sentido corrente, “evoca o movimento de atravessar, embrenhar-se num trabalho. Trata-se de um avanço obtido pelo esforço da ação de trabalhar ao longo da tarefa.” (p. 199). Roudinesco e Plon (1998) incluem em seu “Dicionário de Psicanálise” um mesmo verbete para elaboração e perlaboração, referidos somente ao *Durcharbeitung* freudiano. Esses autores apontam para a opção de Laplanche e Pontalis pela palavra “perlaboração”, observando que o termo “é o processo que ele designa não têm, em Freud, o estatuto de conceito que lhes é justificadamente atribuído pelos autores franceses” (p.174). Já integrado ao vocabulário psicanalítico, uso esse termo ao longo da dissertação no sentido amplo do trabalho da cura analítica, quer seja cura do analisando, quer seja cura da psicanálise (entendida no sentido de pôr em ação seu potencial).

Sob outros termos, vemos através da pena de Pontalis a ideia freudiana da função protetora atribuída ao aparelho psíquico e do trauma como sua destruição. A via perlaborativa como possível lida com o trauma – de natureza criativa, assim como o brincar das crianças – é capaz de desfazer o efeito paralisante da “cabeça de Medusa”; essa “paciente tecelagem artesanal” – que aqui situamos também do lado do analista, no tempo da sua escrita – pode refazer a trilha dos processos de ligação que constituem o psiquismo – o “invólucro protetor” do sonho e da escuta clínica flutuante.

Ainda por mais um instante, vamos tomar em conta essa ideia de Freud (1920/2010) que faz com que o aparelho psíquico figure como uma barreira contra estímulos, para então pensarmos na escuta psicanalítica também nesses termos. Pode ser que pareça, à primeira vista, uma contradição propor que nossa escuta clínica seja pensada como uma barreira, visto que ela deve, evidentemente, ser o mais aberta possível; mas se a comparamos ao aparelho psíquico, se sua função é a mesma do próprio psiquismo – apenas tendo a particularidade de ser voltada para o campo psicanalítico –, então devemos tomar em consideração essa ideia, que talvez nos leve a uma melhor compreensão justamente dos processos nos quais essa escuta “ensurdece”, paralisa-se. Pois bem, o aparelho psíquico é para Freud uma barreira contra estímulos, extremamente mais complexa, evidentemente, mas comparável à casca de um ser vivo primitivo que torna uma parte externa de si inorgânica para preservar do mesmo fim o seu núcleo. Então, não seriam nossas construções teóricas equiparáveis também a cascas? – ou cascas, ou territórios, continentes, se quisermos metáforas mais compatíveis à sua complexidade... Ainda em “Além do Princípio do Prazer”, Freud faz uma representação figurada do excesso de excitação ao escrever sobre uma vesícula primitiva receptiva a estímulos, propondo que “esse pequeno pedaço de substância viva flutua num mundo carregado de fortes energias, e seria liquidado se não fosse dotado de uma *proteção contra estímulos*” (p. 188, grifos do autor). Não está na mesma situação nossa escuta clínica, a flutuar também em um mundo carregado de “fortes energias”, o campo transferencial? E – cabe então perguntar – o que torna o analista capaz de receber os estímulos sem ser “liquidado”, preservando seu lugar e a possibilidade de manter sua escuta flutuando? Suponho que seja uma ampla capacidade de transitar entre o que já está instituído em psicanálise e um movimento instituinte, sendo esse trânsito sustentado pelos laços transferenciais (com instituições, teorias, autores, colegas, grupos de estudos, supervisão e a própria análise), que fazem parte de certo lastro emocional do analista em relação à sua prática (seu *setting* mais íntimo e menos evidente). Esses laços me parecem um suporte imprescindível para que, “tanto

no plano da teorização como no da nossa práxis, estabeleçamos um recuo com o estabelecido dando lugar ao vazio e à angústia de estar ‘em trânsito para’” (TAFFAREL, 2003, p. 114), ou seja, para que se possa viver a experiência da alteridade. Constituem-se, portanto, como um lugar de *reserva* do analista (FIGUEIREDO, 2000), a partir do qual se faz possível sua *implicação* na análise, principalmente no tempo de sustentação do vazio e da angústia que o recuo com o estabelecido desperta.

A dialética da *implicação* e da *reserva*, tal como formulada por Figueiredo (2000), é vital para que o analista possa se oferecer como objeto de investimento (ou de desinvestimento), mas também para que proteja suas fronteiras egóicas e, de forma geral, suas funções psíquicas de um total aniquilamento. Ou seja, para que essas funções psíquicas continuem sendo investidas pelo próprio analista e postas em funcionamento a favor de si e do paciente ele precisa sustentar a *reserva* na *implicação*. (COELHO & GETLINGER, 2006, p. 157, grifos dos autores)

Desfaz-se, portanto, a aparente contradição de se pensar a escuta psicanalítica como um lugar de proteção; e, desse modo, podemos considerar que é justamente por existirem *bordas* constituídas que são possíveis os movimentos de avanço que as transformam em *confins* (PONTALIS, 1977/2005).

Para Maria, de modo análogo, também o alicerce emocional construído nos anos de análise constitui-se um campo de reserva – com suas bordas fortalecidas – que lhe esboça uma garantia de que suas “antenas” não serão destruídas no curso de suas explorações analíticas incipientes e cheias de apreensão. A partir de certa proteção, suas antenas podem sair da casca e tatear o mundo, implicar-se aí, para dele terem experiência.¹⁴ No entanto, ainda que tais bases sejam fundamentais para que os movimentos de avanço não sejam arruinados, necessariamente o contato com os limites impõe como exigência a reestruturação desses alicerces, pois é no próprio campo já conhecido que o estranho irrompe.¹⁵

¹⁴ Freud (1920/2010) justamente compara os órgãos dos sentidos a “antenas que tateiam o mundo externo e sempre se retiram novamente dele” (p. 190). Aqui busco incluir a ideia de um tatear reflexivo, que permite às antenas reconhecerem-se e reconhecerem sua presença e implicação no mundo.

¹⁵ Essa ideia do estranho que irrompe no lugar familiar nos remete às ideias freudianas relativas ao *Unheimliche* (FREUD, 1919/2010), que exploraremos no capítulo “*Investigações psicanalíticas através da escrita*”, no subcapítulo “*Quando o vazio ganha corpo*”.

Estados-limite do campo transferencial e abertura do campo teórico

No que concerne à escuta psicanalítica inserida no campo transferencial, no processo de se ter experiência do mundo, os limites “confrontam o analista com uma questão radical, que ele pode evitar cada vez menos” (PONTALIS, 1977/2005, p. 217); uma exigência se impõe ao analista diante das fronteiras do analisável: que seu trabalho se volte para uma reordenação do território psicanalítico a partir dessa *confrontação*.

Confrontação: entendamos isso no pleno sentido da palavra, pois quanto mais o analista se aproxima do estado-limite, mais ele se sente efetivamente questionado e até desafiado. Nesse encontro é o *conjunto* de sua atividade teórica e prática que é posto em questão: sua escuta, seu modo de *ser* e de interpretar com seus pacientes menos desconcertantes – o ‘bom e leal neurótico’ – vêem-se necessariamente modificados [...]. (p. 217, grifos do autor)

O questionamento e o desafio põem em movimento o trabalho criativo dos analistas de refazerem a casa, o terreno, todo o campo anteriormente delimitado. Essa terminologia – *estados-limite* em vez de *casos-limite* – implica, aliás, para Pontalis, não apenas uma mera convenção, mas opera um significativo deslocamento na questão dos limites, da psicopatologia do analisando para o campo transferencial: sobrevêm os limites para a escuta analítica, e então se trata de analisar *nos* limites do audível e, para tanto, encontrar (ou criar) recursos.

Podemos visualizar o percurso desse deslocamento nesta consideração de Roussillon (2007)

Como sempre ocorre quando se centra a análise numa configuração clínica e transferencial particular, esta *trabalha* todos os componentes da contratransferência, tanto nos estados afetivos vividos no contato com ela, quanto na relação que mantemos com nosso dispositivo de análise ou até mesmo com o que nos liga à teoria. A investigação psicanalítica de uma dada conjuntura clínica implica, portanto, não somente uma sensibilidade à clínica dos estados afetivos do analista durante a sessão, mas também uma *clínica* da relação com o dispositivo e mesmo uma *clínica da teoria*. (p.258, grifos do autor)

Assim, embora na literatura psicanalítica (KERNBERG, 1974; GREEN, 1988, 1990, 2002b; ANDRÉ (Org.), 1999; SEARLS, 1986/2004; CHABERT, BRUSSET, BRELET-FOULARD, 2006; M. R. CARDOSO (Org.), 2004; entre outros) os termos “*borderline*”, “paciente fronteiriço” ou “limítrofe”, “caso-limite” e “estado-limite” sejam usados, em geral,

como sinônimos, referidos ao analisando e/ou à sua organização psíquica – mesmo que os afetos contratransferenciais suscitados junto a esses analisandos possam ser considerados –, parece-me importante ressaltar essa distinção e demarcar que a ideia de “estado-limite”, no sentido proposto por Pontalis – que aqui adotaremos –, implica radicalmente o analista no campo que se configura (e que articula sua clínica à sua relação com a teoria); tal implicação deverá ficar mais evidente ao longo do texto, mas essa precisão conceitual faz-se decisiva para que possamos avançar.

Se o funcionamento psíquico que se define pelo conceito de caso-limite constitui um terreno bastante amplo de pesquisa, esse, porém, não é exatamente nosso foco. Aqui, nos atemos às experiências dos limites que ultrapassam o campo intrapsíquico do analisando e incidem na relação transferencial, com ressonâncias no psiquismo do analista. É esse funcionamento limítrofe que atinge o trabalho analítico, a escuta do psicanalista, que buscamos circunscrever e que nomeamos – considerando o deslocamento apontado por Pontalis, acima mencionado – estado-limite.

Poderíamos até nos debruçar sobre um debate que contraponha, de um lado, uma constatação evidente há anos de que é

comum afirmarem que os pacientes não são mais o que eram: a população analítica estaria composta cada vez menos de neuroses francas, precisamente aquelas que Freud definia como neuroses de transferência; cada vez mais, veríamos nela formas “mistas” nas quais, sob uma fachada neurótica, revelar-se-ia a intensa atividade projetiva do esquizo-paranoide, ou uma fragilidade narcísica tal que o único recurso seria a dissociação entre a psique e o soma, ou então o que Freud já identificava como “alterações do eu”, que caracterizam o comportamento de uma espécie de loucura sem delírio. O fato é que [...] os quadros clínicos rotuláveis como puramente neuróticos parecem tornar-se raros (PONTALIS, 1977/2005, p. 217-218)

E, de outro lado, a hipótese bastante plausível de que é “bem possível que formas clínicas ditas novas tenham sido identificadas [nos primórdios da psicanálise] com outros nomes” (p. 218-219): podemos parear o que hoje se consideram afecções psicossomáticas com as neuroses atuais descritas por Freud (1895/1981), e mesmo nas histerias dos “Estudos” de Freud e Breuer (1895/1981), somos capazes de reconhecer o que hoje se nomeia caso-limite.

Entretanto, algo que ultrapassa essa contradição e que nos parece aqui realmente fundamental “é que o psicanalista, seja qual for sua orientação teórica, funciona de uma maneira diferente, e que a experiência dos limites, e não só, repito, a dos casos-limite, desempenha nisso um papel determinante” (PONTALIS, 1977/2005, p. 219).

Alguns rastros no caminho desse deslocamento dos *casos-limite* para os *estados-limite*, porém, merecem destaque, pois algumas características que se referem à organização psíquica do analisando caso-limite, de certo modo, serão mantidas na experiência do analista confrontado com os limites de seu campo, de sua escuta. Detenhamo-nos então, ainda por um momento, no que está em jogo quando um analista se refere a um analisando como um caso-limite ou *borderline*.

Para Green (1990), a partir de uma primeira aproximação, vemos esses termos usados “na clínica psicanalítica moderna [...] como um tapa-buraco: dizemos ‘caso-limite’ quando não sabemos o que dizer” (p. 12). Ora, de toda maneira, podemos ponderar que, se necessitamos de um nome para algo que se passa em nossos consultórios e se o nome que temos à mão é falho em precisão, estamos diante de um fenômeno clínico relativamente desconhecido.

Se nos acercarmos um pouco mais a esses conceitos, vemos que todos eles não escapam de fazer referência a “borda”, “limite” ou “fronteira”, e que isso se deve a que, inicialmente, eles designavam pacientes cuja problemática se acreditava estar localizada na divisa entre a neurose e a psicose. A experiência com tais analisandos evidenciou, porém, organizações psíquicas com respeito às quais a psicose não serve como única referência: “não eram simplesmente psicoses latentes ou psicoses com poucos sintomas, mas sim organizações originais” (GREEN, 1990, p. 12). Como, além disso, tais casos, em sua grande maioria, não evoluíam para uma psicose, pôde ser reconhecida aí “uma estrutura não somente autônoma, mas relativamente estável” (p. 12).¹⁶

Mas, se “limite”, “*border*” e “fronteiriço” são termos que permanecem sendo marcas desses conceitos, podemos supor que

não era por simples facilidade de linguagem que tínhamos passado a usar a denominação de *casos-limite* [ou – acrescentamos – *borderline* ou paciente fronteiriço], e que se os conceitos da psicanálise não eram adequados para teorizar essas estruturas clínicas, isso se devia, talvez, à necessidade de considerar o próprio limite como um conceito (p. 12-13, grifo do autor).

Nesse texto de Green usado aqui para movimentar essas articulações, “Metapsicologia dos Limites”, uma complexa releitura da obra freudiana é proposta, tendo como foco o limite

¹⁶ Essa autonomia do conceito se sustenta, aliás, não somente na diferenciação verificada em relação à psicose. Em relação também à neurose encontramos delimitações que a afirmam; quer dizer, não é porque o caso-limite não se pode considerar uma psicose que se possa automaticamente enquadrá-lo como neurose. Conferir, por exemplo, o texto de Green (2002b), “Histeria e estados-limite: quiasma. Novas perspectivas”, no qual articula histeria e casos-limite, apontando convergências e diferenças entre essas duas organizações psíquicas.

justamente tomado como conceito, definido como zona de transformações entre instâncias psíquicas, entre psique e soma, entre sujeito e objeto. Trata-se de um percurso convidativo, porém não avançaremos muito por essa trilha para que não nos desviemos demasiado do nosso tema. Emprestaremos dela, no entanto, uma observação que nos ajudará a articular e percorrer, em especial, alguns conceitos presentes no próximo capítulo (“Investigações psicanalíticas através da escrita”).

Green nos lembra que “o elemento mais fundamental da teoria freudiana, a pulsão, é definido como um conceito-limite” (p. 16); o autor se põe a questionar sobre o que isso significaria, e propõe que não se trata simplesmente de um conceito

do que está ‘no limite’ entre o psíquico e o somático. [...] Talvez se trate do conceito do que está no limite do conceitualizável, justamente por se tratar de algo situado em uma fronteira, sendo somente o psíquico abrangido pelo conceito, talvez o somático escapando da conceitualização, se quisermos falar dessa conceitualização em termos de psíquico.

Se estendermos essa consideração sobre o conceito-limite também a outros conceitos psicanalíticos além da pulsão, veremos que o que figura como limite do conceitualizável pode ser considerado uma espécie de extensão do somático, campo inapreensível pelo psiquismo, pela conceitualização. Valeremo-nos de conceitos que se encontram nessa fronteira, mas justo pelo fato de que *um conceito, ao ocupar um lugar-limite, torna o próprio limite um território*. Abre-se um confirm no campo teórico que o psiquismo, através do conceito, pode explorar; ao mesmo tempo, aquilo que aí escapa renitente e resiste à conceitualização estabelece novas bordas ao terreno.

Destaquemos alguns dos conceitos que nos servirão para abertura de trilhas no capítulo a que nomeamos “Investigações psicanalíticas através da escrita”: o *Unheimliche* freudiano encontra-se no limite entre o familiar e o desconhecido que, remetido ao recalque originário, escapa ao conceito; a própria noção de campo originário é, ao mesmo tempo, uma fronteira e um território figurado pelo conceito; o conceito de abjeção situa uma área difusa entre o sujeito e o objeto, de onde o sujeito emerge sem separar-se completamente. Esses conceitos serão aprofundados oportunamente mais adiante; entretanto, marcamos aqui a força e intensidade que eles guardam, provavelmente por essa vizinhança com as bordas do representável e pelo potencial de aí engendrar linguagem.¹⁷

¹⁷ Apontamos aqui que, no campo psicanalítico, dependendo do enfoque teórico, encontraremos dois extremos onde situar as bordas e/ou confins para o psíquico: se dermos ênfase metapsicológica à economia, tópica e dinâmica intrapsíquicas, será a *pulsão* o conceito-limite, entre o psíquico e o somático, sendo o somático

Voltemos agora aos casos-limite, tendo em mente a consideração de que o limite tomado como conceito faz com que ele próprio já não seja mais uma “divisa” simplesmente, mas um “território” a se explorar. Desse campo conceitual assim transformado em terreno aberto, podemos destacar um deslocamento pelo qual os termos caso-limite ou *borderline*, que em princípio designavam o frágil limite separativo, a linha divisória tênue entre neurose e psicose, passam a se referir a um esfumaçamento das fronteiras também em outros âmbitos e aspectos do psiquismo: “nos *casos-limite* não se trata simplesmente do problema dos limites do ego, mas também da desorganização dos limites no interior do aparelho psíquico [...], da permeabilidade excessiva entre o ego, o id e o superego” (p. 13, grifo do autor).

A indefinição das fronteiras entre essas instâncias do aparelho psíquico terá reflexo no campo transferencial, na medida em que é aí o sítio das projeções/atuações dos objetos e pulsões que povoam a vida intrapsíquica (ou nela fazem lacuna). O limite incidirá na situação analítica como território de experiências de invasão e/ou desligamento. De modo bastante preciso, nesse sentido, Green indica que os casos-limite compreendem aqueles pacientes que vivem, na transferência, uma “dupla angústia contraditória” – angústia de separação e angústia de intrusão – relativa ao contato com os limites revelados pelo outro.

Se centralizássemos os acontecimentos em torno dessa dupla angústia, poderíamos efetivamente compreender que falamos de limites existentes entre o ego e o objeto, seja quando o objeto parece inacessível, inatingível, sempre fora do alcance do investimento, seja, ao contrário, quando temos o objeto ‘mordendo’ o território do ego, perseguindo-o dentro de seu próprio território. (GREEN, 1990, p. 13)

Podemos considerar que, quando se trata dos *estados-limite*, as mesmas angústias se fazem presentes, mas o foco do problema recai sobre os limites *do analisável*, concentrando-se no encontro *do analista* com a alteridade. Quando a “confrontação” com os limites acontece no interior da clínica, encontramos a angústia pela *intrusão*, no campo transferencial, de um corpo estranho inassimilável (quer para o analisando, quer para o analista, ao menos num primeiro momento); temos então o “objeto ‘mordendo’ o território” psicanalítico – e forçando à elasticidade da técnica¹⁸, às revisões teóricas e ao aguçamento da escuta. O paradoxo encontra-se no fato de que, ao mesmo tempo em que o objeto é intruso, na medida

inapreensível; se a ênfase for dada às relações objetais e à intersubjetividade, é o *outro* que se encontrará no limite do representável. Uma articulação entre essas duas vertentes teóricas é realizada, com êxito, por Green (1972/1996; 2000), para quem a junção dessas duas perspectivas teóricas é fundamental para lidar com as problemáticas da clínica contemporânea. A pulsão não pode ser considerada sem a presença do objeto que a “desperta”.

¹⁸ Cf. Ferenczi (1928/2003).

em que é inassimilável, também podemos constatar, por sua impermeabilidade, uma distância brutal. Na outra face dessa moeda, portanto, o que se vive é uma experiência angustiosa de *separação* em relação ao outro, à absoluta exterioridade inassimilável do outro, quando um limite se impõe à escuta como um abismo tão largo que o analista não consegue ver mais que seu terreno já delimitado. O que quer que fuja a um “mais do mesmo” torna-se inaudível, e o outro se torna “inacessível, inatingível, sempre fora do alcance do investimento” psicanalítico.

Quando confrontada com os estados-limite, poderíamos considerar que a psicanálise precisa, assim como Maria, ter suas antenas reapresentadas a si mesmas, a fim de investigar e integrar tais estados. É sob esse aspecto, em especial quando se trata desse campo de investigação, que vemos ser fundamental o olhar psicanalítico voltar-se sobre a psicanálise, de modo a instaurar aí movimentos de cura, quando se exige do analista criatividade no sentido de uma permanente recriação do “conjunto de sua atividade teórica e prática”. Esse processo – o pêndulo teoria-clínica – tem como resultado, de fato, mais que uma simples ampliação do território psicanalítico, mas modificações profundas no terreno anteriormente consolidado.

Deslocamentos teóricos que radicalizam a implicação do analista no processo analítico

A. Green (1979/2004, p. 21) observa que, apesar de óbvia, uma fundamental constatação surge somente tardiamente na obra de Freud (em “Construções em Análise”, de 1937): a de que “o trabalho de análise consta de duas partes completamente distintas, que se levam a cabo em duas localidades diferentes, que afetam a duas pessoas, a cada uma das quais é atribuída uma tarefa distinta” (Freud, 1937/1981, p. 3366, tradução nossa). Mas em que medida se trata de uma constatação tardia? Ou em que nova direção ela aponta? É claro que, desde o início da prática e transmissão da psicanálise por Freud, não foram ignorados os fatores do analista geradores de dificuldades para a escuta clínica: suas resistências como pontos-cegos relativos aos processos de análise que conduz. Tais dificuldades, porém, seriam mitigadas por sua própria análise e auto-análise, sessões de supervisão e pelo ganho de experiência clínica.

No entanto, para além disso, sendo a psicanálise essencialmente “um discurso interpretativo”, que “pressupõe o sentido como o eixo epistemológico” (BIRMAN, 1993, p. 100), ela pode ser definida como um processo *intersubjetivo*. Ou seja, o que Freud constata – tardiamente, segundo A. Green – é o próprio fundamento psicanalítico, já que a interpretação psicanalítica é

um efeito que se articula *entre* as duas figuras inseridas no contexto analítico, não existindo o privilégio de uma delas, pois a interpretação vai se tecendo entre os dois pólos da relação intersubjetiva. O prefixo *inter* da palavra interpretação já indica essa particularidade da hermenêutica psicanalítica. (BIRMAN, 1993, p. 100-101, grifos do autor)¹⁹

Já desde “A Interpretação dos Sonhos”, ou seja, 37 anos antes de “Construções em Análise”, o discurso freudiano afirmava que “o sonho não apenas tem um sentido, como já é também interpretação, cabendo, assim, ao ato analítico, a enunciação dessa interpretação selada na imagem onírica” (BIRMAN, 1993, p. 104). E, tal como o sonho, o sujeito que se faz presente na relação transferencial, nascido da pulsão, também já é interpretação: “a inscrição da ‘pulsionalidade’ no universo da representação seria o que inaugura o sujeito como sentido e como intérprete, vale dizer, como sujeito-interpretação da força pulsional” (p. 110).

Podemos destacar então como o deciframento freudiano, que se caracteriza pela insistência da figura do analista para que a figura do analisando deslize no tecido de suas representações do particular ao particular, é a contrapartida metodológica dessa concepção de sujeito fundado na pulsão. Se isso nos indica o caráter interpretativo do saber psicanalítico, é preciso que sublinhemos nesse contexto a necessária dimensão intersubjetiva dessa forma de interpretação.

Para que se realize o domínio da força pulsional no universo da representação, é preciso considerar o lugar fundamental ocupado pelo outro. Desde os seus primórdios o sujeito apenas se ordena enquanto tal através do outro situado como intérprete dessa ‘pulsionalidade’ polimorfa, sem o qual não existe qualquer possibilidade, para aquele, de ordenamento psíquico e mesmo de sobrevivência. (p. 111).

As ideias de Green e Birman acima expressas, aparentemente contrárias – afinal, a constatação da presença da intersubjetividade no trabalho analítico se dá tardiamente por Freud, em 1937, ou ela já está, desde a criação do campo psicanalítico, na base de seus fundamentos? –, quando articuladas, nos levam a considerar que essa dimensão de uma implicação da subjetividade do analista na análise está realmente presente desde os primórdios psicanalíticos, mas se radicaliza ao longo do desenvolvimento da psicanálise, de modo que grande parte de sua potência surja – ou se evidencie – somente *a posteriori*.

A dimensão intersubjetiva da interpretação psicanalítica já estava presente, então, desde o início das investigações de Freud; seguindo essa trilha de reflexões, podemos

¹⁹ Sublinhemos que o termo alemão *Deutung* usado por Freud não corresponde exatamente a “interpretação”; está mais próximo a algo como “explicação” ou “esclarecimento”, sem carregar, porém, o tom pejorativo que pode ter em português. “A *Deutung* de um sonho consiste, escreve Freud, em determinar a sua *Bedeutung*, a sua significação” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, p. 247). Mesmo com essa ressalva, estamos plenamente de acordo com essa indicação de Birman.

encontrar o conceito freudiano de “construção” presente como um germen no próprio conceito de interpretação. Talvez o que se tenha chamado de interpretação ao longo da obra freudiana – até o momento dessa ampla apresentação e delimitação do conceito de construção, em 1937²⁰ – seja na realidade uma mescla dessas duas concepções posteriormente discriminadas, tal como nos indica Freud (1937/1981):

Se nos trabalhos sobre técnica psicanalítica se diz tão pouco sobre as “construções”, é porque em lugar delas se fala das “interpretações” e de seus efeitos. Mas creio que “construção” é a palavra mais apropriada. O termo “interpretação” se aplica a alguma coisa que se faz com algum elemento simples do material, como uma associação ou uma parapraxia. Mas é uma construção quando se coloca ante o sujeito analisado um fragmento de sua história anterior e esquecida. (p. 3367, tradução nossa)

A diferença entre construção e interpretação se encontra, portanto, em função da distância entre a fala do analista e o material das associações do analisando, sendo a interpretação apoiada e referida a esse material associativo e a construção, um preenchimento de lacunas mnemônicas relativas à história do analisando. Freud (1937/1981) aponta uma série de vestígios oferecidos pelo analisando, por meio dos quais se pode conjecturar a respeito de uma lembrança esquecida e propor uma construção:

[O paciente] nos oferece fragmentos dessas lembranças em seus sonhos, de grande valor em si mesmos, mas em geral bastante desfigurados pelos fatores que intervêm na formação dos sonhos. Também, ao se entregar à “associação livre”, produz ideia a partir das quais podemos descobrir alusões às experiências reprimidas e derivativos dos impulsos recalçados, assim como das reações contra eles. E, finalmente, existem indícios de repetições dos afetos que pertencem ao material reprimido que se encontram em ações realizadas pelo paciente, sendo alguma importante, outras triviais, tanto dentro quanto fora da situação analítica. Nossa experiência mostrou que a relação de transferência que se estabelece com o analista se encontra particularmente calculada para favorecer o retorno dessas conexões afetivas. Desse material bruto – se o podemos chamar assim – é de onde devemos extrair o que buscamos. (3365-3366)

Na medida desse trabalho sobre os vestígios, Freud compara o trabalho do analista com o do arqueólogo, mas ressalta uma diferença: o psicanalista não trabalha com algo destruído, como o que se revela pelas escavações arqueológicas, mas sim com o que, do passado, se encontra vivo e presente na relação transferencial. Tanto é que, em um processo

²⁰ Já em 1918, no texto sobre a análise do “Homem dos Lobos”, Freud (1918/2010) menciona pela primeira vez que, quando a rememoração do analisando é insuficiente, há a necessidade de construir ou reconstruir o que marcou seu desenvolvimento psíquico.

de análise, uma construção que faça sentido incide sobre esse “vivo”, levando o analisando a associar sobre o conteúdo proposto; para Freud, justamente, o mais próximo que se pode chegar de uma confirmação de que tal conteúdo condiga com a história do analisando é quando o material associativo subsequente “contém algo similar ou análogo ao conteúdo da construção” (p. 3369, tradução nossa). Nesse sentido, a construção é situada por Freud como um trabalho preliminar, e não – como na arqueologia – uma finalidade; podemos considerá-la como um processo de abertura de campos de investigação ali onde um limite se apresenta ao trabalho clínico, onde o esquecido está vivo, porém inacessível.

Devemos ter em conta, porém, que o levantamento dos recalques, para Freud, visa à revelação do desejo inconsciente como verdade última, e que esse intuito busca ser realizado através da interpretação; um movimento diametralmente inverso ao das condensações e deslocamentos que deformam o desejo (quando ele emerge do inconsciente a fim de realizar-se), a interpretação é essa “des-deformação” que o revela. Mas essa proposta de revelação do desejo desloca-se em direção à de construção, que afinal, como vimos, não é um objetivo em si, mas um trabalho que amplia a associatividade do analisando. Essa diferença sutil nos põe diante de um deslocamento metapsicológico crucial para a psicanálise, que vale a pena elucidar aqui.

Freud (1937/1981, p. 3361) considera que, em um processo de análise bem conduzido, a construção vale como verdade mesmo que não conduza à recordação do recalcado, e que ela tem o mesmo efeito terapêutico que o reencontro de uma lembrança olvidada. Isso significa que o trabalho da fantasia do analista, apoiada no material transferencial das sessões, participa do trabalho de cura da análise; quer dizer, o analista, por estar implicado no campo transferencial, implica sua própria fantasia nos lugares vazios ou lacunares do psiquismo do analisando que aí se revelam e, desse modo, os limites do analisável são transformados em confins.

Com relação às teorias, considerando seu enraizamento na clínica, esse movimento de implicação fica também evidente, e podemos conjecturar que não há teoria que não seja construção, ou seja, fundada nas fantasias que emergem, a partir do campo transferencial, no analista. Exemplo disso é a formulação do mito da horda primitiva em “Totem e Tabu” (FREUD, 1913/1981), que Freud pretende ser uma versão real da origem da humanidade, ao mesmo tempo em que admite tratar-se de um mito construído sobre as lacunas originárias que persistem na memória da humanidade. Freud parte de uma ampla pesquisa antropológica, onde encontra os vestígios de uma origem da cultura fundada no assassinio de um pai

totalitário; as ressonâncias dessa origem não somente se manifestam nas diversas culturas ao redor do planeta, como têm também amplo sentido clínico que se fazem notar na relação transferencial.²¹ Justamente a formulação desse mito provoca a associatividade, não de algum analisando, evidentemente, mas da própria teoria, que se fertiliza a partir desse mito. Uma construção teórica “acertada”, portanto, faz ressonância no arcabouço teórico engendrando aí mais associatividade (novas articulações).

A equiparação em termos de valor psíquico entre verdade e fantasia, feita por Freud em “Construções em Análise”, é digna de nota, como uma espécie de desfecho de um dilema que percorre a teoria freudiana desde os primórdios da psicanálise. Desde esse começo – ao tentar se inserir em uma tradição científica com a qual a psicanálise justamente viria a romper –, Freud encontra-se em busca de um referente: ao procurar a “representação inconsciente patogênica, ele visa realmente esse ponto assintótico de onde emanam os vestígios” (PONTALIS, 1991, p. 120)

Esse ponto de partida levou-o a instrumentalizar-se de uma noção de verdade enquanto *correspondência* – daí a busca da referência externa. Embora o próprio corpo teórico da produção freudiana tivesse condições de lhe fornecer a apropriação de uma noção de verdade enquanto *consistência interna* (LOFFREDO, 1999, p. 184, grifos da autora)

Podemos reconhecer um deslocamento gradual na teoria psicanalítica, com idas e vindas, que vai da busca de um referente para a verdade psíquica até a sua circunscrição dentro da própria lógica do psiquismo²²; sublinhemos, porém, que ao lado desse deslocamento, no que se refere aos textos de Freud, encontramos uma “convivência dinâmica” dessas duas concepções do trabalho analítico ao longo de toda a sua obra.

De um lado, já desde o início das formulações freudianas, uma possibilidade de apreensão da verdade psíquica como consistência interna ao próprio psiquismo encontra-se latente – “pré-consciente” – na estrutura teórica. Quando investiga sua produção onírica e escreve “*A interpretação dos sonhos*”, Freud (1900/1981) dá-se conta da existência de um ponto inacessível à interpretação, “nó impossível de desatar” a que chamou “umbigo do

²¹ Retomaremos esse mito propondo algumas articulações clínicas no capítulo de “*Investigações*”.

²² Essa lógica interna ao psiquismo, por sua vez, deslocada para a situação analítica, culmina na noção clínica de uma fantasia-realidade relativa ao campo transferencial. Herrmann (2003), por exemplo, observa quanto a isso que, atualmente, entre os analistas, “tudo o que o analisando diz é potencialmente tratado como se fora uma bela metáfora de sua vida anímica”, e que “para tal gênero de atenção e escuta, já não faz sentido dividir as atitudes do paciente em realistas e transferenciais” (p. 28). Também nesse sentido, o conceito de construção tende a não mais se remeter à realidade histórica do analisando, mas à sua história na análise, no tempo da relação transferencial. Podemos tomar como referência a proposta de Viderman (1970), que circunscreve o conceito de construção em torno da noção de “construção do espaço analítico”, remetida a uma criação da análise.

sonho, o ponto pelo qual ele se encontra ligado ao desconhecido” (p. 666, tradução nossa). Se em 1925, ao retomar a teoria dos sonhos, Freud (1925/2011) observa que “é preciso que nos habituemos ao fato de um sonho poder admitir significados diversos” (p. 323), então “fica evidente que sempre conviveu com a busca do referente uma outra teoria – a da plasticidade/polissemia das palavras” (LOFFREDO, 1999, p. 183); Observamos, além disso, ser notório o fato de haver sido sob esse prisma da polissemia “que se manteve o interesse pela fertilidade e originalidade da construção teórica freudiana” (p. 183).

Por outro lado, justamente no texto que aqui destacamos como um signo de uma virada conceitual – ou de um *insight* quanto a ela –, também encontramos, por exemplo, a ideia de que “todo o essencial” do

objeto psíquico cuja história primitiva o psicanalista busca recuperar [...] encontra-se conservado; inclusive as coisas que parecem totalmente esquecidas estão presentes de alguma maneira e em alguma parte, tendo meramente ficado soterradas e inacessíveis ao sujeito. (FREUD, 1937/1981, p. 3367, tradução nossa)

Nesse texto, Freud considera que o trabalho do analista dirige-se aos indícios do que foi esquecido, aos vestígios; mas, como fica evidente, permanece também essa ideia do essencial que se conservou íntegro em alguma parte, passível de ser “desenterrado”.

Aí está, num dos últimos textos de Freud, a dupla vertente subjacente a toda sua produção teórica: de um lado, um ideal de cientificidade condizente a sua época, que o levou a instrumentalizar-se de uma noção de verdade enquanto correspondência, lançando-o na aventura da busca incessante de uma referência (“está em alguma parte”); e, de outro, a ênfase na plasticidade/polissemia das palavras, de que se deriva que o método analítico deve prescindir da busca das origens — da qual, ao que tudo indica, Freud nunca abriu mão completamente. (LOFFREDO, 2006, p. 297)

O pensamento freudiano concebe, então, segundo essa autora, tanto “o encontrável e nomeável” quanto “o inomeável, desde que não encontrável, e que, portanto, deverá ser construído.” (p.297). Presente na concepção de “umbigo do sonho”, o campo do irrepresentável passa a ocupar lugar de destaque na teoria psicanalítica após 1920, quando a ideia de pulsão de morte é apresentada. A formulação da segunda tópica rompe com a busca inicial de um ponto assintótico no inconsciente onde “a coisa” originária (e não sua representação) seria encontrada, e o “umbigo do sonho” passa a figurar não mais o lugar dessa coisa (de sua significação definitiva, embora inapreensível), mas sim o lugar de onde emana

toda produção psíquica. Nesse sentido, “ao ‘umbigo do sonho’ poderia ser conferido um estatuto conceitual” (p. 296).

Vale destacar que chamar esse campo de “inomeável” é reconhecer um limite da interpretação em relação à linguagem. No entanto, o que apreendemos do conceito de construção é que ao analista é necessário não somente seguir a trilha da fala do analisando, mas também, na flutuação de sua escuta, deixar surgir a fantasia ligada a essa fala e à história composta pelas falas em uma análise, mas também ligada ao não vivido, não nomeado, que se revela lacunar. Assim, no campo do inomeável, abre-se um território inomeado, mas com condições de ser articulado pela linguagem, por meio da construção, na trama intersubjetiva em que o analista se insere. O que nos revela a tese em que nos estamos apoiando – de que um limite à investigação pode se tornar um território de investigação – é isto: o campo do *irrepresentável* – se quisermos um termo mais familiar – poderia ser chamado de campo do *irrepresentado*, pois, se no tempo do trabalho de construção – ou no tempo da escrita, como veremos – a linguagem é capaz de habitá-lo, é porque há nele potência de representabilidade.

Essas argumentações parecem nos levar a uma teorização na qual a noção de irrepresentável perderia sentido, mas, ao contrário, é nesse momento que podemos apreender esse conceito de outro modo, consonante ao deslocamento conceitual que vimos marcando: o irrepresentável sendo um horizonte permanente; não mais concebido como um ponto final monolítico intransponível, mas como uma referência às bordas que, mesmo que transformadas em confins pela linguagem, inevitavelmente voltam a estabelecer fronteiras aos campos investigados. Mais que isso, se olharmos agora por outro ângulo, veremos que o próprio fato de as palavras serem polissêmicas revela o irrepresentável presente em qualquer campo de investigação, pois assim como cada palavra comporta uma abertura infinda, é como se ela tivesse também seu “umbigo”, seu ponto cego – ou mudo. Nesse sentido, estabelecendo um paradoxo em relação à argumentação anterior, podemos propor que é o *irrepresentado* que adquire então o estatuto de *irrepresentável*, na medida em que é impossível dizer tudo.

Todo o movimento aqui apresentado nos ajuda a situar esta dissertação em relação a esses decisivos deslocamentos teóricos acontecidos no seio da psicanálise. É a partir deles que nos vemos em condições de pensar o trabalho da escrita do analista nos estados-limite como um meio de abrir terreno de investigação ali onde a linguagem insiste em faltar.

Ainda um aspecto nodal nessa teia de deslocamentos deve ser assinalado antes de nos focarmos mais detidamente na questão da escrita. Embora não tenha acontecido sem resistências, sem certo vai-vem, apontamos para o fato de que o “deslocamento teórico da

metapsicologia freudiana do conceito de inconsciente para o da pulsão, [...] signo revelador de uma virada crucial do determinismo para o indeterminismo” (BIRMAN, 1997, p. 159), torna o trabalho psicanalítico profundamente enraizado na dinâmica transferencial. Paulatinamente, mais e mais a teoria mostra e convoca a implicação do analista no trabalho de análise.

Para Freud, a transferência foi constantemente uma ocasião de surpresa e até, no começo, de uma má surpresa. Para nós, ela é esperada. Para ele, no início e durante muito tempo, foi um obstáculo indesejável: ‘A transferência, nossa cruz’, escreve ele ao pastor Pfister. Para nós, quando ela aparentemente falta, é que nos inquietamos: ‘Transferência, onde estás?’ (PONTALIS, 1991, p. 70)

Se a referência do sonho – e seu “umbigo” – continua sendo emblemática para se pensar as formações do inconsciente e se a interpretação dos sonhos inaugurada por Freud (1900/1981) mantém-se como base para a interpretação de qualquer destas formações, há que se acrescentar que a relação transferencial – “única formação do inconsciente *atual*, apreendida em seu processo e não só em seu resultado” (PONTALIS, 1977/2005, p. 143) –, com todo o indeterminismo nela presente, passa a ser, então, ao mesmo tempo, de onde a escuta psicanalítica parte e para onde ela se dirige.

Esse deslocamento acarreta outros, que o ampliam: para além do conceito de transferência e também de contratransferência, superando-os, encontramos como ricos exemplos dessa ampliação, além do conceito já aqui destacado de “campo transferencial”, o de “terceiro analítico” de Ogden (1996, 2005) – terceiro sujeito inconsciente da análise, que é a subjetividade da dupla analista-analisando, sem resumir-se a nenhum de seus dois pólos – e o de “estado-limite” de Pontalis, que, como vimos, desloca a escuta analítica da psicopatologia do analisando para a experiência da dupla analista-analisando na relação transferencial, onde se engancham transferência e contratransferência.

A escrita psicanalítica como meio de restauração da escuta clínica

Se a implicação do analista nos atendimentos tende a ser radicalizada na mesma medida da ampliação dos limites do “analisável” (ao longo do percurso freudiano e até hoje), uma “*lógica do par analítico representado pela conexão de dois aparelhos psíquicos, um sobre o outro, separados por uma significativa diferença de potencial*” (GREEN, 1979/2004,

p. 31, grifos do autor), deve ser considerada segundo essa implicação. Essa imagem metapsicológica reflete os deslocamentos destacados, que se articulam. O objeto analítico (foco da escuta clínica e das teorizações) não mais se encontrará de um lado ou de outro – nem analista nem analisando isoladamente –, mas sim na “conexão de dois aparelhos psíquicos”, o campo transferencial. Disso resulta um olhar que vai mais além dos recalques do analista como fator de bloqueios em sua escuta; ele se dirige para as ressonâncias no analista dos aspectos traumáticos que irrompem no seio da experiência psicanalítica. No limite, quando tais irrupções acontecem, é a tarefa interpretativa atribuída por Freud ao analista que fica quase ou totalmente impossibilitada.

As imagens espontaneamente utilizadas [pelos analistas em tais situações] [...] são: “atrapalhado”, “paralisado”, “petrificado”, “bombardeado”, “helpless” – que nesse caso não é tomado no sentido de uma vaga impotência, mas revela um estado de sem recurso e sem socorro do analista atingido (como que) em seu *corpo*. Isso porque, na dupla função que o constitui como analista – intérprete e objeto-suporte da transferência –, a segunda passa a ocupar todo o espaço, mas mudando profundamente de sentido: justamente o analista não é um simples suporte, que permaneceria diferenciado dele na realidade, mas é *efetivamente* visado. [...] O pensamento, que já não aparece mais como atividade relativamente autônoma, vê-se completamente bloqueado – como se a mente se transformasse num órgão do corpo. A própria sessão fica próxima de um *acting out* [...] (PONTALIS, 1977/2005, p. 221-222, grifos do autor).

É evidente enorme a diferença entre, de um lado, identificar em uma sessão um *acting out* do analisando como escape à emergência do recalcado e, de outro, a própria sessão tornar-se *acting out*. No primeiro caso, a escuta do analista mantém sua capacidade de flutuar livremente (lembramos que mesmo as manifestações transferenciais, tais como consideradas inicialmente por Freud, entram no rol das atuações); já no segundo, a escuta se encontra bloqueada e o campo analítico, sem ter um psiquismo para pensá-lo, tende a “implodir”. Não se trata de momentos clínicos onde predominam “a atividade psíquica responsável pela constituição dos sintomas (ou das sublimações) e a que abre o caminho à retomada da elaboração associativa” (MCDUGALL, 1992, p. 225); falar da sessão como *acting out* é situá-la imersa no

entreve mais radical que o trabalho psíquico encontra que é quando a transmissão da vivência afetiva e das representações mentais adjacentes é bloqueada em razão de uma clivagem precoce entre psiquismo e soma, entre a vida pulsional com seus conflitos inevitáveis, e sua tradução em qualidades psíquicas. Diante da falta quase total de elaboração implicada num tal corte,

como tornar dizível aquilo que, desde o início, não é? (MCDUGALL, 1992, p. 225)

Essa clivagem precoce entre psiquismo e soma que bloqueia a atividade psíquica leva a passagens ao ato, psicossomatoses, alexitimias, formações falso-*self* e toda a gama de sintomas e traços de caráter abrangidos pelo conceito de *caso-limite*. A transposição desse funcionamento psíquico para os *estados-limite* nos possibilita pensar o próprio campo transferencial como esse corpo sem acesso ao pensamento – a mente transformada num órgão do corpo, o analista sendo somente corpo, desligado de sua escuta; seu “‘pensamento’, no sentido de um movimento que efetua ligações sobre o que ele não é, está como que enquistado num corpo inerte” (PONTALIS, 1977/2005, p. 237). Aí não há mais trabalho psíquico nem psicanalítico.

Se é, portanto, no campo transferencial que os efeitos dos limites se impõem, atingindo o psiquismo do analisando e do analista, cabe então retomar, a partir da questão formulada por McDougall – “diante da falta quase total de elaboração, como tornar dizível o que nunca foi?” –, “a significativa diferença de potencial” que, segundo A. Green, *separa* o psiquismo do analista do de seu analisando. Se em contextos clínicos onde os processos de elaboração psíquica estão em movimento essa diferença de potencial já é determinante e fundamental, ela se radicaliza absolutamente nas situações onde se vive justamente esse “entrave mais radical” para o trabalho psíquico (para o trabalho analítico): na sessão aproximada ao *acting out*, quando as bordas limitantes da escuta devem ser transformadas em confins para que sejam criadas condições de investigação clínica e de restabelecimento das condições de trabalho analítico.

Ou seja, nesses momentos críticos em que o processo psicanalítico fica sem suporte, não há mais análise; mas é justamente aí que o trabalho psicanalítico é radicalmente solicitado, pois meios de sustentação para uma escuta devem ser criados para o trabalho em um campo transferencial que os apaga, cliva.

Embora sujeito a estes profundos abalos que operam desconexões em muitos níveis, o analista persiste em sua tarefa de recobrar as conexões [...]. O manejo da transferência [...] neste caso exige do analista que ele suporte e sobreviva (mantenha-se *em reserva*) ao impacto das respostas transferenciais. (COELHO JR. & GETLINGER, 2006, p. 157, grifos dos autores)

A “sobrevivência” do analista é, de fato, uma exigência nos estados-limite, sendo em si um modo de sustentação da análise. Porém, devemos sublinhar que o tempo da “*reserva*”,

nesse caso, precisa ser um tempo não somente de resguardo, mas também de constituição de uma escuta para tais estados, para que se possa realmente lidar com os “profundos abalos” e “recobrar as conexões”; um tempo de reserva que seja, concomitantemente, de implicação.

Retomemos então, nesse ponto, nossa tese, para aprofundá-la: na medida de seu potencial perlaborativo – como “paciente tecelagem artesanal” – restaurador de sua capacidade de escuta clínica – e, portanto, restaurador dessa diferença de potencial entre os psiquismos envolvidos em uma análise –, o trabalho de escrita por parte do analista revela-se um valioso recurso psíquico em tais situações, valioso campo de “reserva implicada”.²³

Nesse sentido, observamos e ressaltamos, com Pontalis (1991), que o que nos leva a escrever

não são as análises que “progridem”, isto é, as que favorecem de parte a parte as associações e a elaboração, nem as que confirmam nossas teorias e satisfazem nossas expectativas [...]. Mas se o deserto ganha terreno, se, por um efeito de “excesso” ou de vacuidade, a nossa capacidade de sentir ou nosso aparelho de pensar transborda ou se esvazia, e principalmente se tudo isso predomina sobre o que acreditamos construir pacientemente, tijolo por tijolo, então, precisamos de outro “recipiente” – o caderno – precisamos de um caderno de notas bem real, que não seja uma metáfora, que possamos ter em mãos e guardar. (p. 126-127)

Vejamos também o depoimento de J. McDougall na introdução de seu livro “*Em Defesa de uma Certa Anormalidade*”, consonante a essa ideia:

A necessidade de escrever não se impõe a mim nos momentos em que sinto maior prazer por ser analista, mas naqueles em que devo superar obstáculos para recuperar este prazer. A relação íntima em que se encontram dois indivíduos para compreender melhor a problemática de um deles desencadeia uma experiência inovadora na qual algo pode ser posto em palavras pela primeira vez na história do sujeito, e pela primeira vez também, ser pensado e experimentado. Porém as complexidades da relação são tais que em cada análise surgem “tempos mortos”, nos quais este processo se detém. E às vezes se trava completamente, colocando tanto o analista quanto o analisando em uma situação incômoda. Assim, cada vez que me encontrava em dificuldades, que já não compreendia nada ou não

²³ Para que fique mais clara nossa escolha terminológica, contrapomos aqui a parte da citação de McDougall (logo acima) que fala da falta de *elaboração* implicada em uma clivagem entre psiquismo e soma com essa frase que propõe um potencial de *perlaboração* através da escrita. No primeiro caso, a autora se refere a algo que não diz respeito ao trabalho analítico, mas a algo que faltou do ponto de vista intrapsíquico. No segundo, penso a escrita conectada ao processo analítico, de modo que a elaboração que ela propicia se articula no campo intersubjetivo transferencial, podendo ser nomeada como perlaboração. Apontamos também aqui que esses conceitos se articulam: devemos considerar que no tempo da *perlaboração* há *elaboração*, tomando isoladamente as partes envolvidas no processo; assim como podemos vislumbrar que a falta de elaboração a que McDougall faz referência remete a uma falta que não é somente relativa aos processos intrapsíquicos, mas também aos intersubjetivos, já que não se pode abstrair a intersubjetividade da elaboração intrapsíquica.

conseguia comunicar o que havia compreendido, ou, mais perturbador ainda, quando tinha a impressão de haver compreendido, de haver compartilhado minha compreensão e, apesar de nossos esforços unidos, o processo analítico não se desencadeava com as mudanças profundas que é capaz de induzir, então me punha a escrever. (MCDOUGALL, 1982, pp. 5-6, tradução nossa)

A autora ressalta a íntima relação entre seu trabalho como escritora e os limites impostos por sua clínica. Nesse caso, porém, os limites e a necessidade de escrever se impõem quando um esvaziamento libidinal se instaura e, em alguma medida, desconecta a analista de um processo de análise por ela conduzida, sendo o trabalho reflexivo da escrita um meio de reconexão. De modo similar, Pontalis aponta para momentos onde “o deserto ganha terreno”, que o impelem a escrever. Levando em conta que nossas articulações feitas até aqui relacionaram a questão dos limites ao traumático, isto é, ao excesso e não ao esvaziamento (como aparece agora), uma apóstrofe deve ser feita antes de prosseguirmos: em que medida esse tipo de limite à escuta clínica e ao processo de análise – os “tempos mortos” – tem a ver com as sessões próximas ao *acting out* de que falávamos primeiramente? Aparentemente, trata-se do oposto das situações vividas como excesso; no entanto, relacionando esse contraste à dupla angústia contraditória anteriormente abordada, vale suspeitar que invasão e separação, excesso e abandono, “bombardeios” e “tempos mortos”, sejam aspectos paradoxalmente complementares no que concerne à clínica nos limites. Ademais, talvez o tédio vivido nas situações de esvaziamento libidinal seja um afeto encobridor da angústia despertada por um estado-limite, pela sessão próxima a um *acting out*.²⁴

Do ponto de vista da contratransferência face aos limites, Pontalis (1977/2005) propõe a seguinte divisão:

Na primeira categoria de casos, o analista se sente incluído demais, invadido, ameaçado, apassivado por “um excesso” de excitações; na segunda, excluído, limitado às funções de um secretário de sessão [...]. (p. 246)

No entanto, ambas as experiências são frequentemente vividas em um mesmo processo analítico, com predominâncias variadas. Um momento pontual de uma análise, no qual o analista se sente “*helpless*” – quando vive seu corpo e sua escuta paralisados ou mesmo estilhaçados –, bem pode estar inserido em uma sessão na qual tenha prevalecido a apatia ou em um processo repleto de sessões em “tempos mortos”. Há uma imbricação entre o analista

²⁴ Entrei em contato com essa ideia do tédio como “afeto encobridor” da angústia através da disciplina “Angústia e sofrimento nos ‘estados limites’: perspectivas histórico sociais e psicológicas”, ministrada em 2010 no IPUSP pelo psicanalista Thamy Ayouch. A noção pareceu-me esclarecedora para se pensar a imbricação entre excesso e esvaziamento nos contextos limítrofes.

invadido e o analista excluído, uma congruência que podemos ler ainda sob um ponto de vista contratransferencial, tal como expresso por Pontalis na continuação desse seu texto: “Mas o estranho [...] é que nas duas circunstâncias o analista depara com um mesmo desejo [...]: fazer o outro nascer para si mesmo” (PONTALIS, 1977/2005, p. 246).

O desejo com que o analista se depara em sua clínica, aqui expresso deste modo – “fazer nascer” –, é um desejo de ruptura de um limite que é também seu, na medida em que ele está aí implicado: a contratransferência é uma implicação no limite. Tendo isso em conta, quanto à constatação de Freud (1937/1981, p.3366) de que “o trabalho de análise [...] é levado a cabo em duas localidades separadas”, devemos acrescentar que há entre elas, de fato, uma profunda conexão, pois:

Nesses tempos difíceis, penosos, do tratamento, a contratransferência em geral será formulada nestas palavras: sinto a necessidade de reconstruí-lo (la), de lhe garantir uma forma, ou um continente, uma coluna vertebral que o (a) sustente. A metáfora varia, mas o desejo só toma corpo se o analista, no mesmo movimento, trabalhar a partir do que lhe falta [...]. Existem pacientes de que dependemos para estarmos vivos, isto é, não só para garantir nossa homeostase, mas para que também em nós as coisas se mexam. (PONTALIS, 1977/2005, p. 243)

Pôr-se a escrever impulsionado pelos limites, como trabalho criativo no encontro com a alteridade, com o desconhecido – o “por nascer” –, é, para o analista, uma maneira de, ao mesmo tempo, reconhecer em si suas faltas e abrir a possibilidade de criar a partir delas. Os estados-limite – ou, se preferirmos: alguns analisandos, algumas análises que nos confrontam com momentos críticos – instigam o nascimento de uma escuta: quando se está vivo, quando “as coisas se mexem” no analista, seu olhar ganha um novo ponto de vista. Pode-se dizer que esse desejo de fazer nascer ou dar forma pulsa no próprio campo transferencial, pois é o analista também que está por nascer, tomar forma – para aquela análise, para escutar aquele analisando.

Há ainda uma ressonância entre o “fazer o outro nascer para si mesmo” no contexto clínico, e um “fazer nascer”, no terreno da psicanálise, algo que ali está em potência, ainda sem forma, mas capaz de surgir pelas ampliações e reformulações teóricas geradas na lida com os estados-limite: em ambas as situações, seja no campo de uma análise ou no amplo campo da psicanálise, parte-se do que já existe em tensão com o que falta.

Quanto à escrita psicanalítica, há que se destacar que a ligação do analista (e de sua clínica) com a história psicanalítica se revela um importante recurso: se, no contexto clínico, cristalizam-se “tempos mortos”, a abertura de diálogos pelo analista no campo psicanalítico

pode ser um meio de arejar seu trabalho e ampliar sua escuta; na medida de sua fundamental liberdade de circular pelo terreno já construído da psicanálise – pela ampla gama de autores e teorias – e, evidentemente, por outros campos da cultura, o analista é capaz de encontrar articulações e metáforas que podem se tornar pontes para que seu trabalho clínico avance, teorizações capazes de efetuar a transformação das bordas em confins. Aliás, mesmo essa metáfora, aqui bastante usada, das bordas que se tornam confins, é um exemplo de figuração teórica que se origina da experiência clínica, dando forma e ajudando na percepção das dinâmicas da psicanálise e de suas transformações: uma teoria de como se renovam as teorias, na tensão entre uma novidade clínica e o campo já conhecido.

Mas, se parássemos neste ponto, seria possível dizer que, para esse diálogo do analista com o campo psicanalítico, bastam as leituras de textos psicanalíticos, onde de fato se podem encontrar preciosidades que ampliam a escuta clínica. É inegável que a leitura teórica é capaz de fecundar um trabalho clínico, e acredito que todo analista já tenha experimentado momentos de entusiasmo quanto a textos que põem em movimento situações clínicas até então estancadas. Os próprios escritos relativos aos estados-limite são potencialmente capazes de propiciar ao analista-leitor uma ampliação de sua condição de nomeação e figuração para tais situações clínicas, talvez antes inominadas; situações nas quais a “morte psíquica” da análise se instaura ou é iminente podem ser, desse modo, via leitura, arejadas.

Escrever, porém, além de permitir novas articulações com o que já existe escrito – o que, obviamente, exige também a leitura –, é um processo muito peculiar de ligação psíquica onde o que não tinha lugar na escuta pode começar a se configurar em texto, ou seja, pode nascer algo que de outro modo não existiria.

Aproximemo-nos um instante desta formulação de Pontalis (1977/2005):

uma psique nunca é outra coisa senão a metáfora de um corpo, uma transferência de um lugar para outro, e o que o processo analítico recoloca em andamento é o trajeto da metáfora. Nesse sentido, a constituição progressiva de um campo do psíquico relativamente autônomo, com sua lógica própria, já é trabalho teórico. (p. 147)

Ora, o trabalho da escrita é uma espécie de análogo invertido desse movimento, pois o trabalho teórico que se dá no tempo da escrita é capaz de constituir, progressivamente, um campo do psíquico com lógica própria ali onde ele não tinha lugar, nesse corpo clivado do psíquico – e, portanto, desprovido de metáforas – que é um campo transferencial limítrofe, aproximado ao *acting out*.

Além disso, incluindo aqui outro prisma, ao enfocarmos a escrita dos estados-limite destacamos a escrita de situações clínicas que deixam no analista restos que não são elaborados somente através de leituras e estudos, supervisões, conversas com colegas e análise pessoal; há casos nos quais os escritos “nos tomam”, tal como propõe Llopis-Salvan (2010, p. 543), escritos “que esboçamos como resposta a uma tensão interna de origem enigmática que será transformada e elaborada pelo ato da escrita” (p. 543, tradução nossa).

[Quando] a regra fundamental torna-se inoperante e a análise se engaja nos lugares carregados do irrepresentável [...] é com a escrita, fora da intensidade da sessão, que o analista reintroduz a função simbólica do terceiro analítico e pode descondensar as fronteiras e os espaços [...]. Assim, o ato da escrita, mensagem a transmitir, feita de linguagem e de traço, significa a passagem do processo primário ao processo secundário, e pode ser considerado como uma ab-reação do traumático da cura. É sobre essa via, que passa da descarga do afeto – o sobressalto contratransferencial do analista – em direção à temporalidade da elaboração e da abertura de sentido, que se organiza o retorno ao “princípio de constância”. (p. 544, tradução nossa)

Se o próprio campo transferencial torna-se um campo “do irrepresentável”, os afetos ligados ao traumático ficam sem acesso à linguagem. Nesses casos, “o testemunho suspende a vida” (p. 456), suspende o psiquismo, pois uma ligação profunda e atual com o traumático faz incidir a repetição e impede qualquer nova experiência. O trabalho analítico exige, então, a construção de uma espécie de *arquivo morto*: “para continuar a viver... o recalque, a clivagem” (p. 456, tradução nossa). Quer dizer, os conteúdos brutos surgidos no processo analítico devem encontrar na análise um meio de descarga que permita sua elaboração.

Pela primeira vez, a escrita surge em meu espírito como uma solução de descarga. O ato da escrita apresenta-se ligado ao evento traumático e a seu quantum de afeto, evento presente desde sempre de modo discreto e revelado abertamente pela situação analítica. (p. 465)

Num primeiro momento, o analista se torna algo como um para-excitações²⁵, uma via de descarga de afetos sem nome, onde uma série de efeitos corporais de frágil tradução psíquica age sobre ele (“atrapalhado”, “paralisado”, “petrificado”, “bombardeado”, “helpless”, como vimos, são algumas imagens que tentam dar conta de nomear esses efeitos).

²⁵ Já no “Projeto para uma psicologia científica”, Freud (1950[1895]/1981) propõe essa noção de uma barreira para-excitação que será referência para toda a sua obra, situando um aparelho – psíquico – no limite entre o interno e o externo. A ideia do aparelho psíquico do analista tendo essa função de barreira foi explorada anteriormente nesta “Introdução” a partir do texto “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920/2010). Aqui, apontamos para a ideia de que o estado-limite empurra o psicanalista para o lugar desse limite, onde assume uma função constitutiva do psiquismo.

Podemos supor que o afeto contratransferencial ligado ao traumatismo funcione tal qual uma “lembrança encobridora”, mas somente em parte; pois seu surgimento, ao invés de abrir na análise uma rede associativa, revela um campo traumático desarticulado da linguagem. A *posteriori*, pela mediação de sua escrita, o psiquismo do analista volta a ter a função de intérprete ou, mais precisamente, retoma sua capacidade criativa.

Consideremos ainda que, através da escrita, o trabalho de cura das possibilidades clínicas do analista no processo analítico sobre o qual escreve estende-se pelo campo psicanalítico. Se o testemunho do traumático torna a vida – do analisando, da análise – confinada na repetição sem elaboração, abrimos a partir de agora uma questão, com Llopis-Salvan (2010):

Mas, para o analista, o testemunho escrito não poderia ser, ao contrário, um modo de expor a imposição do traumático do encontro analítico e, pelo compartilhamento da experiência vivida, permitir o retorno em presença de nossos pares? (p. 456, tradução nossa)

Sob esse ponto de vista, não é somente o ato da escrita, por si mesma, que põe em movimento o processo perlaborativo dos estados-limite; tal perlaboração passa também por uma escuta, *no campo psicanalítico*, quer dizer, por outros analistas, daqueles elementos irrepresentáveis no tempo da escuta no campo transferencial. Ademais, na medida desse “compartilhamento da experiência vivida”, um trabalho psíquico que teria lugar somente em um contexto clínico se amplia, ganha um aspecto de *trabalho teórico* ao se abrir entre os pares, quando a presença do irrepresentável nos escritos psicanalíticos impõe um movimento de perlaboração também no seio da teoria psicanalítica, cujo arcabouço passa a incluir seus próprios confins: o irrepresentável sendo o horizonte da teoria e o seu umbigo.

INVESTIGAÇÕES PSICANALÍTICAS ATRAVÉS DA ESCRITA

DO OLHAR DILUÍDO NA MASSA AO NASCIMENTO DE UM PONTO DE VISTA

“Um ainda não é um: quando ainda faz parte com todos”
(“Grande Sertão – Veredas”, Guimarães Rosa)

Um processo de análise como nascimento²⁶

Meu ímpeto de “fazer o outro nascer para si mesmo” (PONTALIS, 1977/2005, p. 246) em um processo analítico esteve presente desde as primeiras sessões de Ricardo, um menino de sete anos de cuja fala praticamente não entendia uma palavra. Interessado, diante da caixa de brinquedos, ele identificava o que ali havia, me olhava e falava algo; vez ou outra, eu escutava destacar-se uma palavra, reconhecível no esboço de seus contornos. Uma palavra se ressaltava; diluída na teia sonora, mostrava-se, para ali novamente mergulhar. Aqueles sons indiferenciados me deixavam confuso; parecia-me que refletiam um mergulho caótico, de onde Ricardo não se diferenciava (assim como as palavras: estavam ali, mas não se podiam reconhecer).

Logo na primeira entrevista com seus pais, sua mãe contou que, quando estava gestante, pensava: *“Meu filho está mais seguro dentro de mim. Eu não quero que ele nasça”*. Sua intenção era a de evitar a exposição de Ricardo ao caos familiar gerado pela gravidez não planejada, e assim protegê-lo de um mundo hostil. Obviamente, esse desejo não evitou que ele nascesse de fato, mas foi criado um “mundo-concha” imaginário cercado de guerra e mortos-vivos. Na escola, surgiram os problemas que motivaram a chegada de Ricardo a mim: ele mordía e batia em outras crianças e, em contrapartida, era hostilizado por elas. Isso gerava

²⁶ Tendo em vista o sigilo profissional, o respeito aos pacientes e sua imprescindível preservação, ao longo deste trabalho, todos os nomes mencionados são fictícios. Além da criação de pseudônimos, foram omitidos quaisquer dados que pudessem identificar algum paciente. De todo modo, vale ressaltar que compreendo os relatos psicanalíticos como “ficções verdadeiras”, na medida em que se remetem a acontecimentos reais permeados pelo modo próprio do analista de escutar, interpretar e escrever. Nesse sentido, quando se toma o cuidado mencionado, é de fato o analista o único exposto em uma apresentação clínica.

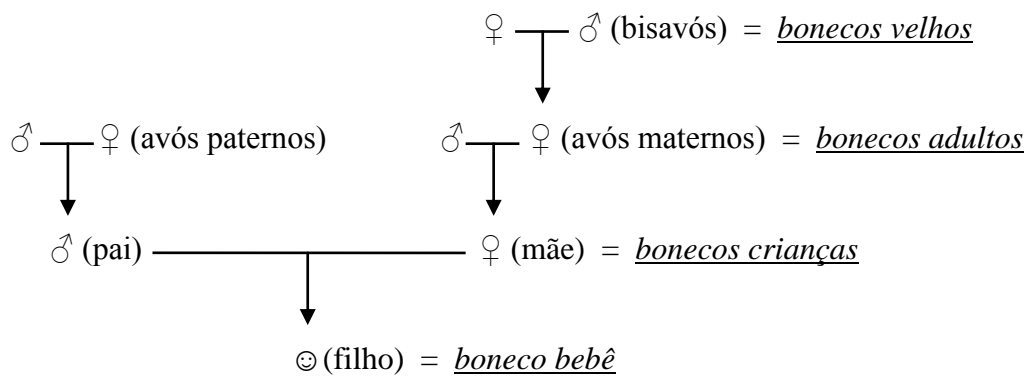
uma espécie de confirmação da hostilidade do mundo do qual tinha que se proteger. Na ocasião do início da análise, ele já havia mudado de classe diversas vezes, e só lhe restava, então, mudar de escola. No entanto, apesar dessa urgência escolar, tais sintomas ficaram em segundo plano na medida em que Ricardo punha em cena seu mundo de fantasias, extremamente rico e complexo: tais problemas escolares seriam somente a ponta de um iceberg.

No início da análise, durante alguns meses, talvez também por eu não entender suas palavras, a fala fica praticamente suspensa, dando lugar a uma brincadeira na qual Ricardo se comunica por meio de um balanço primitivo: ao entrar na sala, instala-se na minha poltrona e encolhe-se em posição fetal; em seguida, inicia um movimento rítmico com o corpo: ele se recolhe “dentro de mim”? Procuo me comunicar, fazendo sons no mesmo ritmo do seu movimento, dou batidinhas na cadeira “do paciente”, onde eu agora me sento; ele responde com um som também no mesmo ritmo. Mudo o som e altero aos poucos o ritmo, conforme Ricardo responde, até que ele enfim se levanta e se dirige à sua caixa de brinquedos. Esse tom de “movimento para nascer” marca esta análise até seu término, cada sessão começando sempre com uma submersão em minha poltrona, ainda que breve, por poucos segundos.

A saída da “poltrona-útero” leva, primeiramente, a um mundo terrível, onde os animaizinhos e outros personagens saem de sua caixa lúdica, um a um, e encontram um lugar cheio de soldados que os matam cruelmente: uma canguruzinha vê seu filhote ser morto dentro de sua bolsa e, em seguida, ela própria é também morta; um homenzinho tem seu pênis espetado, seus olhos furados, sendo morto em seguida. (O pênis, o filhote e a bolsa mortos já anunciam uma temática arraigada em seu psiquismo – a sexualidade e a fertilidade aniquiladas e o estabelecimento dos “tempos mortos” na análise). Aos poucos começo a entender suas palavras: os soldados buscam realizar o projeto de “*dominar o mundo*”; até que um cachorrinho azul, sempre o derradeiro a sair da caixa, de forma não menos cruel, devora todos eles, e resta ali, sozinho. Essa cena repete-se por várias sessões, e uma espécie de prisão no mesmo movimento torna-se recorrente em todo o processo: cada novo arranjo lúdico se apresenta em sua criação com um colorido de novidade; gera em mim um entusiasmo que se perde, paulatinamente, ao longo de sessões seguintes de repetições incessantes, “tempos mortos” que exigem elementos externos para que se rompam, abram mediação para algo novo.

Quando apresento a Ricardo uma família de brinquedo para compor sua caixa, uma saga familiar é criada, onde várias gerações se sucedem rapidamente: um casal namora, tem

um filho; este cresce, namora, e daí nasce outra criança... aquele primeiro casal envelhece e os bebês tornam-se crianças; os velhos morrem e novos casais geram outros bebês; e assim por diante. Todas as relações entre homens de uma geração a outra são marcadas por conflitos, lutas entre pais e filhos. Após muitos nascimentos, lutas e mortes, configura-se uma família de quatro gerações, a partir da qual se inicia uma história vivida por muitas e muitas sessões seguintes:



No princípio, duas crianças namoram e geram um bebê. Mas, curioso, esse mesmo bebê, durante o coito, espia o casal, reconhece um proibido ali e vai chamar os avós; está aflito e mudo mas, fazendo sons, tenta dizer algo: “mmm... mmm...”. O caótico lugar de nascimento de Ricardo ganha aqui contornos mais definidos, tendo um nó fundamental: no olhar dos avós, seus pais seriam crianças incapazes de criar outra criança. Duas gerações transformadas em uma só. Dou-me conta de que o que os pais de Ricardo me pedem ao buscar esta análise, implicitamente, é ajuda para assumirem seus respectivos papéis em um contexto confuso em que parece haver três crianças: pai, mãe e filho, todos infantes.

Na brincadeira, a repetição-elaboração: os pais-crianças fogem com o bebê, que é perseguido infinitamente pelos mais velhos. Essa massa ancestral quer a todo custo raptá-lo, e uma perseguição eterna torna-se o motor da brincadeira. Ricardo controla o bebê, seus pais-crianças e tudo o que diz respeito ao seu mundo mágico, constantemente invadido por aqueles a quem chamou de “*família falsa*”, ou “*falsos*” (os avós, controlados por mim).

Os pais-crianças, acusados de não terem condições de cuidar do bebê, são julgados e presos. Ficam presentes na história, mas sem dela participarem diretamente. Um personagem misto é criado: o “*Liocanguru*”, um fantoche, um cachorrinho, meio leão e meio canguru, em cujo interior o bebê se abriga e recebe proteção, além de educação militar e comida infinita. Esse espaço intra-uterino preparatório para um mundo em guerra é um universo a ser

explorado: além de uma espécie de bolsa de canguru interna, onde vivem o bebê e alguns soldados, há um lugar reservado para os testículos, o que dá um caráter sexualmente ambíguo a este personagem. O intestino é também privilegiado na brincadeira, e nos diversos momentos em que os *falsos* tentam entrar pela boca do *Liocanguru* para capturar o bebê, erram o buraco e caem nele. São triturados e evacuados em meio a fezes, momento que Ricardo vive com intensa excitação.

Em certo momento dessa saga, tendo morrido todos os homens, restam somente as mulheres, que prosseguem na perseguição. Agora reina uma sexualidade uterina, por assim dizer, onde se manter grávida seria o êxtase. Uma das avós persegue o bebê:

– “*Sai pra lá, Michael Jackson!*”

Pergunto por que “Michael Jackson”, e Ricardo começa a rir.

– É porque come criancinha? – interpreto; ele continua rindo e acena que sim com a cabeça. Mas a ideia que me ocorre é de uma “mulher-michael-jackson” que quer reintroduzir a criancinha para seu útero: a perseguição continua, e quando uma das mulheres alcança o bebê, o enfia por sob a saia para dentro da própria barriga, e fica grávida. Certo tempo depois, ele renasce, corre de volta para dentro do *Liocanguru* e a perseguição continua. Essa cena também Ricardo faz questão de repetir inúmeras vezes.

Creio que esse acossamento não cessaria sem a intromissão e sustentação ali de um desejo para-além do bebê, até então foco de todas as atenções. Assim, proponho: uma das avós percebe que aqueles pais já são adultos e bem que podem cuidar do próprio filho. Decide, então, ir embora e construir uma nova família.

– “*Não! Ela não disse isso!*”

– Disse sim, eu escutei... e olha, ela já está indo! – assento, enquanto uma avó se vai para um canto da sala. Ricardo aceita a contragosto e a perseguição continua com duas mulheres atrás do bebê; porém, na nova configuração da brincadeira, a avó que foi embora recomeça sua vida; quando ela finalmente tem marido, filhos, longe daquela repetição, o *Liocanguru*, controlado pelo bebê, invade a casa como um furacão, destrói tudo o que ela construía, mata seus filhos e marido. A mulher fica sozinha e, com a mesma força insistente anteriormente empregada na perseguição, refaz sua família, sua casa, de novo destruída e refeita, etc.

Algumas rupturas nas resistentes repetições abriram espaço para desejos de novas experiências. Em certo momento, após alguns meses, decido introduzir um elemento externo àquela história, pois tinha percebido que já não aconteceria mais do que reprises. Estou

cansado das repetições – o longo “tempo morto” – e sinto um desejo de abertura. Noto Ricardo tal como o bebê: sem saída, ainda a fugir e se esconder, sem espaço para outras brincadeiras e experiências. Comunico-lhe minha percepção:

– Vejo que você tem muita vontade de poder sair de dentro da mãe e viver sua vida, mas tem medo do que acontece quando você sai... acho que você quer mesmo poder ir à escola sem ter que ficar mudando de sala: poder fazer amigos, viver uma história diferente dessa.

– “*Olha! O prédio tá caindo!*” – ele me mostra; e eu nem sequer sabia que havia um prédio ali. Ricardo conta que, em cima da casa dos *falsos*, moravam todos os ancestrais.

– “*Nesse prédio tem os bisavós, tataravós, os pais dos tataravós... e vai até Adão e Eva... ou até os macacos, eu não sei...*”

A casa, agora em ruínas, era antes o meio de transporte dos perseguidores; os *falsos*, no encaixe do bebê, se deslocavam pelo mundo inteiro sem sair de dentro dela. Considero esse desmoronamento e o fim da saga, um “nascimento” que levou a novas formas de expressões, outras brincadeiras.

Há um momento nodal dessa análise, que se abre após essa ruptura, quando se intensifica a tensão entre o desejo de se enclausurar, manter-se indiferenciado de seu lugar de origem, e a angústia pela perda da subjetividade: estamos, Ricardo e eu, totalmente cobertos por um lençol, onde, sob risco de sermos envenenados, só podemos abrir uma pequena brecha para atirmos indefinidamente. Quero respirar, pois me falta o ar, mas o mundo lá fora está totalmente devastado e tóxico, cheio de bombas atômicas e zumbis, que temos que matar. Quando finalmente saímos, inicia-se uma confusa brincadeira onde ora sou um zumbi, ora um aliado. Não entendo bem. Ele, em algum momento, diz estar *salvando a humanidade*. Observo o que se passa: Ricardo está muito excitado e violento, defendendo-se de um mundo destruidor. E incito:

– Então, você tá salvando a humanidade...

– “*É a minha humanidade!*” – escuto, surpreso, pois era o que eu estava pensando, queria dizê-lo mas não sabia bem como.

É esse um período de grande angústia, quando tanto se manter dentro da mãe quanto sair ameaçam a sua humanidade. Trata-se de uma mãe venenosa aquela que prende (mais adiante isso se evidenciará), e manter-se aprisionado sem possibilidade de nascer é a morte. Fundir-se à mãe em seu interior é envenenar-se, ao passo que fora dela encontra-se um mundo

igualmente tóxico, ou o caos de uma família onde a ordem das gerações não se instalou: os pais de Ricardo, juntos com ele, são uma só massa infantil aos olhos dos avós.

O mundo exterior à mãe é experimentado como sem lei, lugar de aprisionamento dentro de mulheres ancestrais, dentro de um prédio de “mesmos” que se repetem desde sempre, desde essa origem incerta e, no limite, inacessível ao saber. Dentro da mãe, o risco é igualmente o de tornar-se massa, liquidado em um veneno amniótico.

Ricardo busca um lugar de proteção: instala-se sob a minha escrivania com alguns brinquedos; revestido pelo lençol, que tapa cada fresta, um ambiente é criado.

– *“Aqui dentro é quentinho, tem comida infinita e Internet... eu posso ver tudo o que acontece aí fora: tá cheio de zumbis!”*

Apesar da completude anunciada, uma bolinha, “o *Bolinha*”, quer sair dali e é repreendido por Ricardo. Ele alerta para os perigos de sua saída: não poderá mais retornar, e certamente será atacado pelos zumbis que povoam tudo em volta. Porém, ainda assim, *Bolinha* arrisca. Em um primeiro momento, os estorvos vividos no mundo são relatados exclusivamente segundo a visão da *Internet* e, assustado, esse personagem volta correndo, querendo, sem conseguir, entrar de novo naquele lugar de proteção ao mundo aniquilador. Aos poucos, porém – esse movimento acontece lentamente ao longo de muitas sessões –, proponho alguns desajustes entre essa narrativa e o que eu “via” acontecer. Faço o papel do *Bolinha* que sai pra o mundo, mas agora fora do alcance de visão da *Internet* de Ricardo; dou uma outra versão das experiências vividas pelo personagem, de um modo meio reticente: “Ah, mas você não tá vendo bem...”; “agora que eu tô aqui fora... tem outras coisas...”; “tava muito assustado, mas não tô vendo zumbis, você não imagina o que tem por aqui...”; “é diferente...”; “se você sair também vai poder ver...”. Assim, contradigo Ricardo (“*Estão te atacando, Bolinha!!! Vão te destruir!*”) Ao mesmo tempo, busco, pelas reticências, abrir espaço a uma narrativa a ser construída. Ele fica confuso:

– *“Não é isso o que tá acontecendo! Eu tô vendo pela Internet que aí fora tem uma guerra e que tá cheio de zumbis!”*

– Mas sem sair de dentro da mamãe você só pode ver pelos olhos dela!

Aqui também se pode visualizar uma analogia com o reconhecimento das antenas perceptivas de Maria, ou com o trabalho da psicanálise de transformar suas bordas em confins. Minha intervenção, falada meio de pronto, surpreende um lugar de Ricardo mantido prisioneiro no interior do ponto de vista materno. Segue-se na análise um processo de ruptura desse lugar originário com abertura da possibilidade de nascimento de um olhar próprio – e,

concomitantemente, de um mundo, os confins. Ricardo sai do esconderijo criado e passa a inventar outra brincadeira: embrulha-se no lençol, que eu seguro unindo as quatro pontas. Preso aí no meio, ele se debate e se esforça para sair.

– *“Agora parece mesmo que eu to dentro da minha mãe!”*

Conforme passa um tempo sem que Ricardo consiga se desvencilhar e abrir saída, ele vai sendo envenenado.

– *“Aperta bem que agora vai ser a mãe fumante, a mãe com câncer! Ela não quer que eu saia... e aqui tem veneno, eu posso morrer se não conseguir sair!”*

Após grande esforço, quando ele nasce, sou o médico que cuida de seus primeiros momentos pós-natal, numa espécie de UTI.

– *“Quero fazer isso muitas vezes!!!”*

Nasce na análise essa figura de um cuidador, que é um mediador entre Ricardo e o mundo a ser criado/encontrado. Medeia um nascimento que, afinal, não diz respeito somente a Ricardo, mas também à sua família nuclear, que estava igualmente imersa e aprisionada no olhar dos seus ascendentes. O pai de Ricardo, em uma sessão que tive com ele, ficou surpreso com uma observação minha que sugeria a possibilidade de que um auxílio financeiro poderia ser recebido de seu pai a partir de um lugar de adulto. Ele se deu conta de que não notava essa nuance, e que recebia tais ajudas como se fosse uma criança.

Ao longo dos dois anos e meio dessa análise, procurei ter sessões com os pais frequentemente, percebendo a importância de ajudá-los também a se situarem nesse trânsito geracional e a ocuparem seus respectivos lugares.

Ricardo, em casa, pediu ao pai que fizesse com ele o mesmo que eu fazia no consultório: uma tal brincadeira de segurá-lo. Era algo que lhe dava muito prazer, e que surgiu por puro esgotamento de minhas possibilidades interpretativas com relação aos testes de limites que ele impunha ao *setting*. Minha escuta dava lugar ao meu corpo segurando-o, como quando descobriu a existência de outras caixas lúdicas e quis ver o que havia dentro delas. Falei o que costumo dizer às crianças que atendo: que da mesma forma que a caixa dele era aberta somente por ele, as outras também só poderiam ser abertas por seus respectivos donos. No entanto, seguiram-se sessões em que, apesar de eu levar em conta e falar da sua surpresa por não ser meu único paciente criança, e da curiosidade com relação à existência de outras crianças dentro da minha sala, e do potencial de irmãos dentro de sua mãe, ele se lançava com ímpeto embaixo do divã para tentar enfiar a mão dentro das outras caixas e pegar o que ali havia. Assim, comecei a segurá-lo, para então descobrir, *a posteriori*, a importância que isso

tinha: o pedido dirigido ao pai, em casa, para também interceptá-lo, realça a importância de um intermediário a conter seu impulso destruidor com relação ao interior materno.

Uma vez, enquanto realizava as investidas contra as caixas das outras crianças, ele descobriu um desodorizador de ambientes, espirrou uma quantidade enorme na sala e saiu correndo, recusando-se a voltar. Foi quase impossível atender os pacientes seguintes, pois eu espirrava e me sentia mareado pelo cheiro impregnado. Esse tempo em que eu o segurava, sem saber mais o que fazer, com a culminância nesse estrago feito em minha sala e ao dia de atendimento, fizeram-me quase desistir de prosseguir a análise. No entanto, dava-me conta de que o envenenamento – e a sobrevivência a ele – fazia parte fundamental do processo.

De fato, na sessão seguinte ele disse:

– “*Imagina se fosse veneno...*”

Pela brincadeira que acontece tempos depois disso, após os sucessivos nascimentos de dentro do lençol-útero, percebo que o que fica para trás é o veneno, a mãe morta, envenenada: o ventre destruído, incapaz de gerar novamente. E essa fantasia ainda mantém Ricardo soterrado pelos olhos da *família falsa*, que não concebe a sexualidade viva de seus pais. Se a mãe resta destruída, infértil (fantasia também sustentada por sua condição de filho único), aniquilada a sexualidade parental, impera a complexa teia sintomática familiar: retornamos à perseguição das avós *Michael Jackson*, a devorar pai-mãe-filho, como se fossem uma massa infantil sem condições de crescimento e fertilidade, mantendo-os em seu interior.

Em uma brincadeira, faço com meu braço uma cobra, com quem ele luta. Logo depois, faço surgir outra, empenhando meus dois braços na brincadeira.

– “*Esse é o macho e essa é a fêmea!*” – aponta Ricardo, que ataca exclusivamente o macho.

De repente, escondo meus dois braços atrás de uma almofada, e os deixo ali algum tempo.

– “*O que eles estão fazendo aí!?*” – pergunta-me com um misto de curiosidade e malícia.

– Não sei, eu não to vendo...

– “*Ela ta grávida!*” – diz Ricardo no momento em que o casal de cobras sai, e a partir desse momento, ele passa a atacar somente a fêmea, em sua barriga, no intuito evidente de matar os filhotes. O macho faz o que pode para protegê-la. Se eles perdem os filhotes, escondem-se outra vez e a fêmea engravida de novo. Ao fim, novamente um conflito de pontos de vista: Ricardo pensa ter destruído a mãe-cobra e seus filhotes, mas ela ressurgue,

assegurando que, apesar dos ataques, seu ventre e seus filhotes continuam vivos. A sexualidade e a fertilidade sobrevivem, inevitavelmente.

Penso que insistir em um olhar alternativo, que aceita os ataques de Ricardo sem crer em sua onipotência destrutiva – assim como foram refutados o olhar da *Internet* ou dos *falsos* –, foi de grande valor para o encaminhamento do final dessa análise.

Aos poucos, Ricardo passa a se interessar por mim de um modo que nunca antes ocorrera: pergunta a respeito de minhas férias, o que faço, de que gosto; passa também a contar-me sobre o que tem feito, de seus amigos e das coisas que o interessam. A mãe, em uma entrevista, conta que, ao levá-lo para a escola, observa que outras crianças o cumprimentam, mães de amigos chamam-no pelo nome. Diz que não imaginava que tais relações seriam possíveis. Os pais perguntam-me se já não está na hora de encerrarmos, ao que peço mais um semestre. Esse é um tempo no qual Ricardo me investiga, e, entre outras coisas, brinca de me comer e me evacuar. Até o ponto em que ele próprio anuncia o término.

Ao longo desta análise, foram criadas brincadeiras que, durante períodos longos, aparentemente estáticos, eram repetidas; os “tempos mortos” que se estabeleciam eram então entrecortados por tentativas minhas de movimentá-los, até o instante de uma ruptura, quando se iniciava algo novo. O momento de criação de um jogo, com seus personagens e histórias, era experimentado por mim com regozijo e um grau de esperança no processo de análise que, posteriormente, se desfazia; aquele mesmo jogo, personagens e enredos começavam a me parecer engessados. Meu sentimento, então, era de torpor, uma espécie de envenenamento, que fazia urgir um arejamento, uma espécie de nascimento, transformação. Em um momento de grande desânimo com o atendimento, quando a cada sessão eu já sabia o que iria acontecer – a mesma história: o bebê que foge da família de *falsos* –, tive uma supervisão onde o mais importante para mim foi notar o entusiasmo da supervisora enquanto eu falava sobre a brincadeira, que já durava meses. Reinaugurava em mim uma percepção da complexidade e riqueza daquela saga familiar criada, do personagem Liocanguru que abrigava o bebê, das mulheres perseguidoras que o colocavam de volta em suas barrigas, de onde ele voltava a nascer e fugir... Eu precisei desse desenvenenamento, o reflexo em mim de uma escuta para o novo, para então ter condições de continuar e propor as quebras nas repetições: nessa supervisão era eu o retirado de um lugar envenenado, posto em movimento para ver sob outros ângulos²⁷.

²⁷ Agradeço a Sandra Regina Moreira de Souza Freitas por essa supervisão e pela companhia viva, a partir de então, ao longo deste processo.

Testemunho aqui a importância – certamente familiar aos analistas – da sessão de supervisão como ruptura necessária à tendência a um fechamento dual na experiência clínica (a supervisão como terceiro, promotor de aberturas).

Porém, terminado o processo, sem ainda haver escrito nada sobre ele, sentia uma inquietação, a sensação de que algo faltava com respeito ao meu trabalho para com essa análise: a necessidade de escrevê-la. Como se, não escrevendo, ela restasse ainda, num certo nível, por nascer, sob o risco de ser “envenenada” ficando só “dentro de mim”. A escrita de um texto a partir de minha memória dos atendimentos, seguida de algumas apresentações em eventos psicanalíticos²⁸ tornaram-se, então, derradeiros nascimentos relativos a esse processo de análise; penso que tenha sido também um modo de insistência para com essa análise – ressoando os pontos nodais do processo – em favor de sua fertilidade e condição de abertura para o mundo.

A partir de então, ao ganhar, via escrita, lugar no mundo intercambiável, essa análise – tal como Ricardo – abriu-se para encontros e articulações de ideias. Aliás, antes, devo reconhecer que justamente algumas ideias que se me aclararam com a primeira escrita do texto da análise de Ricardo (DALÓ, 2009) foram fundamentais para as escolhas e o percurso realizados nesta dissertação. Os subcapítulos a seguir se articulam com as ideias abertas por este, ampliado-as; e, mesmo se retroagirmos ao capítulo anterior, à “introdução”, podemos encontrar lá ressonâncias dos movimentos dessa análise e de sua escrita.

Breve nota sobre estas investigações

“Os textos dirão se o pensamento clínico é uma miragem, a expressão de um trabalho inalcançável, ou se tem, efetivamente, o poder de nos sensibilizar quanto a um trabalho de pensamento em andamento na relação psicanalítica.” (GREEN, 2002, p. 12, tradução nossa)

Antes de prosseguirmos, cabe ressaltar e esclarecer que todo este capítulo – *“Investigações psicanalíticas através da escrita”* – radicaliza certo espírito de “pesquisa de

²⁸ No “Colóquio 100 Anos de Psicanálise com Crianças”, realizado pelo Departamento de Psicanálise da Criança, do Instituto Sedes Sapientiae, em agosto de 2009 em São Paulo e no “VI Congreso Latinoamericano FLAPPSIP – Psicoanálisis, una Experiencia de Fronteras”, realizado pela Federación Latinoamericana de Asociaciones de Psicoterapia Psicoanalítica y Psicoanálisis (FLAPPSIP), em maio de 2011 em Buenos Aires.

campo” presente em toda esta dissertação de modo mais ou menos discreto. Pois, se tratamos de escrever psicanaliticamente sobre a escrita psicanalítica, o próprio ato de escrever torna-se um objeto de pesquisa. Essa dimensão submersa em cada palavra que aqui se lê, essa dimensão de uma *investigação através do processo da escrita* – por meio do discurso genético privado, tal como vimos – deve ser destacada para que possamos desentranhar um sentido a mais em relação a algumas partes deste capítulo, partes que adensam e buscam circunscrever, sob alguns aspectos, o tema dos limites, mas não se articulam com o tema da escrita a não ser pelo fato de terem sido escritas. Melhor dizendo: são *partes deste texto cujo processo de escrita deve ser considerado* – embora dele só se possa ver o resultado –, pois o movimento de escrever pode ser comparado ao da constituição de uma “escuta” que possibilita certa elaboração das situações que impeliram tal movimento.

Nesse sentido, transitamos pelos campos abertos *por meio da escrita*, investigando-os; no entanto, deixamos reticências, já que cada campo que se configura remete-se a outros, interminavelmente. No momento dessas reticências, buscamos retomar o fio da meada através de articulações que nos conduzam de volta o foco para a escrita dos estados-limite (embora, insisto, a escrita tenha estado em movimento até então, ainda que inaparente). As reticências, ademais, mantêm tais campos abertos para futuras possíveis pesquisas...

Ao fato de ser “um resultado da linguagem fazer-se esquecer ao conseguir exprimir” (M.-PONTY, 1969/2002, p. 31), atentaremos, pois “*essa é exatamente a virtude da linguagem: é ela que nos lança ao que ela significa; ela se dissimula aos nossos olhos por sua operação mesma*” (p. 32, grifos do autor). Assim, no tempo do ziguezague que dá coesão a este trabalho, no tempo de tecer ao eixo os diversos assuntos abertos, cuidaremos para que a escrita não perca essa função, caindo em uma circularidade autorreferente. Ou seja, para que o escrever sobre a escrita não a esvazie.

Talvez destrinchar e explicitar partes do processo signifique correr esse risco por um instante. Mas parece-me ser importante deixar exposta uma raiz do sentido deste trabalho que passa pelo ato de costurar com palavras escritas situações clínicas estancadas.

Ao longo do trajeto do mestrado, aproveitei a proposta de trabalho de conclusão de uma das disciplinas oferecidas para escrever sobre um processo de análise que sempre me parecera bastante estimulante, mas que eu considerava há algum tempo parado no mesmo ponto. Ora sentia-me esvaziado, anulado; ora, quando parecia poder haver um avanço, uma abertura de campo, uma destruição de todo o trabalho já feito tornava-se iminente. Escrever a partir dessa análise a pôs em movimento em mim, de modo que me dei conta de haver

acontecido avanços notáveis no processo durante o tempo da escrita, e que certa reverberação prosseguiu ainda após o texto estar pronto e ser apresentado a colegas. Aí foi o momento em que, de fato, começou a amadurecer para mim o tema desta dissertação.

Nesse processo de maturação, a escrita do caso de Ricardo foi decisiva, já que a partir dela foi possível adentrar psicanaliticamente outros campos; o texto propiciou metáforas para diversas outras experiências limítrofes, e não somente a dessa criança em análise; uma conceituação da escuta psicanalítica *nos* estados-limite e das tensões aí experimentadas – a tendência ao enclausuramento do olhar contraposta ao reconhecimento de seu potencial, fomentado pelo trabalho analítico, de abertura para o outro – passa a poder ter como apoio as diversas figurações que a escrita dessa análise propõe. De todo modo, trata-se da tensão imposta por um limite, onde uma tendência à paralisia – à morte, no limite – é potencializada enquanto que, na mesma medida – paradoxalmente, ou talvez conseqüentemente –, se acentua uma urgência de vida que a rompa.

O microcosmo que é a análise de Ricardo se estende por meio da escrita e se conecta com o amplo terreno no qual se ergue a psicanálise (na parte subsequente a esta: “*Fantasia totalitária e recriação no campo psicanalítico*”); Aí, todo tipo de fechamento teórico, escolástico, institucional, enfim, todo tipo de “divã de Procusto”²⁹, pode ser figurado, em alguma medida, como esse desejo de um “lugar quentinho, com comida infinita e *Internet* que tudo vê”: à primeira vista, lugar cômodo e sereno, mas fadado ao auto-envenenamento ou à abertura. A escrita psicanalítica se situará do lado de um incômodo parturiente, um motor de ruptura.

As investidas que povoam de metáforas, por meio da escrita, o teórico “campo originário”, nas partes seguintes, permitiu a nomeação e o desenvolvimento de uma intuição clínica originada na análise de Ricardo, mas que necessitou outras experiências nos limites para ganhar alguma figuração. A sequência dessas “*Investigações*” conduzirá a uma cena vivida como um estado-limite, mas em um contexto não clínico. Cabe ressaltar aqui algo que colabora para a argumentação de que a escrita impulsionada pelos estados-limite amplia a condição de escuta psicanalítica: foi somente após escrever sobre a análise de Ricardo que pude esboçar uma escrita em torno de uma situação urbana “não digerida”, vivida há uns anos atrás; e, por sua vez, foi ao conseguir escrever sobre tal situação que algo mais da análise de

²⁹ “Conta-se que Procusto, salteador da antiga Ática, possuía um leito onde deitava suas vítimas; se fossem menores, esticava-as, se maiores, cortava o excedente” (HERRMANN, 2003, p. 49). Sobre esta alegoria para uma psicanálise ideológica, pode-se conferir também McDougall, J. (Org.) (1991).

Ricardo pôde ser posto em palavras (a ideia, que será desenvolvida mais adiante, do útero como pai dentro da mãe, e da linguagem, da cultura, como útero no campo social).

No subcapítulo seguinte, que também dá continuidade a essa proposta de “pesquisa de campo”, parti de uma experiência artística que me remeteu aos estados-limite clínicos e à exigência de pensamento que tais situações impõem; coloquei-me a escrever e buscar delinear alguma ideia quanto à violência que esses estados suscitam, tentando compará-los. Mas foi no tempo do trabalho da escrita que pude pensar algo além de uma analogia – esboçada apressadamente – entre certas propostas artísticas contemporâneas que convocam os estados-limite no tempo da recepção estética e o processo de análise, que também se dirige às bordas de seu campo. Ao entrelaçar, através desse texto, os campos das artes e da psicanálise na contemporaneidade, seus respectivos espaços ganharam uma nitidez que me permitiu pensar sua mútua interpelação e, a partir daí, uma possibilidade de escuta psicanalítica para experiências artísticas que despertam o vazio e, possivelmente, a violência.

Fantasia totalitária e recriação no campo psicanalítico

“Em março os ciganos voltaram. Desta vez traziam um óculo de alcance e uma lupa do tamanho de um tambor, que exibiram como a última descoberta dos judeus de Amsterdã. Sentaram uma cigana num extremo da aldeia e instalaram o óculo de alcance na entrada da tenda. Mediante o pagamento de cinco reais, o povo se aproximava do óculo e via a cigana ao alcance da mão. ‘A ciência eliminou as distâncias’, apregoava Melquíades. ‘Dentro em pouco o homem poderá ver o que acontece em qualquer lugar da terra sem sair de casa’”. (“Cem Anos de Solidão”, Gabriel García Márquez)

Os mais de cem anos de psicanálise poderiam ser de uma solidão extintora, caso seu campo fosse construído sob a regência de um desejo autóctone e endogâmico (brilhantemente exprimido por Garcia Marquez na saga da família Buendía). Ter acesso ao mundo sem sair de casa, ter tudo ao alcance das mãos, eliminar as distâncias e suprimir a alteridade: eis o desejo mais fundamental e absolutamente solitário de bastar-se, ser um com a própria origem (ser um “*self-made-man*”, nas palavras de um paciente). Nesse campo – fértil para a ideologia – encontramos os olhos de Édipo de todos nós, cuja tendência conservadora os mantêm cegos, inclusive deles mesmos.

Quanto a essa tendência, um trabalho ainda não publicado de Luciana Pires aborda as resistências da psicanálise ao novo e ao imperfeito, e explicita um modo de atravessamento institucional que obsta os processos de análise, mantendo-os em uma espécie de filiação aprisionante:

São muitos os restos e vestígios das formações grupais de apoio à aventura psicanalítica: paciente e analista acompanhados em ecos infindáveis por grupos de analistas que se encontram às voltas com o processo elaborativo de um tratamento. Lembro também do risco, tantas vezes assistido, de incorporações não ego-sintônicas como efeito colateral indesejável das formações psicanalíticas, com a subsequente formação de psicanalistas que pensam em coro e repetem fórmulas, escapando da quase impossível tarefa de se defrontar com a radical singularidade do encontro analítico. (PIRES, em fase de elaboração)

Nesses casos, a busca no campo psicanalítico do arejamento para um processo de análise emperrado tem um efeito oposto: ao invés de ajudar na circulação e movimentação do trabalho, gangrena; são situações em que o diálogo da clínica com a psicanálise não ventila os “tempos mortos” de um processo psicanalítico, pois é a própria psicanálise – ou partes de seu campo constituído – que se encontra parada em um “tempo morto”. Consideremos que

Recusar-se a perder de vista a “coisa” conduz efetivamente a encontrar o gozo na prisão do delírio e selar um pacto de aliança com a morte. Talvez se deva ver na influência da pulsão de morte, que parece reger certos destinos, apenas a outra vertente, apenas a face negativa da satisfação primitiva alucinada: haveria como que dois extremos na procura obstinada de uma possessão do mesmo. (PONTALIS, 1991, p. 65)

Devemos questionar-nos, então, o que sustentaria o “pensamento em coro”, a “repetição de fórmulas” – esse “pacto de aliança com a morte” pela recusa a separar-se, “perder de vista” – que tende a povoar os diversos campos humanos, o psicanalítico aí incluído. Uma petrificação da psicanálise talvez surja de um efeito “cabeça de medusa”, explicitada neste verso de Caetano Veloso: “a mente apavora o que ainda não é mesmo velho”³⁰. Pois o trauma frente à “radical singularidade [e novidade] do encontro analítico” não poderia levar a um movimento similar ao de Ricardo ao construir seu lugar sem falta, satisfação primitiva alucinada que deixa os intragáveis, inassimiláveis zumbis, lá fora? Cria-se um modo de totalitarismo – ainda que fadado a extinguir-se – como reação ao novo. Poderíamos até argumentar que, nesse caso, já não se trata de psicanálise, mas talvez isso seja

³⁰ Da música *Sampa*, lançada em 1978 no disco “Muito”.

um modo de negar a inegável incidência desse modo de funcionamento em nosso próprio psiquismo e seu reflexo em nossas instituições. Cabe aí, então, usar o método psicanalítico para romper e arejar o campo.

Havíamos proposto anteriormente³¹ que uma intuição clínica dá figurabilidade a algo novo que surge no seio do campo transferencial, podendo, nessa medida, ser comparada à formação do sonho como processo de interpretação – por meio de imagens – da “estrangeira” pulsionalidade. A formação do sonho (e, de modo similar, a teorização nascida da clínica) é, sob esse prisma, considerada um movimento criativo, na medida em que o psiquismo faz algo – um sonho – com aquilo que ele não é – o corpo e suas pulsões. No entanto, se tomarmos a formação do sonho como (tentativa de) satisfação alucinada do desejo – e, no limite, do desejo de completude –, seu aspecto criativo permanece, mas em função do preenchimento das lacunas que emergem da perda da (ilusão de) completude. Uma analogia da intuição clínica – e da passagem à escrita e à teorização – com o sonho deve então considerar esse aspecto; o analista pode estabelecer uma relação dual com a teoria, onde o que emerge de alteridade na clínica é preenchido alucinatoriamente na tentativa de restaurar um campo de completude quando ele se anuncia insustentável. Se na clínica um movimento assim não rompe os tempos mortos – ao contrário, mortifica os tempos – isso também vale para a escrita, caso ela busque *preencher* ao invés de *trabalhar* na lacuna, no limite.

O trabalho nos limites leva à constatação de que

jamais a teoria poderá colar-se integralmente à clínica nem recobrir toda a extensão de seu campo, jamais a clínica será uma aplicação da teoria que não deixe restos, que seja por ela inteiramente aclarada. O pensamento clínico deve ter sempre presente em seu espírito esse hiato e esse resíduo ilimitável, aceitar que eles não podem ser preenchidos integralmente. (GREEN, 2002, p. 13)

A teoria, aliás, ao contrário de preencher o campo clínico,

submete-se ao método do qual se deriva, num movimento permanente através do qual a teoria se corporifica e se checka, simultaneamente, por meio do método. Assim a teoria não fica engessada, nem cristalizada, nem pode ter o caráter de algo definitivo. (LOFFREDO et al., p. 12)

Aproximemo-nos, porém, do desejo de se ter tudo ao alcance das mãos e de eliminar as distâncias, agora na medida de sua presença – subterrânea, mas tantas vezes evidente –

³¹ No capítulo “A Escrita Psicanalítica e suas Raízes”

também entre os psicanalistas; a atração que exerce a teoria pode ser aqui considerada, pois ela nos

fascina como “bela totalidade”, cada vez mais abrangente, homogênea, alienante, sustentada pelo reassseguramento de um saber dominado. Seduz como investigação sustentada pela fantasia de *ver* cada vez mais longe (PONTALIS, 1977/2005, p. 148, grifo do autor)

Em um estado fantástico de abarcamento da totalidade, imersa em uma ilusão de completude, qualquer investigação fica fadada a ter sobre si, confinando-a, um ponto final.

Pires (em fase de elaboração) encontra, na “atmosfera claustrofóbica” criada por Borges em seu conto “*A Biblioteca de Babel*”, uma expressão literária do efeito mortífero da completude. Nessa “fantástica biblioteca [...] se encontram todos os livros que já foram ou serão escritos, onde todas as combinações possíveis dos marcos ortográficos estão impressas em livros dispostos em infinitas salas hexagonais” (PIRES, em fase de elaboração). O primeiro movimento perante ela é de fascinação, encanto pela bela totalidade.

Diz ainda Borges: “Quando se proclamou que a Biblioteca abrangia todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens se sentiram senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloqüente solução não existisse: em algum hexágono. O universo estava justificado, o universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança” (PIRES, em fase de elaboração).

Porém, contraposto ao entusiasmo geral por tal perfeição e infalibilidade, o narrador – o bibliotecário – vê-se preso, paralisado.

À infinitude se opõe o aprisionamento insignificante do humano. “Como todos os homens da Biblioteca, viajei em minha mocidade; peregrinei em busca de um livro, talvez o catálogo dos catálogos; agora que meus olhos quase não podem decifrar o que escrevo, preparo-me para morrer a umas poucas léguas do hexágono onde nasci”. A peregrinação e a viagem se mostraram inúteis e o que resta é o cego enclausuramento. Destaca-se, no conto, a dimensão opressora e paralisante de tal biblioteca que implica em buscas inúteis, desprovidas de esperança de encontro, num horizonte que aniquila a novidade e a criação, tornando impotente o “imperfeito bibliotecário” e todos os usuários de ostentosa biblioteca. (PIRES, em fase de elaboração)

Voltando ao campo psicanalítico, a autora encontra um exemplo significativo de resistência ao enclausuramento do olhar pela fantasia de uma teoria definitiva, no âmbito da Sociedade Psicanalítica de Londres:

Winnicott, em sua célebre carta de 1952, endereçada a Melanie Klein, reforça sua crítica (já pronunciada ao vivo em uma reunião na Sociedade) a uma frase escrita por Riviere, no prefácio de um livro de Klein. E segue-se a frase de Riviere: “[Klein] has in fact produced something new in psychoanalysis: namely, an integrated theory which, though still in outline, nevertheless takes account of *all psychical manifestations*, normal and abnormal, from birth to death, and leaves no unbridgeable gulfs and no phenomena outstanding without intelligible relation to the rest.”³² Salta aos olhos a coincidência com a descrição da biblioteca de Babel acima e sua consequente produção de imobilismo na mesma medida em que gera esperança totalitária. Em eco, parecemos ouvir Riviere dizer: tudo já foi dito, tudo já foi escrito, só temos que encontrar o livro. (PIRES, em fase de elaboração, grifos da autora)

É como se Winnicott anunciasse o envenenamento ou a secagem de um líquido amniótico que alimenta a fantasia totalitária; ou fizesse as vezes da praga – alguma semelhança com a peste freudiana? – que se alastra pelo reinado de Édipo, quebrando um estado de plenitude ao forçar nele o nascimento de um olhar, um novo ponto de vista (que, no caso do emblemático personagem tebano, é terrífico e insustentável: leva-o a um trágico retorno à cegueira).

Esse movimento, revestido de formas distintas, peculiares, é constante na história da psicanálise:

desde a época de Freud, constata-se [...] um movimento pendular entre fases de entusiasmo pela teoria, que coincidem com seus momentos mais criativos, e fases ‘depressivas’, reativas aos resultados clínicos que se devem a esses mesmos avanços. [...] Cada vez o analista esperou que os novos elementos acrescentados ao edifício teórico viriam um dia pôr fim a toda distância entre as promessas da teoria e os resultados de sua aplicação no campo clínico (AULAGNIER, 1989, p. 16-17).³³

Os “nascimentos” – a emergência de momentos criativos – sucedem as “fases depressivas” como se fossem antídotos contra o envenenamento mortífero da clausura; como uma abertura para um *a perder de vista* que faz lembrar ser “próprio da teoria psicanalítica esse interminável que tem a ver com o interminável da análise e com o interminável da transferência que mobiliza a teorização” (MUNHOZ, 2009, p. 77). Por outro lado, tais “fases depressivas” que sucedem o entusiasmo são indicativas de uma iminente ruptura na fantasia

³² “[Klein], de fato, produziu algo novo em psicanálise: a saber, uma teoria integrada que, apesar de ainda em esboço, dá conta de *todas as manifestações psíquicas*, normais e anormais, desde o nascimento até a morte, não deixando abismos intransponíveis nem fenômenos excepcionais sem uma relação inteligível com o resto” (tradução nossa).

³³ Quanto aos movimentos de abertura e fechamento no campo psicanalítico, além dessa constatação de Piera Aulagnier, remetemos o leitor aos textos já indicados anteriormente: Taffarel (2002), Herrmann (2002) e McDougall (2001).

totalitária de ausência de distância; assim, podemos considerar que, de algum modo, elas potencializam movimentos de abertura para a alteridade, para os limites.

Cabe aqui ampliar a diferença proposta por Laplanche e Pontalis (2000), demarcada no capítulo anterior, entre *elaboração* e *perlaboração*, que nos levará a uma comparação da teoria com o sintoma, nó que a análise busca desatar e, por outro lado, da teoria com o próprio trabalho psicanalítico. Acompanhemos esses trechos de McDougall (1992):

O primeiro desses conceitos (*psychische Verarbeitung*) diz respeito ao modo de funcionamento do aparelho mental e a seu trabalho intrapsíquico; o segundo (*Durcharbeitung*) se relaciona com o trabalho de cura psicanalítica. Como notam os autores, uma analogia se impõe entre os dois conceitos. (p. 24)

Laplanche e Pontalis nos lembram que devemos o termo “elaboração psíquica” às pesquisas de Charcot, que assim chamava o trabalho psíquico responsável pela criação de um sintoma. Após Charcot, Freud e Breuer utilizaram o mesmo termo, mas, ao contrário de Charcot, propuseram ver na persistência do sintoma a indicação de uma *falta de elaboração psíquica*. (p. 27)

Entretanto, com perspicácia, McDougall assinala certa congruência entre essas proposições contrárias: de um lado, o sintoma de fato é fruto de uma elaboração psíquica infantil, mas trata-se de uma “solução apressada que, [...] na tentativa de escapar à dor psíquica [...] fecha de uma só vez a porta a qualquer elaboração futura” (p. 27). Já a intenção de Freud e Breuer é a de que o trabalho analítico permita uma retomada da elaboração que, com a formação dos sintomas – esse “fechamento de portas” – ficou impedida de prosseguir. Um sintoma, portanto, assim como um sonho, já é elaboração; mas, em análise, tais formações podem ser enganchadas pelo campo transferencial, sendo de tal modo trabalhadas pelas associações do analisando atreladas à escuta flutuante do analista, que um novo contexto elaborativo – perlaborativo, no caso – conduz a esse prosseguimento do trabalho psíquico, sem fixar-se em um “já elaborado” prévio, mais precisamente, rompendo-o.

Uma teoria, no tempo de sua criação, leva a “fases de entusiasmo” (como bem aponta Piera Aulagnier); porém, quando ela – que deveria ser um provisório – perdura, endurece. Nesse sentido, pode ser comparada ao sintoma, que se pode definir, tal qual vimos acima, como o “provisório que dura”. Quando se cristaliza, então, a teoria paralisa o movimento perlaborativo que se dá no seio do campo psicanalítico.

Por outro lado, no tempo de sua formação, como trabalho em uma situação-limite, é a teoria que permite a perlaboração da psicanálise. Um esclarecimento cabe ser dado aqui: usamos em alguns momentos deste trabalho o termo perlaboração referido não a um processo de análise, mas à psicanálise (*perlaboração da psicanálise* ou *do campo psicanalítico* ou *da teoria*). Esses são os momentos em que sustentamos a tese de que a psicanálise requer um olhar psicanalítico sobre si para movimentar-se, como o movimento das “antenas” exposto na “*Introdução*”. Podemos considerar esse movimento desde um ponto de vista miúdo, onde se inclui a escrita do psicanalista (que recolocaremos em foco mais adiante): em relação aos limites para a perlaboração em uma análise, os pares, os campos transferenciais que recobrem o campo psicanalítico adquirem uma função que dá movimento a tal processo, sendo esse movimento também, precisamente, uma *Durcharbeitung*, uma “elaboração através” da relação com um outro. Recorreremos a mais duas citações de McDougall, ainda que longas, pois são precisas:

A esse trabalho sobre o sentido [a perlaboração no tratamento] vem se juntar um outro – de reflexão, que também tem origem na experiência do tratamento, mas só prossegue no momento em que o analista está longe de sua poltrona, de seu consultório e de seus pacientes. [...] Contrariamente ao que se passa ao vivo com os analisandos, esse tipo de reflexão procura dominar o indominável, pôr ordem no caos do psiquismo humano, captar, nos movimentos incoativos que se desenham em cada análise, a natureza misteriosa desse processo criativo que o ultrapassa. Essa segunda força de elaboração psíquica não resulta em interpretações, mas numa discussão da prática da psicanálise: o analista procurará confirmar ou infirmar os conceitos clássicos e talvez tente integrar novos elementos teóricos ao campo doutrinal do freudismo. Para alguns, essas elaborações resultarão em exposições, em textos escritos. (p. 25-26)

Quer se trate de estrutura neurótica, organização perversa ou estado psicossomático, a cada vez que se produzem uma estagnação no decorrer do tratamento e uma parada do processo analítico, cria-se no analista uma “estase” especial que o incita à reflexão, que o leva às trocas com colegas, talvez a escrever. Quanto ao êx-tase representado por discussões, colóquios, conferências, textos analíticos, vemos que os processos psíquicos que se encontram em ação são os mesmos que resultam em interpretações na relação analítica, ou em perlaboração no interior do tratamento. Este mesmo funcionamento psíquico se encontra também na formação sintomática. Do ponto de vista da economia psíquica e dos fatores de desprazer-prazer, poderíamos adiantar a idéia de que perversão e sublimação, sintoma e criação têm um fundo comum. (p. 28)

Eis o pendulo: um movimento dinâmico de recriação da psicanálise – cujo movimento é análogo ao que acontece no interior de uma análise –, onde a cristalização teórica – como a

sintomática – é rompida dando lugar à *teorização flutuante*, enraizada nos processos primários: interminável movimento de perlaboração do terreno psicanalítico. Inclui-se aí um ponto de vista fundamental que reconhece essa oscilação, através do qual a teoria deve ser concebida

não mais como algo que vem no fim, para garantir a conservação do edifício, mas como estando na própria origem do processo [...] A teoria estaria nas duas pontas da corrente, o mais próximo possível da lógica do inconsciente e o mais distante dela, quando pretende perseverar no ser de um “corpo teórico”, destinado mais a uma “sobremorte” do que à sobrevida. (PONTALIS, 1977/2005, p. 149)

A teoria, quando se “pretende perseverar no ser de um ‘corpo teórico’”, revela uma tendência conservadora e regressiva do olhar que provoca seu fechamento em relação ao novo. Nesse caso, quando se destina à “sobremorte”, podemos reconhecer a teoria como uma formação sintomática (uma criação em sua origem). A repetição, suporte dessa cristalização, se dá pela fusão de pontos de vista potencialmente peculiares, vozes potencialmente próprias, em uma massa prévia à qual se identificam. Ainda que o processo de “dar corpo” para uma teoria requeira um movimento criativo, mantê-lo intacto exige uma blindagem do olhar para aquilo que a ele escapa: sua alteridade.

No que concerne ao que vimos até aqui quanto à psicanálise, um ponto de vista de massa pode ser associado aos repetitórios “ismos”, relativos a filiações teóricas cegas.

É de Winnicott o esclarecimento do efeito nefasto dos “ismos” ao processo psicanalítico. É ele, em 1952, quem declara: “I suppose this is a phenomenon which recurs and may be expected to recur whenever there is a really big original thinker; there arises an “ism” which becomes a nuisance.³⁴” (PIRES, em fase de elaboração)

O que Winnicott denuncia é justamente o caminho de distanciamento daquela que Pontalis considera ser a ponta da corrente teórica mais próxima da lógica do inconsciente, o que faz com que a teoria, perdida dessa origem, fique destinada à “sobremorte”; há que se destacar, porém, o fato de que a manifestação de um incômodo diante da reificação e petrificação de um pensamento original tenha se dado através de um psicanalista cujo percurso teórico-clínico foi notoriamente singular e criativo dentro da psicanálise, situando-se

³⁴ “Suponho que este seja um fenômeno recorrente, que se espera que aconteça sempre que há um grande pensador realmente original; surge um ‘ismo’ que se torna um incômodo” (tradução nossa).

de um lado crítico à “massa ísmica” da filiação – lugar quentinho, com comida infinita, de onde se vê tudo...

Façamos agora, em um salto, a partir de um recorte clínico, uma analogia capaz de amplificar o movimento de tensão percorrido até agora nesse capítulo (desde a análise de Ricardo, passando pela “*Biblioteca de Babel*”, pelos psicanalistas e suas instituições).

No âmbito de nossa cultura contemporânea, acontece no meio cibernético algo similar a esse engessamento de um pensamento original, que podemos avistar a partir desta fala de Mauro em sua análise: *“to vendo o Twitter e é bizarro o que acontece... é tudo retuíte de alguma coisa, de alguém que fez alguma coisa, como um monte de zumbis”*. Quanto a esse “alguém que fez alguma coisa”, é sempre alguém *“super interessante! E são pessoas que nem tem Twitter. Os outros ficam na sombra deles... E o pior é isso! Falam qualquer coisa banal, e seis mil pessoas veem a conversa e respondem, tal. Eu fico vendo aquele monte de retuíte e me dá um frio na espinha... parece uma horda de zumbis!!!”*

A repetição de algo já pronto, nessa análise, se configura como preservação: a fusão na massa de seguidores protege Mauro de uma arriscada exposição à vida; ao mesmo tempo, porém, o priva dela, transformando-o em morto-vivo. Mais que um espiar pela fechadura – ou por uma câmera de *Big Brother*, se quisermos uma contemporânea e midiática metáfora – a vida alheia, o retuíte se configura sob essa ótica como algo que aliena o seguidor no lugar de simples propagador de uma ideia, “qualquer coisa banal”, que se banaliza ainda mais na voz de uma horda de zumbis-papagaios. A angústia que meu paciente sente aí tem a justa medida da atração exercida sobre ele por esse lugar na sombra, camuflado sob uma pele “super interessante”.

“To me imaginando exposto à vida... eu não me sinto uma pessoa, eu acho... que ocupa um lugar, um espaço, quer fazer as coisas, sei lá. Como se eu fosse uma coisa não muito coesa. To lembrando de uma entrevista que vi na TV. Eu não poderia ser entrevistado, falar o que penso... acho que sou uma massa disforme diante de um monitor”.

O lugar subjetivo de massa disforme, ou com a forma de um outro no qual se assujeitar por mimetismo, repetindo-o, se rompe nessa experiência analítica construtora de um olhar primordial integrador.

- Não vejo um zumbi! – afirmo.
- *“Mas você é meu terapeuta, não conta.”* – ele não conta, eu não conto...
- Seu frio na espinha conta.
- *“Não to menosprezando, é que você é meu terapeuta, então...”*

- Então é claro que eu te vejo!?
- “É, e você não diria que eu sou um zumbi.”
- Ah, mas se eu visse aí um zumbi, com certeza te diria, mas agora o que eu vejo é o seu frio na espinha!

Minha insistência em ver esse “frio na espinha” de Mauro se dilui ao longo da sessão para reaparecer em uma reunião clínica onde essa passagem ganha um destaque especial, ao ser salientada por colegas.³⁵ A partir desse ponto relatado, minha tendência na sessão (dei-me conta disso posteriormente) foi a de trabalhar “na sombra” do que eu já havia percebido anteriormente, sem sustentar completamente a alteridade daquele momento em que algo novo se anunciou na análise em estado nascente, revelando um potencial de transformação das bordas em confins.

Um processo psicanalítico – arejado pelos diversos modos de diálogos da clínica com a psicanálise – tem como uma de suas fundamentais funções dar suporte para que “frios na espinha” possam ser vividos, para que a alteridade possa surgir, ser experimentada e perlaborada. Nesse sentido – agora voltando de nosso salto –, podemos considerar como um ato genuinamente psicanalítico a sustentação que Winnicott dá a seu incômodo³⁶ (incômodo acompanhado, quem sabe, de um “frio na espinha”) diante da repetição mortífera dos “ismos”, denunciando-a e reabrindo trilhas alternativas vivas em um contexto³⁷ no qual a psicanálise tendia à “horda de zumbis-papagaios”, fascinada pela teoria.

³⁵ Agradeço em especial a Marilza Taffarel e a Camila Salles Gonçalves pela insistência.

³⁶ Estou aqui considerando essa sustentação como genuinamente psicanalítica em contraponto ao processo de acomodação (em um lugar de suposta completude) salientado e investigado ao longo deste subcapítulo (“*Do olhar diluído na massa ao nascimento de um ponto de vista*”). Não nos parece sem efeito sobre o movimento psicanalítico o fato de esse processo ser uma tendência talvez geral do psiquismo, sendo os analistas e suas instituições sujeitos a ele. É nesse sentido que propusemos a ideia anteriormente esboçada da importância de a psicanálise alçar suas “antenas” sobre si mesma a fim de provocar rupturas em seu campo (é isso, justamente, o que fez Winnicott na situação aqui apresentada).

³⁷ Cf. Munhoz (2009b), em especial o sub-capítulo que aborda as “Características da Institucionalização da Psicanálise na Inglaterra”.

Talking cure, writing cure

“Então ele já não sabe o que é seu e o que pertence à própria autonomia e vivacidade daquela textura discursiva. [...] E o que move esse gesto de escrever é o desejo de posse das coisas perdidas, soterradas ou imprecisas por meio da linguagem. Entretanto, o que é obtido em cada traço, em cada escolha de uma palavra é a sensação de que o desejo de captura jamais poderá ser plenamente satisfeito. No entretempo da escrita a intenção de aprisionar o que escapa enfraquece à medida que as palavras ganham forma.” (PARENTE, 2007, p. 360)

Retomemos o fio da escrita. Consideremos, então, o suporte aos “frios na espinha” da sessão próxima ao *acting out* como uma atitude consonante à essência contra-ideológica da psicanálise, que fura o estabelecido, sendo a escrita psicanalítica instigada pelos incômodos nascidos da clínica um modo peculiar de criar esse suporte.

Diria que o analista, quando escreve, não é movido apenas por interesse científico. Algo mais lhe põe às mãos a pena exigindo seu trabalho de escrita. Sendo seu trabalho híbrido, a arte da interpretação, o analista é movido tanto pelas inquietações que seu ofício lhe impõe quanto pela força criadora da palavra. (BARONE, 2006, p. 227)

Conjugam-se, no ato psicanalítico de escrever, tanto nossas faltas quanto a possibilidade de criar a partir delas, tendo a palavra como matéria prima. Um ato extenso à clínica, podemos considerar a escrita, onde se conectam a perlaboração no tempo de um processo psicanalítico (“*talking cure*”) e a perlaboração no tempo do trabalho de escrita do analista, uma “*writing cure*”, por analogia.

Se a cura em psicanálise é necessariamente mediada pelo desejo, é possível cotejar o trabalho da fala e o da escrita em psicanálise levando em conta tal mediação. Um aspecto crucial do desejo que permeia os processos perlaborativos pode ser delineado por meio da construção teórica (mítica) de um momento inaugural de onde ele emerge, sendo essa emergência da ordem de um “frio na espinha”, expulsão do paraíso, do “lugar quentinho com comida infinita” onde nem sequer é preciso ter olhos próprios para ver, ou seja, da ordem de um estado-limite. Perde-se uma totalidade (Eu e mundo indiferenciados) onde não há tensão. Nesse momento inaugural, de um ponto de vista que se pode imaginar como sendo o da criança em um tempo precoce, as noções de eu e de outro são ainda extremamente incipientes e precárias, experimentadas como violência. É a alteridade a primeira ferida narcísica com a

qual o sujeito humano ainda em formação tem de lidar, mas se deve considerar que a ruptura da ilusão de unidade – essa primeira ruptura de campo vivida pelo sujeito nascente, lenta aquisição de uma noção de ser separado – propicia a entrada no campo do desejo, marcado pela falta, pela incompletude.

Levando-se em conta que o desejo nasce dessa perda, Herrmann (2003) se pergunta “o que quer o desejo, originalmente” (p. 31). Ele observa que “na teoria freudiana, deparamo-nos freqüentemente com uma tendência conservadora no homem”, e que “tal tendência conservadora é um ponto de partida razoável para a clínica” (p. 32).

Em qualquer momento da análise, existe uma dimensão de contrariedade fundamental, o desejo de bastar-se, de ser inteiro e possuir-se por dentro, de imaginariamente voltar a ser um só com as fontes de satisfação (HERRMANN, 2003, p. 32).

Essa “dimensão de contrariedade” perpassa os movimentos de que tratamos até aqui, onde podemos reconhecer o desejo de recuperação desse estado mítico originário de não-desejo. Porém, a humanização se funda “quando se rasga o narcisismo primário” (p. 32), quando essa dimensão de contrariedade se inverte e adquire um movimento de luto: pela perda da condição de ser um com o mundo, ser completo, origina-se a busca por objetos substitutivos.

Segundo a teoria freudiana do luto, o bom objeto substitutivo é o que traz certas marcas daquele que nos abandonou; na perda de si mesmo, conseqüentemente, o sujeito volta-se enlutado para tudo o que possa representar o homem (...). Assim é que o desejo deseja o mundo, porém com um travo de desgosto, já que não desejaria ter de o desejar, queria sê-lo, de que resulta ser um mundo objetual enlutado, aquele que almeja o desejo humano. (p. 33)

Isso nos interessa especialmente, pois a fala do analisando, motor do trabalho de análise, tem consigo a marca dessa ambigüidade do desejo:

deseja-se o não desejo, deseja-se o mundo. Por um lado, o fato de o analisando ter de falar escancara aquela primeira ferida narcísica instauradora da subjetividade: é um antiespelho de Narciso que reflete a incompletude. No entanto, ao mesmo tempo, falar sacia (momentaneamente) a “fome” do que foi perdido. (DALÓ, 2010, p. 295)

O analista ocupa um lugar ambíguo: por um lado, instaurador de uma ausência que impõe o trabalho da fala ao analisando; por outro, presença receptiva a essa mesma fala. Se

considerarmos a escrita do analista tal como proposto acima, como fruto de uma inquietação, encontraremos em seu movimento uma estreita afinidade com esse trabalho do analisando no tempo da sessão. Mas, no que se refere a essa escrita, devemos considerar a complexidade do cruzamento de dois campos transferenciais, quando se entrelaçam a relação analista/analisando e a relação analista/psicanálise. Uma falta se instaura justo nesse cruzamento, quando o contato com os estados-limite na clínica leva à necessidade de interlocução com a psicanálise (com os pares, com as teorias), que por sua vez se revela, também, território em aberto, lacunar. O campo psicanalítico serve ao analista, então, como o próprio analista, ao analisando: como propulsor da linguagem. No corpo teórico revelam-se lacunas, mas esse mesmo corpo teórico é receptível às novidades da clínica que aí aportam por meio de um trabalho da linguagem – a escrita – movimentado pela constatação de sua insuficiência em consonância com o desejo de ser suficiente, de bastar-se (o que faria do campo teórico uma “bela totalidade”).

A linguagem é perda, ela bem o sabe, ela nunca será, mesmo na poesia, acesso imediato à coisa, ela está de luto, mas ela não seria nada mais do que um código se não fosse sustentada por – e levada para – o que não é. Assim, parece-me, a palavra na análise e a escrita são parentes, pois fazem da perda sua ausência. Simultaneamente, excitação e depressão estão necessariamente presentes ao encontro. (PONTALIS, 1991, p. 120)

Quer dizer, tanto na fala do analisando como na escrita do analista o trabalho com a linguagem, com as palavras, tem a marca desse desejo enlutado.

A linguagem não é *captura*: não se apodera de nada da substância do real, nem sequer da mais ínfima porção. [...] Mas ela tampouco é renúncia; não admite confessar que: ‘isso não é pra mim’. Faz parte de sua própria natureza ir em direção ao que não é ela. Já que nasceu da perda e que nada tem que lhe pertença, seu apetite é enorme! (PONTALIS, 1991b, p. 144, grifo do autor)

De tal modo entrelaçam-se a falta e a fala, a falta e a escrita, que disso resulta que “na própria operação da linguagem inscreve-se a impossibilidade de satisfazer sua exigência. A não-realização do desejo está nela, mas o desejo não tem limites” (p. 144). A fala e a escrita compõem-se, assim, com o desejo, movimentando-se entre o impossível e o ilimitado: há nelas um trabalho em direção à completude perdida, quando “a certeza de uma *coisa sem nome* nos acompanha. De uma coisa que se declararia por si, tal como é” (p. 144, grifos do autor) – e, assim, não mais exigiria palavras, como na “*Biblioteca de Babel*”. Mas, ao mesmo tempo, essa certeza é como um “horizonte permanente” que alimenta movimentos: “só ela

assegura a tensão da fala na sessão, que é levada ao extremo” (p. 144) e, acrescentemos, é esse horizonte que dá movimento também à escrita do analista.

Esse trabalho de escrita encontra uma analogia com o trabalho do sonho (como vimos no capítulo de “*Introdução*”, subcapítulo “*A escrita psicanalítica e suas raízes*”) e também com o trabalho do luto:

Associando, até formar um todo, ao sonho, ao luto, a palavra trabalho [...] Freud mostrava que atividades de aparência tão simples, tão evidente, como sonhar, experimentar e depois superar uma perda, não eram uma coisa à toa. O mesmo acontece para quem resolve escrever. O sonho transforma sensações presentes, restos da véspera, rostos e lembranças, pessoas e lugares: é um laboratório. O luto transforma o objeto perdido, o incorpora e o idealiza, o fragmenta e o recompõe, e precisa de tempo para fazer isso. Mas a analogia com a escrita não está somente no trabalho: escrever é também sonhar, é também estar de luto, sonhar-se (e sonhar o mundo, para os maiores), ser animado de um desejo louco de posse das coisas pela linguagem e ter a cada página, a cada palavra, a prova de que nunca se obtém exatamente o resultado que se quer. Daí a febre, ou mesmo a exaltação maníaca, e a melancolia que sempre acompanham alternadamente o ato de escrever. (PONTALIS, 1991, p. 129-130)

Aqui, sugerimos que a ferida narcísica que originariamente nos confronta com a alteridade – e abre um campo de desamparo, um *estado-limite originário*, poderíamos dizer –, que nos leva a sonhar (a buscar, no sono, o estado de completude perdida) e enluta nosso desejo, também põe em movimento nossa escrita. O trabalho psíquico – do sonho, do luto, da escrita – é, afinal, análogo ao trabalho perlaborativo do analisando no tempo das sessões, quando “no detalhe, no ínfimo, no passo a passo dos restos, a fala, quando nada a comanda a não ser seu próprio impulso, reconduz ao objeto perdido, para dele se desligar” (PONTALIS, 1991b, p. 143).

Campo originário, angústia, nascimento: figurações dos estados-limite

Podemos nos aproximar agora de uma ideia: a escrita-teorização, impulsionada pelos estados-limite, tende a circunscrever o campo do irrepresentável, fazer a partir dele uma construção; essa escrita busca, então, dar forma a esse campo, dar-lhe figuração e palavra, e, nesse sentido, representá-lo. O desejo de “fazer nascer” a que nos referimos anteriormente como sendo um afeto contratransferencial nos estados-limite pode ter a ver com esse trajeto que, por assim dizer, precisa mexer na “massa” para aí encontrar o “um”. Pensamos que esse

movimento permite ao analista desligar-se desse campo sem nome e pôr-se em relação com o particular da experiência em questão.³⁸

Considero, com Herrmann (2003), que “no fundo [remetidos à origem] todos os homens são iguais, [e que justamente] por isso é que o fundo não interessa; interessa-nos a espessura da superfície representacional, onde reside a peculiaridade de cada vida psíquica” (p. 137). Porém, para recobramos na análise dos estados-limite um campo de superfície representacional, precisamos romper o campo do irrepresentável aí instalado.

Penso, retomando a ideia acima, que quando a escrita nos leva a construções mais “gerais” e elementares relativas ao psiquismo, ou relativas à origem – traumática – do psiquismo, é que aí está por irromper um outro, um particular. Através da escrita dos estados-limite constitui-se um lugar para essa alteridade em iminência de nascer: como vimos, essa escrita pode então criar condições de surgimento de uma novidade tanto em relação a seu ponto de partida clínico, incidindo sobre a perlaboração ligada a um atendimento, quanto em relação ao campo por onde se movimenta, incidindo sobre a perlaboração do campo teórico psicanalítico.

Tendo isso em conta e tendo como chave de leitura as tensões em torno da tendência conservadora e regressiva do olhar – sua tendência à diluição que o torna indiferenciado de seu ponto originário, que, inspirados nos recortes clínicos de Maria e de Ricardo, temos tomado como nosso ponto de partida “geral” –, será possível uma incursão por âmbitos diversos daqueles abordados até o momento. Considerando a própria origem (de cuja ruptura nasce o desejo, a humanidade), em psicanálise, um limite, podemos fazer desse campo do irrepresentável um confim ao habitá-lo pela linguagem: tal campo, visto que inacessível à memória, não seria então um espaço aberto ao trabalho criativo? Pois, onde a memória e a linguagem não alcançaram, tem lugar o trabalho de construção (FREUD, 1937/1981), que deixa lacunas para novos caminhos associativos.

No inconsciente, nos sonhos, nós sabemos, toda memória se entrelaça, compondo cenas absolutamente originais, compostas pela memória diurna mesclada aos conteúdos recalçados inconscientes e suscitadas pelas dinâmicas correntes afetivas. Assim, “acontece mesmo ao sonhador ver cenas passadas às quais ele não assistiu. Nada escapa ao seu olhar” (PONTALIS, 1991, p. 24). Porém, aquilo que poderíamos chamar *a origem* resta inacessível, remete a algo que escapa incessantemente; ela tem a qualidade do umbigo que nutre todo

³⁸ Poderia dizer, em outras palavras, que “esse movimento permite ao analista retomar a análise”; mas isso somente se eu não considerasse este momento também parte fundamental do trabalho de análise: o trabalho de desestagnar uma análise que se encontra em “tempo morto”.

sonho e que pode ser dita através dessa metáfora freudiana, intra-uterina, remetida a algo que se desliga para sempre ao nascer: “umbigo do sonho”, campo originário.

A origem, então, não pode ser outra que não o que, do mito, faz-se ainda para a linguagem seu sopro e seu sonho – o sopro de seu sonho. *A origem está no centro*. Nessa condição ela é potencia de forma (FÉDIDA, 1996, p. 22, grifos do autor)

Não se trata, portanto, de algo passado, mas radicalmente presente.

Essa atualidade deve ser considerada. Sublinhemos então que Herrmann (2003, 2004) fala do *desejo* como matriz das emoções, sendo, tal como um motor, a manifestação de um sopro contínuo, potente de forma. Equivalente ao inconsciente freudiano – em última instância inacessível, portanto –, é possível de ser “desenhado” pelo psicanalista na medida em que suas consequências se manifestam. Quando se trata da expressão psíquica *da cultura*, esse autor adota o termo *real* como um análogo do desejo, como sendo também um equivalente do inconsciente, mas na cultura e não no sujeito. Herrmann (2004) assim considera:

é como se houvesse dois psiquismos profundos em diálogo, um de lá para cá, outro de cá para lá, cuja confluência, ou *campo*, produz uma *superfície de representações*, a ponte, que, bem ou mal, é tudo o que temos para nos sustentar. [...] Na verdade, [desejo e real] são a mesma coisa, sob certo aspecto. O desejo, o abismo interior que desconhecemos, faz parte do real, é como que uma parcela do real seqüestrada no íntimo do indivíduo. (p. 38-39, grifos do autor).

Articulando esses conceitos, podemos propor a noção de *origem* como o teórico lugar onde se assenta o irrepresentável – no extremo oposto à “superfície de representações” onde confluem as manifestações psíquicas do *real* e do *desejo*. Ao longo deste trabalho, esses dois conceitos serão então congregados, nomeados como *origem*, mas podem ser reconhecidos nas entrelinhas do texto, pois as investigações que se abrem, aqui e na próxima parte deste subcapítulo, justamente articulam origem do sujeito e origem da cultura.

As incursões psicanalíticas, seja na clínica ou na cultura, defrontam-se com o campo do irrepresentável; as figurações teóricas, por darem forma inteligível aos avatares que possibilitaram nascer, seja o sujeito humano, seja o mundo humano, são como pontes que permitem um avanço em direção aos confins. Nesse sentido,

O campo teórico psicanalítico cura a prática clínica de não ter metáforas que deem estofamento representacional ao universo bruto do lugar originário: corpo cru assimbólico.

Através dessa mediação, é-se capaz de realizar elaborações que partem da experiência transferencial em direção a uma origem humana turbulenta. (DALÓ, 2010, p. 294)

Nesse espírito, podemos considerar o valor clínico da “*Thalassa*”, ensaio através do qual Ferenczi (1924/1990) faz amplas articulações, partindo de suas experiências clínicas e passando pelo estudo da evolução biológica para construir uma teoria sobre a origem da genitalidade. Nesse estudo, na esteira da investigação freudiana das pulsões de morte, Ferenczi considera que a origem exerce sempre uma força de atração, e postula que cada relação sexual remete-se à experiência angustiante do nascimento, em uma tentativa paradoxal de anulá-lo e superá-lo: busca-se o retorno ao útero e, ao mesmo tempo, a superação da tensão e da angústia experimentada no instante do parto.

É possível destacarmos aqui uma semelhança entre a experiência do analista nos estados-limite e o ato sexual tal como considerado por Ferenczi, balizado por um movimento paradoxal. Quanto às experiências psicanalíticas mais vizinhas do campo originário – os estados-limite –, podemos reconhecer, no tempo da escrita do analista, essa força de atração que conduz ao tempo de uma experiência clínica de apagamento do psiquismo, a um campo transferencial que ressoa a origem – o intra-útero – de onde é possível nascer. Essa atração que leva o analista, no ato de escrever, a penetrar com palavras tal campo, serve também de impulso para dele sair. A participação da linguagem, aí, já é ruptura com relação a uma tendência de desligamento que impera em tais campos.

Como um parêntese, abro aqui uma lembrança capaz de figurar um esvanecimento do psíquico (clivagem entre psique e soma): trata-se de uma sessão de análise na qual *apaguei*. Não me distraí ou dormi; realmente minha existência psíquica foi anulada. Ao longo desse processo de análise, tinha de fazer praticamente a cada sessão um enorme esforço para não cair nesse “sono de morte”; esse risco, por vezes associava a cair em uma teia e ficar imobilizado. Na ocasião desse apagamento, voltei de repente a escutar a analisanda, justo quando ela disse que não podia se lembrar do que estava falando, como se aquele momento não houvesse acontecido. Onde estávamos? O que fizemos? Estávamos absolutamente distantes ou colados em uma mesma – atraente – teia de origem? Busquei explorar com ela essa situação, inclusive contando-lhe o que me havia passado... quanta força necessária para fazer um movimento para diante!

O fato de eu haver imposto, nesse caso, uma condição para iniciar a análise me chamava a atenção, pois não tenho esse costume. Disse, quando estabelecemos o contrato, que a poderia atender desde que estivesse disposta a construir na análise uma ponte de saída para a cena que inundou toda a primeira sessão de entrevista: era como se ela estivesse paralisada diante de uma cena primária atuada indefinidamente, durante anos, pelos pais diante dela. Eu a acompanharia por tais cenas, mas não para ficar preso aí, e sim para encontrar com ela uma saída. Essa condição imposta para o início do trabalho foi então evocada em diversos momentos em que a analisanda ameaçava jogar-se de uma ponte; pois a ponte era então a própria análise, processo de desligamento da origem – e de estabelecimento de outras ligações –, em plena construção.

O trabalho da escrita-limite é, então, similar ao dessa análise aqui rapidamente delineada: construção de uma ponte de saída de uma teia paralisante, mas também atraente, de modo que poderíamos falar de uma “atração da não escrita”.

Entre a atração pela origem e sua ruptura, no âmago da tensão entre elas, encontra-se, num átimo, o “frio na espinha” como uma espécie de sinal de angústia, alarme despertado pela força de atração que exerce o campo originário. Pensamos ser a angústia o que impele os movimentos para adiante; e, nessa medida, o tempo da escrita dos estados-limite pelo psicanalista está imbuído dela.

Detenhamo-nos aqui por um momento. Freud (1926/1981) propõe o conceito de *sinal de angústia* em contraponto ao de *angústia automática*, sendo o primeiro uma espécie de traço mnêmico da segunda. Uma inundação de estímulos – cujo protótipo é o desamparo vivido no momento do nascimento – gera angústia, automaticamente; essa experiência afetiva fica inscrita no psiquismo, de modo que o Eu se pode valer dela, como sinal, diante de situações de perigo iminente. Do nascimento, podemos dizer que o que a memória retém é a angústia aí vivida, pois “a criança não necessitava haver conservado de seu nascimento mais que essa via de indicar a presença do perigo.” (FREUD, 1926/1981, p. 2863, tradução nossa). Muito precocemente, o perigo do desamparo em si, como situação da economia psíquica, se deslocará para a condição em que ele se dá: na situação de perda do objeto.

O perigo agora é a ausência da mãe, e quando a criança dá-se conta dela, desperta o sinal de angústia antes que se chegue a estabelecer a temida situação econômica [similar ao trauma experimentado ao nascer]. Essa mudança constitui um primeiro progresso importante no cuidado para a auto-conservação e, ao mesmo tempo, representa uma transição da gênese automática involuntária da angústia primitiva para a sua reprodução intencional como sinal de perigo.

Em ambos os sentidos, tanto como fenômeno automático quanto como de sinal de alarme, a angústia se mostra como um produto do desamparo psíquico do lactente, paralelo a seu desamparo biológico. (p. 2863, tradução nossa)

A angústia despertada nos estados-limite, pensada como sinal de angústia, indica uma ameaça de aniquilamento; quando no campo transferencial não há mais condição de escuta psicanalítica, estamos remetidos à situação originária de desamparo psíquico do sujeito humano; seria um “desamparo de transferência”, por assim dizer, um estado-limite.

Devemos ter em conta que a ameaça que se revela nas situações-limite é dupla, o que se nota pelo caráter contraditório da angústia que aí emerge – tal como vimos: angústia de separação e de intrusão. Quer dizer, o perigo não pode ser pensado apenas como ausência da mãe, mas também como fusão nela. O risco desdobra-se em ausência da mãe – separação do objeto – e ausência do pai – sem o qual, a criança e a mãe não se diferenciam. Seguiremos essa trilha de pensamento mais adiante.

Voltemos a indicar aqui que, se a busca pela superação de uma tensão – de um impasse clínico – é marcada por uma força de atração, então o campo de criação que aí se faz necessário estende suas raízes até as origens, onde o risco é justamente de uma fusão, de não mais se poder sair, não encontrar o caminho para adiante. Pode ser um útero que prende aquele que atrai, desconectando radicalmente o movimento libidinal dessa busca³⁹. Nesse sentido, podemos supor que o perigo anunciado pelo sinal de angústia seja o de uma *desfusão pulsional*: o *Eu*, entregue à pulsão de morte desconectada de Eros, não se diferencia do *Id*; pois parece ser essa a principal ameaça vivida nos estados-limite, de tal modo que se torna viável falar em termos de *sobrevivência* do analista. Freud (1923/2010) propõe a desfusão pulsional⁴⁰ como um processo de liberação da pulsão de morte passível de ser desencadeado em um movimento de sublimação onde o ideal exerce uma força de atração avassaladora. Mas é razoável supor que esse risco anunciado para a sublimação seja o de que ela possa se aproximar justamente do campo originário (anterior ao nascimento do *Eu*) e da experiência nesse limite.⁴¹

Voltemos agora, então, a circunscrever o campo originário – esse impregnante pano de fundo de nossa investigação dos estados-limite – por meio da investigação de Ferenczi sobre a

³⁹ Tal como mostra o trabalho de análise com Ricardo, relatado logo no início deste capítulo – “*Investigações psicanalíticas através da escrita*” –, o útero que prende é também envenenado e infértil.

⁴⁰ “Disjunção instintual”, tal como propõe a versão aqui consultada e referida.

⁴¹ Examinaremos mais detidamente essa questão no próximo subcapítulo, na parte “*Corpo e suporte ao vazio contemporâneo*”.

genitalidade.⁴² Sob um ponto de vista filogenético, a ideia que surge é a de que a força de atração que move o ato sexual remete à vida aquática anterior à traumática secagem dos oceanos que impulsionou a evolução para o ambiente terrestre. A genitalidade surge, segundo esse prisma, movida pela busca do ambiente úmido violentamente perdido – uterino, oceânico. Para esse autor, então, “o desejo edipiano é a expressão psíquica de uma tendência biológica muito mais geral que impele os seres vivos ao retorno ao estado de repouso de que desfrutavam antes do nascimento” (FERENCZI, 1924/1990, p. 25), antes de serem impelidos a evoluir. No limite, tal estado é o da matéria inorgânica, de onde se originou toda vida.

Ao postular que essa tendência regressiva geral se faz presente em todo o campo biológico, destacando o desejo edipiano como uma expressão *psíquica* dessa tendência geral, Ferenczi lança luz ao que, do Édipo, diz respeito à mãe: é o ambiente *materno* (thalássico) violentamente perdido e esquecido que sopra todo movimento de busca pela recuperação de um estado de repouso. Entretanto, naquilo que concerne ao *nascimento do mundo humano*, de acordo com Freud e seu mito antropológico criado em “Totem e Tabu” (1913/1981), o tempo de “gestação” é o tempo de uma horda primitiva, e o que o “parto” – o surgimento da cultura – deixa para trás não é a mãe, mas o *pai* morto.

Tal como a *Thalassa* de Ferenczi não é uma biologia, essa criação freudiana não deve ser compreendida como uma antropologia, mas como um trabalho fundamentalmente psicanalítico. Pois a investigação psicanalítica orienta sua busca “não em direção a um início, no sentido clássico da anamnese, mas em direção a uma *origem*” (MIJOLLA-MELLOR, 2002, p. 132, grifo da autora).

Considerando que “o tempo em psicanálise depende sempre da dimensão do póstumo naquilo que há de paradoxal em unir o vivo a um morto, o presente ao passado, não no sentido do reconhecimento histórico, mas na forma da revivescência” (p. 133), reconhecemos nessa investigação freudiana em direção à origem da cultura esse minucioso entrelace entre o vivo e o morto: ao criar o mito do assassinato do pai da horda primitiva, Freud sustentou-se naquilo que resta de vivo dessa origem morta, no que havia de resquícios do ato imemorial nas diversas culturas a ele contemporâneas e, fundamentalmente, em sua experiência clínica,

⁴² Indicamos aqui que Freud (1926/1981) se apoia nesse trabalho de Ferenczi ao propor o deslocamento da angústia despertada pela ameaça de perda do objeto para a angústia ante a ameaça de castração: “A próxima transformação da angústia, ou seja, o medo da castração que surge na fase fálica é uma angústia de separação ligada à mesma condição [ameaça de desamparo pela perda do objeto]. [Mas] o perigo é aqui separado dos órgãos genitais. Ferenczi descreveu, a nosso ver muito acertadamente, a conexão com os conteúdos da situação de perigo primitivo. A alta valia narcísica do pênis pode ser atribuída ao fato de que a posse deste órgão constitui a garantia de uma nova reunião com a mãe (com um substitutivo dela) no ato do coito. Ser despojado de tal membro equivale a uma nova separação da mãe e significa, portanto, ser abandonado de novo, totalmente inerte, a uma tensão da necessidade instintiva (como no nascimento).” (p. 2863-2864, tradução nossa)

onde, claramente, na transferência, “o objeto sepultado [...] não cessa de se manifestar, vivo de novo” (p. 133).

Tendo isso em conta, voltemos às implicações do “parto da cultura”, nascida do pai, de sua morte:

Se nos reportamos a Freud [...], é precisamente a identificação ao pai que é dada como primária. É certamente bem estranho. Freud aponta ali que, de modo absolutamente primordial, o pai revela ser aquele que preside à primeiríssima identificação e nisso precisamente ele é, de maneira privilegiada, aquele que merece o amor. (LACAN, 1992, p. 82)

A tendência mais imediata é, de fato, a de se considerar primária a identificação à mãe; no entanto, essa seria uma espécie de “identidade thalássica”, por assim dizer, ou seja, não se poderia sequer falar em termos de identidade. Levando em conta a função de mediação exercida pelo pai, porém, podemos considerar a identificação a ele como primária, na medida em que o nascimento subjetivo, simbólico, só é possível pela existência do pai a fazer barreira ao desejo da mãe.⁴³ Lacan (1992b) assim expressa, com uma dose de humor, em um de seus seminários:

Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso.

Então, tentei explicar-lhes que havia algo de tranquilizador. [...] Há um rolo, de pedra, é claro, que lá está em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É o rolo que os põe a salvo se, de repente, aquilo se fecha. (p. 105)

É certamente bem estranho, pois tal desejo crocodilesco que metaforiza o desejo da mãe-crocodilo (não “barrada”, sem essa metáfora paterna, o falo) é exatamente aquilo que podemos imaginar quanto ao desejo sem barreiras de um pai primitivo totalitário, quando todos os demais membros da horda viviam em estado potencial de aniquilamento. Esse nome – “pai” – surge, aliás, somente por retroação, após o assassinio fundador da frátria e das leis (que buscam estabelecer uma ordem frente à tendência aniquiladora de retorno ao estado de horda originário). Caso falte essa metáfora da lei, a perda da subjetividade é inerente: o sujeito é lançado à sua condição de corpo, simplesmente. Cai-se na bocarra para ser triturado, o que pode ser comparável a um estado de horda sem lei, onde a subjetividade está morta, ainda que por diluição na massa. Essa bocarra que tritura tem a qualidade de uma assimilação corporal

⁴³ Ou, para se dizer de outro modo, amplamente constatado em psicanálise: só há *dois* se houver um terceiro.

pela mãe; mas também podemos encontrar, na imagem de um oceano *thalássico*, o estado de horda, na cena de um peixe sendo engolido por outro ou de uma frátria sem lei de tubarões filhotes que se devoram no ventre materno. Pois não é o estado de horda dessa natureza: a vida, indiferenciada em uma massa prévia, já absolutamente em estado de morte?

Na experiência da mãe gestante está contido um paradoxo relativo à alteridade do novo ser humano, tal como apresenta M.-Ponty (2006):

Sua própria gravidez não é para ela um ato igual às outras realizações de seu corpo: trata-se de um processo anônimo que ocorre através dela e de que ela é apenas sede.

Assim, por um lado, seu próprio corpo lhe escapa, mas, por outro, a criança que nascerá é um prolongamento de seu corpo. (p. 95)

Esse paradoxo abarca uma dimensão da criança como massa, prolongamento indiferenciado do corpo materno. Segundo Fédida (1996), “é da ordem da massa ser uma presença sem memória nem linguagem – *uma presença que não abre para nenhuma ausência*”; e ele acrescenta: “A imagem do pai primitivo poderia, então, refletir isto” (p. 47, grifos do autor). Aqui se estabelece um paralelo entre o que, na ontogênese, concerne ao corpo da mãe em relação ao bebê – a ilusão de unidade, totalidade – e o que, no mito freudiano de origem da humanidade, alude ao pai totalitário: duas vertentes de uma origem humana em relação à qual não há “memória nem linguagem”, salvo pela criação mítico-teórica.

A outra dimensão desse paradoxo, aquela que permite, na mãe, que algo de seu próprio corpo lhe escape, é possível graças à existência simbólica daquilo que Lacan figura como um rolo de pedra a escorar a bocarra da mãe crocodilesca: em seu interior, um pai simbolizado. É o que justamente rompe a fantasia – o outro como fruto de minha fantasia – na medida em que o novo ser se move e se apresenta em sua inevitável alteridade.

Retomo neste ponto a análise de Ricardo, onde se instaura algo que podemos chamar de “pai-útero”, que não permite uma assimilação da criança pelo ambiente materno – e nem seu avesso, a destruição, pela criança, da potência parental. Nesse sentido, o nascimento pode ser considerado como expulsão de um lugar que é protetor não apenas por ser dentro da mãe, mas por ser dentro dela e, no entanto, protegido da voracidade de seu corpo – ou seja: dentro do pai dentro da mãe.⁴⁴ E esse instante inaugural é, em si, um estado-limite, pois se localiza

⁴⁴ Além da evidente e concreta diferença entre se estar dentro de um útero ou dentro de um estômago, essa diferença se faz presente na fantasia de Ricardo, sendo reconhecível na brincadeira com o *Liocanguru*: enquanto

espremido entre um envenenamento ou secagem do ventre e uma saída dele, vivida como uma espécie de queda no vazio (que, para Ricardo, ao menos tem nome: *zumbis, bombas atômicas, guerra*). Aqui, pelo caráter invasivo do veneno ou dos zumbis, aliado à dimensão de perda, quando o lugar quentinho e confortável não se encontra mais de um lado nem de outro (nem dentro nem fora da mãe), vemos se configurar um sentido originário para a dupla angústia contraditória – intrusão e separação – característica dos casos-limite, dos estados-limite.

A saída do útero, o momento do parto, é, então, a instantânea retirada do rolo de pedra que funda a angústia primordial (FREUD, 1926/1981), um estado de profundo desamparo que não se pode remeter apenas à perda de um ambiente *thalássico*, mas especialmente – pois se trata do nascimento de um sujeito humano – ao momento mítico de um assassinato, quando, diante do pai morto e da tendência à reinstauração da horda, urgiu serem fundadas as leis. Assim é que o acolhimento na linguagem, na cultura, torna-se, no homem, o substituto simbólico dessa proteção uterina.

Desse complexo campo de origem aqui desenhado – paradoxalmente remetido a um estado de repouso e a uma violência – pulsa a angústia despertada no analista pelos estados-limite. Não é desprovido de amplo sentido que Pontalis (1977/2005, p. 246) se valha da metáfora “fazer nascer” para nomear seu desejo contratransferencial em tais situações, quando o que é vivido pelo analista em seu corpo remete à experiência do nascimento: um impasse clínico implica o analista na urgência de dar corpo a algo que não há – ou *permeiar de psiquismo onde só há corpo*. No entanto, visto que se trata de um campo clivado de qualquer possibilidade de trabalho psíquico, faz-se necessário um recuo a fim de encontrar esse acolhimento da linguagem capaz de reinstaurar o psiquismo. Aqui podemos considerar o ato de escrever sob esta ótica: como um recolhimento do analista no terreno conhecido psicanalítico, mas sustentado por um “pai-útero” – o “método psicanalítico”, o “pensamento clínico” – que não permite aí uma assimilação que dilua o ponto de vista do analista, mas o faz nascer, o põe a criar condições de escuta. Assim são gerados conceitos, metáforas e estofos representacionais, capazes de estender esse suporte do método de volta à clínica, ao campo transferencial anteriormente inundado por uma angústia paralisante (ou pela paralisia calma dos “tempos mortos”).

o bebê ocupa em seu interior um lugar protetor onde nada lhe falta, um lugar de preparação para o mundo (há ali dentro uma escola com soldados-professores que dão ao bebê uma educação militar), os *falsos*, quando tentam capturá-lo, entram por sua boca, mas caem pelo buraco errado e vão parar no estômago, onde são triturados e depois saem como fezes.

No campo sociocultural, aspectos do aprisionamento do olhar e sua ruptura

“Mesmo o que é erroneamente entendido como excursões – de Totem e Tabu ao Mal-estar na civilização – demonstra, mais que uma vontade de anexação, o propósito de ir ali onde algo resiste, como se só pudesse haver psicanálise ali onde há o encontro, o teste, dos limites do analisável.”
(PONTALIS, 1977/2005, p.215)

Evidentemente, muitas análises são conduzidas sem que surja no analista o ímpeto de escrevê-la ou de escrever impulsionado por algum limite por ela imposto. No entanto, quando se trata de investigação psicanalítica da cultura ou de alguma de suas múltiplas expressões, suponho que o suporte da escrita seja o modo privilegiado de realizá-la. Aí, os “restos” deixados podem servir de motor não somente para novas investigações psicanalíticas, mas também para perlaborações no próprio campo investigado. Não é possível saber como seria a cultura sem o advento da psicanálise – assim como alguém que foi analisado não tem como saber como seria sua vida caso não houvesse passado por tal processo –, mas podemos considerar que vivemos, de fato, em uma cultura profundamente permeada e transformada, desde Freud, pela psicanálise. Ambas se interpelam mutuamente, constantemente.

O conceito de “Clínica Extensa” – proposto por Herrmann (2005) como sendo a “vasta medida em que o método ultrapassa a técnica” (p. 19) –, leva em conta o caráter clínico presente na extensão para além do consultório do método psicanalítico de investigação. Pautado pela experiência e implicação no campo transferencial, tal método, estendido aos diversos campos culturais, é arraigado na conexão entre o psiquismo do analista e as manifestações psíquicas investigadas, tal como na clínica propriamente dita, de consultório. Desse modo, se ampliam as possibilidades de experiências dos estados-limite, pois podemos nos confrontar, também nos diversos âmbitos extensos ao consultório, com manifestações equivalentes à clivagem entre psiquismo e soma, remetendo-nos a algo “pré-psíquico”, originário, acarretando “frios na espinha” do analista, impelindo-o à escrita como meio de sobrevivência e suporte.

No campo social, no cotidiano miúdo ou global, são infindáveis as possibilidades de experiências capazes de nos remeter a um horror, a uma necessidade de perlaboração. Tomo de empréstimo todo este parágrafo de Pontalis (1977/2005):

Caso o psicanalista pretenda designar as *figuras* sociais atuais da pulsão de morte, ele tem, à primeira vista, não uma “dificuldade de ter uma idéia mais ou menos concreta dela”, mas sim o problema da escolha! Nossos livros, nossos jornais – se fossem apenas eles... – estão cheios delas, sem contudo conseguir apagar totalmente sua força: ameaça atômica, menos como uma ameaça realmente percebida do que como metáfora concreta de nossa fragmentação (retorno ao estado anorgânico), ciclo da violência e da contra-violência, poluição, servidão (em primeiro lugar o que La Boétie, na genialidade de seus vinte anos, denomina *servidão voluntária* três séculos antes de se falar em masoquismo), etc. Mesmo o que em nossa História pareciam ser forças de construção – forças de vida – apresenta-se agora solapado, minado pelas forças da morte. Já não se coloca mais a alternativa revolucionária socialismo *ou* barbárie, descobre-se a barbárie nas células do socialismo. O mundo industrial não ousa mais celebrar sua “expansão”, inquieta-se antes com seus dejetos e se pergunta, como um personagem Ionesco: “Como se livrar disso?”, o que deve ser escutado: como se livrar dos homens, todos eles “dejetos” diante das exigências de qualquer máquina social que só quer girar e se auto-regular. A liberação sexual proclamada no *Eros Center* que, em seu próprio princípio, já é um *Thanatos Center*.

Guardada a distância de mais de trinta anos dessas observações, podemos reconhecer sua atualidade. Segue havendo, passadas essas décadas, muitas escolhas possíveis para figurarmos o estado-limite no campo social, mas há também uma blindagem ao horror que nos possibilita “saber” de tudo isso sem sermos tocados, sem ficarmos paralisados. Nesse sentido, podemos aproximar a função da *rotina*⁴⁵ à função do tédio – que propusemos ser um “afeto encobridor” –, na medida da sua blindagem à angústia.

Buscaremos aqui circunscrever uma lógica de constituição dessa blindagem e, em seguida, nos acercaremos de uma experiência de sua brusca ruptura. Cabe antes, porém, destacarmos o trabalho da escrita subsequente como um modo de aproximação da experiência traumática que não refaz a blindagem, mas possibilita sua escuta (esse tema aqui subjacente será mais diretamente focado e ampliado adiante).

Podemos considerar a teoria em psicanálise, ao se constituir em um “corpo teórico destinado à sobremorte” (PONTALIS, 1977/2005, p. 149), como algo distanciado de suas origens, do pensamento inovador constituinte desse corpo; mas é possível, olhando por outro ângulo, que seja no momento dessa cristalização que a origem esteja mais fortemente impregnada na teoria, em um sentido em que podemos aproximar origem e morte. Como a casca, as unhas e dentes – que ganham uma característica de matéria morta para defender a

⁴⁵ Para F. Herrmann (2003), “tudo o que destoa do grande espetáculo de aparência em que vivemos, ou seja, toda realidade consensual, cai sob imediata interdição da rotina” (p. 55). E a psicanálise acontece no tempo de sua suspensão.

vida –, uma teoria enrijecida seria tomada como uma defesa cascuda ante o traumático estrangeiro. Repito essas ideias por um instante, mesmo sob o risco de também cristalizá-las, mas o faço agora no intuito de recolher-lhe alguns “restos” e articular uma comparação entre esse processo a nós familiar e algo que se passa no campo social. Podemos estabelecer uma analogia entre o “corpo teórico” em psicanálise, sempre passível – não sem resistências – de ser rompido e colocado para se renovar, e um “corpo social”, um *status quo* constantemente ameaçado. Ao se estabelecer, um campo social necessariamente constitui suas fronteiras (e, com elas, toda uma margem estrangeira e ameaçadora) e, no trabalho resistente de perseverá-las, é a cultura que se cega de si mesma, recolhida em um lugar confortável: a massa, a opinião de massa.

A manutenção de um único ponto de vista para toda uma comunidade – tal como vimos: uma escola psicanalítica e seus seguidores, Ricardo e sua *Internet* ancestral, etc. – exige que o olhar próprio seja dissolvido, como se houvesse um só olho para uma massa indiferenciada. Porém, essa perda de subjetividade é recompensada, já que a massa – tal como observa Freud (1921/2011) em “Psicologia das Massas e Análise do Eu” – se constitui por identificação a um líder (que pode ser figurado como alguém concreto ou um ideal), e, nessa identificação, ela adquire, ilusoriamente, sua onipotência. Já foi bem apontado por Freud nesse texto o caráter regressivo da massa; tendo isso em conta, se seguirmos o curso de tal regressão, não será às bordas de um campo originário que chegaremos? Pois parece ir nesse sentido o resgate que faz Freud, nesse texto de 1921, do mito de origem proposto anos antes, em “Totem e Tabu”. Para avançar psicanaliticamente sobre certos fenômenos grupais, essa construção mítica foi necessária. Assim, acompanhemos Freud em sua proposição de que uma configuração de massa reproduz o estado de horda originário, remetida que está à instância total figurada pelo pai primevo. Por mimetizá-lo e ecoá-lo, a massa seria, então, supostamente infalível. Entretanto, o mito originário fundador da humanidade se repete nos momentos de ruptura, pela violenta castração da instância onipotente, quando é criada uma nova ordem.

Voltando o olhar sobre nossa cultura, vemos que o discurso ideológico, onde se aninha a opinião geral, sustenta-se justamente por essa ilusão de infalibilidade. Naquilo que Lacan (1992, 1992b) nomeou “discurso do mestre”, encontramos um ponto de vista que blinda o olhar da violência incrustada na sociedade, lançando-a para suas margens, estabelecendo fronteiras; mas isso é feito através da violência de um apagamento, de uma evasão da linguagem em relação àquilo que ela comporta de fantasia. “Em seu ponto de partida fundamental, o discurso do mestre exclui a fantasia. E é isto exatamente o que faz dele, em

seu fundamento, totalmente cego” (LACAN, 1992b, p. 101). Esse ponto de partida é o do esquecimento ou escamoteamento da origem, que modela um ponto de vista ideológico, sem lacunas, total, em torno do qual se congrega uma massa de olhares cegos quanto a um amplo campo fantasmático.

Da origem, aquilo que sopra e pulsa a todo instante pode ser desenhado pelo mito, pela poesia, vias privilegiadas de acesso à fantasia.

Se a massa fosse de fato uma completude, não haveria subjetividade possível, nem construções míticas; no entanto, o pai da horda está morto, ainda que as massas busquem reconstruir, imaginariamente, sua completude e onipotência perdidas. Se considerarmos essa equivalência imaginária ao pai total, podemos depreender que a ruptura de uma configuração de massa se pode equiparar a um assassinato fundador da lei. Imiscuída nela, sendo já um vislumbre de heterogeneidade, encontram-se forças disruptivas, “frios na espinha” propiciadores de suporte para novos pontos de vista nascentes, destoantes da unicidade e antenados para a violência que ela comporta.

Penso que esse suporte, marca do ato analítico, se faz presente em uma música de Caetano Veloso, *O Estrangeiro*⁴⁶, por onde é expresso um incômodo diante de um discurso ideológico: é narrada uma cena, uma situação *Unheimliche* (FREUD, 1919/2010) em plena familiar praia de Botafogo; ele observa a Baía de Guanabara com um olhar que oscila entre o ponto de vista estrangeiro e seu oposto, “cego às avessas”, protótipo da completude, que “como num sonho” vê o que deseja. Então, depara-se com uma conversa que acontece às suas costas, entre um velho e uma menina adolescente. É uma espécie de unísono, como se ecoasse um mantra a ignorar a diferença geracional, tornando o novo igual ao velho, o presente e a origem fundidos, uma só massa:

É chegada a hora da reeducação de alguém. / Do Pai, do Filho, do Espírito Santo, amém. / O certo é louco tomar eletro-choque. / O certo é saber que o certo é certo. / O macho adulto branco sempre no comando. / E o resto ao resto, o sexo é o corte, o sexo. / Reconhecer o valor necessário do ato hipócrita. / Riscar os índios, nada esperar dos pretos.

Voltemos também, então, nossas antenas para a cultura, para a fusão de pontos de vista nela presente, tendência regressiva ao domínio de um olhar único, dogmático (que entoia o unísono a-geracional cantado/denunciado por Caetano Veloso), onde cada ponto de vista individual tende a se abrigar sob uma voz portadora de um juízo coletivo totalitário. Forma-se

⁴⁶ Lançada em 1989 no álbum homônimo.

uma opinião coletiva, por assim dizer (e não se chama *formação de opinião* o processo de aninhar diversos olhares sob um só discurso?). A comunicação social pode ser assim chamada: *de massa*. De fato, cria-se uma massa em cujo olhar e voz se ergue uma fronteira entre cultura e barbárie, entre frátria e horda sem lei, que fundamentalmente apaga a violenta cena originária da cultura. No entanto, a frátria, quando se faz massa, carrega a mesma violência e o mesmo ar totalitário do pai morto com o qual se identifica. É pelo ideológico escamoteamento da origem – pulsante no tempo presente – que se modela um ponto de vista uno, pelo qual estamos todos, em alguma (e talvez enorme) medida, captados.

A instauração e manutenção de um “tempo morto social”, com aparência de tranquilidade, joga para fora tudo o que ali não cabe; tal como um grande “leito de Procusto”, extirpa o excedente, cala ou modela o que não faz coro. A violência da imposição das fronteiras (por amputação ou enquadramento) é apagada, o que sustenta a aparente calma. No entanto, inevitavelmente irrompem, no seio do campo social, repetições, retornos dessa violência que foi apagada de cena para que se instituisse tal campo. Pois, se “não há documento cultural que não seja ao mesmo tempo um documento de barbárie” (BENJAMIN, 1994, p. 225), a violência que origina cada página escrita da história pulsa em suas entrelinhas.

Recolho agora uma cena de minha memória onde um limite é rompido e dou-me conta, de repente, de que minha opinião encontra-se absolutamente cega. Surpreendo-me, posteriormente, ao encontrar uma analogia do meu estado de ruptura aí experimentado com os estados-limite vividos na clínica, assim como do efeito de escrever psicanaliticamente sobre essa situação (abrindo-se as articulações aqui presentes) com aquele produzido pela escrita impulsionada pelas situações clínicas de consultório. Aqui, por meio de algumas articulações, trato de lidar com um ponto de cegueira de nossa sociedade (e meu, incluído que estou) que se constitui como uma blindagem que saca do campo de visão a enorme fenda existente naquilo a que chamamos modernamente “cidadania”:

É madrugada, o supermercado funciona 24h, som ambiente e ar-condicionado. Tudo funciona para que se crie um “lugar de gente feliz” a ressoar o que é apresentado como slogan daquele estabelecimento. Como Ricardo no lugar “quentinho, com comida infinita e *Internet* que tudo vê”, estou também imerso em um ponto de vista protetor e rotineiro. No estacionamento, um descuido da segurança faz chegar até mim uma menina de uns onze anos que me pede que a ajude comprando uma bala. Digo que não quero, agradeço. Banal cena paulistana. Mas a menina, nesse momento, se põe a chorar, em um misto de desespero e

revolta, porque ninguém compra suas balas. Tento explicar-lhe um ponto de vista em que as pessoas não as comprariam por a considerarem muito pequena para estar na rua vendendo balas tão tarde. Ela continua a chorar, e em meio a esse encontro desencontrado, tenta falar – de um modo um tanto caótico – de situações das quais, até então, eu estava blindado. Minha idéia rasa de uma criança que deveria ir à escola e um dia, quem sabe, não precisar mais vender balas se contrapôs à crueza apresentada pela menina, para quem essa possibilidade passa longe: se ela não leva comida pra casa, todos passam fome. Eloá – a essa altura sei seu nome – diz que morava ali perto até que “*o homem*” mandou sua família embora. Agora vive em algum ponto do mar de periferia que cerca São Paulo, junto com diversos irmãos e a mãe doente, já sem uma das pernas e sem condições de sair de casa. A rotina, quando rompida, expõe quão frágil é a tranquilizadora blindagem às entranhas da sociedade; e já não sei o que fazer. Um segurança se aproxima, tenta restaurar a ordem: diz a ela que não pode ficar ali. A revolta diante de uma profunda incompreensão renova o choro, e ela me pergunta, em prantos, por que não pode ficar ali, por que sempre a expulsam.

As fronteiras que separam, de um lado, a vida nua entranhada no real e, de outro, o “lugar de gente feliz” da rotina protetora dão aqui uma pequenina mostra do quanto são absolutamente precárias. O filósofo Giorgio Agamben (2002), conceitua a *vida nua* como a situação de extirpação dos direitos fundamentais, quando o sujeito é relegado à condição de simples corpo vivente, e considera que, na política ocidental, a sociedade se assenta “sobre uma exclusão (que é, na mesma medida, uma implicação) da vida nua” (p. 15).

É coerente às leis vigentes a inserção de uma menina de onze anos em um campo protetor ao qual eu tento, em nosso conturbado encontro, fazer alusão, mas isso não faz o menor sentido real. É do lugar de exclusão de uma zona de cidadania que Eloá tenta falar, mas o que sobrevém é a angústia do indizível. Sou bombardeado pela angústia, paraliso; a chegada do segurança piora a situação, sou colocado diante de uma pergunta para a qual não há uma resposta plausível. O discurso blindado cai por terra. Por que sempre a expulsam?

É comparável esse momento à sessão analítica próxima ao *acting out*: Eloá surge como um corpo sem cidadania (essa expressão do psíquico no social) e já não tenho à mão nenhum escudo cotidiano; diante de uma crueza, busco ter escuta onde não há mais palavra. Essa tentativa de entrar no “lugar de gente feliz” e dizer do que não faz sentido àquele âmbito, o choro, o ódio e o caos no lugar da articulação entre as palavras, não deixam de ser expressões de um lugar de exclusão à linguagem, clivagem social em relação ao psíquico.

Entretanto, podemos considerar que, “de modo análogo [à lei], [...] tudo aquilo que se pressupõe à linguagem (na forma de um não-linguístico, de um inefável etc.) [...] é mantido em relação com ela justamente enquanto é dela excluído” (AGAMBEN, 2002, p. 58). Essa implicação é escamoteada no discurso ideológico que enrijece as fronteiras na língua, tornando-a impermeável ao caos do desamparo indizível da angústia; a psicanálise entra, então, na contramão desse discurso, sustentando a implicação que surge no compasso do próprio desamparo. Abre-se na linguagem um lugar para essa nudez da vida, fragilidade e violência, ressonância onipresente na cultura do que sopra de sua origem.

O esquecimento da origem, por sua vez, está no cerne de toda lei que se torna – assim como o são os tabus –, forma sem sentido. E “a lei, tornada pura forma de lei, mera vigência sem significação, tende a coincidir com a vida” (AGAMBEN, 2002, p. 62). Lei reificada, cultura naturalizada. Eis o assento da ideologia. Esse é o momento, porém, em que o estado de horda seguido do assassinato tende a se repetir, a fim de que se instaure nova ordem, pois o esquecimento da origem – que deixa em seu vácuo sua força de atração, pulsão de morte – leva à repetição do ato. Abre-se exceção à lei – como se mata o animal totem para que dele se coma a carne tabu (FREUD, 1913/1981) – precisamente no momento do mais absoluto esquecimento da origem, quando urge que ela se imponha, e é quando o rolo de pedra se quebra: estamos aí todos na bocarra, passíveis de sermos triturados; um estado-limite social. Certo “estado de exceção” ritualizado que se observa dos povos chamados primitivos, em nossa sociedade, é parte constituinte da regra, exatamente na medida em que, nela, a exceção compõe sua lei. Nessa medida, o estado-limite, o limite do mundo humano, permeia todo o campo social.

O estado de natureza não é uma época real, cronologicamente anterior à fundação da Cidade, mas um princípio interno desta, [...] assim, quando Hobbes funda a soberania através da remissão ao *homo hominis lupus*, no lobo [...] [encontramos] não simplesmente a *besta fera* e a vida natural, mas, sobretudo, zona de indistinção entre humano e ferino, lobisomem, homem que se transforma em lobo e lobo que torna-se homem. (AGAMBEN, 2002, p. 112, grifos do autor)

O lobo, o estado de horda originário, portanto, em nossa cultura, sopra vivo, não deixa de se manifestar, figurado em crocodilo, zumbi, Eloá, ou experimentado como desamparo, quando se esfumaçam as blindagens do cotidiano.

É comum, que o retorno da violência se configure, no âmbito social, de um modo parecido com a experiência vivida por Ricardo em sua escola: assim como as crianças

excluídas de sua redoma protetora, colocadas no lugar dos zumbis, hostilizadas e atacadas como “coisas”, acabam se tornando de fato ameaçadoras (em fantasia, por projeção, ou realmente, pois elas respondem a partir desse lugar), também em nossa sociedade, de algum modo sabemos que o que está excluído, à margem, frequentemente força caminho ao centro em formas de violências de difícil integração, tais como sonhos traumáticos, que se repetem e não se elaboram.

Quanto à repetição sem elaboração, abro aqui uma página de nossa história para resgatá-la em sua dimensão de barbárie não elaborada e seguidamente repetida no seio de nossa sociedade. As linhas que se seguem talvez adquiram um aspecto caricatural, na medida do exagero de seus traços essenciais (mas não correm esse risco as construções psicanalíticas, já que feitas justamente a partir da insistência e da repetição dos rastros que remetem o presente a um passado apagado?): parece-me esboçar, sob essa cena do “homem” que expulsa a família de Eloá de sua casa, uma cena ancestral de negros caçados em algum ponto incerto na África, trazidos para o Brasil – muitos jogados ao mar durante a travessia, descartados – para compor uma sociedade escravocrata – não mais que corpos à venda, qual animais, excluídos de uma dimensão social. Em um momento posterior, nova expulsão para qualquer lugar periférico, com uma abolição da escravidão que, tal como feita, podemos ler como um segundo desenraizamento. Urgentes de elaboração, são situações que pulsam no presente; adquirem outros contornos, mas repetem a configuração de um campo de restrição (que tende ao apagamento) da subjetividade – entre a submissão, a servidão, e o corte, a expulsão, a margem.

Durante o exílio imposto a Gilberto Gil – uma entre tantas vozes que o regime de ditadura militar no Brasil buscou apagar, dissonantes quanto ao discurso social oficial vigente –, ele escreve um artigo no qual reafirma sua recusa a um prêmio do MIS – Museu de Imagem e do Som – pelo samba *Aquele Abraço*. Segue um trecho onde fica explícita a resistência feita pelo artista à repetição que veladamente se tenta instaurar:

Que fique claro para os que cortaram minha onda e minha barba que “Aquele Abraço” não significa que eu tenha me “regenerado”, que eu tenha me tornado “bom crioulo puxador de samba” como eles querem que sejam todos os negros que realmente “sabem qual é o seu lugar”. Eu não sei qual é o meu, e não estou em lugar nenhum; não estou mais servindo à mesa dos

senhores brancos, e nem estou mais triste na senzala em que eles estão transformando o Brasil.⁴⁷

Gil trata de romper com a repetição que seria se colocar “em seu lugar”, em uma das neo-senzalas à disposição em uma sociedade que reproduz o ato de “riscar os índios, nada esperar dos pretos”. Considero similar ao movimento do artista, que não se permite prender nas teias do instituído, o árduo trabalho de resistência de Freud para romper, em sua época, os cânones estabelecidos, quer da ciência positivista, quer da cultura vitoriana; e, em um momento posterior, para olhar de frente para a crueza e miséria de uma guerra mundial, e de outra se configurando logo em seguida, e pôr, incessantemente, seu pensamento psicanalítico em função das elaborações que o momento exigiu. Com Herrmann (no prelo), sustento, então, que, quanto ao

curso da nave psicanalítica, [...] os incidentes, os gostos e preconceitos de nossa época são o que ela tem de atravessar; sendo a massa que seu casco desloca, eles a sustentam, tal como a resistência do campo a romper sustenta a interpretação, e a cada momento determinam as peripécias da nau.⁴⁸

Em nossa época, seguem nas entrelinhas da história que se escreve hoje, fora do campo de visão e de elaboração, Eloá e mais “milhões de meninos abandonados do Brasil, com seus peitos crescendo, seus paus crescendo e seus primeiros mênstruos”. Mas, sendo eles lembrados nessa música pela voz de Caetano Veloso⁴⁹, ganham um foco no terreno cultural que põe em movimento, no que concerne à própria cultura, algum trabalho de perlaboração.

Em função da força, na cultura, do esquecimento, do apagamento,

são necessários também os repórteres, os artistas e os poetas. E, no meu entendimento, também os psicanalistas. São todos esses que, em ações individuais ou conjuntas, tentarão restaurar o que está ameaçado, fragmentado ou esquecido. (FRAYZE-PEREIRA, 2011, p. 168)

A psicanálise, sendo fiel ao seu potencial contra-ideológico de acesso à alteridade, é capaz, ao lado das artes, de instaurar um ponto de vista que promove rupturas – e quiçá elaborações – em relação aos campos de repetição social. Seguramente, desde seu nascimento

⁴⁷ Retirado do artigo “Recuso + Aceito = Receita”, publicado no periódico *O Pasquim* de 19 a 25 de agosto de 1970; Acessado pelo site: http://tropicalia.com.br/v1/site/internas/verbo_receito.php

⁴⁸ O autor, aqui, faz referência a “J. Rancière [, que] assim resume a ambientação fundamental do poema: *o curso da nave poética no oceano da época*” (HERRMANN, no prelo, grifos do autor); essa comparação do *curso da nave psicanalítica* com o *curso da nave poética* já anuncia sua tese de que a Psicanálise tem a Literatura como seu reino análogo.

⁴⁹ *Os Outros Românticos*, lançada também no disco “O Estrangeiro”, em 1989.

com Freud, tais rupturas e elaborações acontecem por meio da psicanálise⁵⁰, em grande medida pela escrita, pelas articulações de seu campo clínico com os múltiplos campos da cultura.⁵¹

⁵⁰ Tais elaborações de traumas sociais talvez devam, ainda mais radicalmente, ser chamadas de perlaborações, dada a rede intersubjetiva através da qual se dão (rede da qual participam o olhar, a escuta e os escritos psicanalíticos). A “paciente tecelagem artesanal” de que fala Pontalis (1991) quanto à perlaboração no tempo de uma análise, aqui frequentemente atravessa o tempo de uma geração.

⁵¹ Como um breve adendo, aponto uma situação recente que tem conexão com o que tratamos aqui: no tempo dessa escrita, eis que acontece, com ampla repercussão dentro e fora do Brasil, a destruição do bairro de Pinheirinho em São José dos Campos, no estado de São Paulo, respaldada pelo poder público. Há oito anos, um grupo de sem-tetos ocupava aquela área e ali construía um bairro. No início de 2012, tiveram tudo destruído, voltando à “condição de origem”, sem-tetos, sem nada, já que mesmo os bens que havia ficaram sob os escombros. Este vídeo trata sobre o trágico acontecimento e suas consequências: <http://www.youtube.com/watch?v=NBjjtc9BXXY>

CORPO E SUPORTE AO VAZIO CONTEMPORÂNEO

“as ondas, o coração das trevas, os camarotes da morte, o de sempre se repete mortal no que é novo que passa rapidíssimo” (“A Viagem Vertical”, Enrique Vila-Matas)

No mês de maio de 2009 foi realizado no SESC-Pinheiros, pelo Grupo Cena 11 de Dança, de Florianópolis, um experimento artístico intitulado “Sim Ações Integradas de Consentimento para Ocupação e Resistência – Ação # 2 – Platéia Teste”. Tratava-se de uma proposta na qual o público, sobre o palco, deveria interagir com a apresentação e, ao fim, expor suas impressões para os artistas. Nada era sabido previamente quanto ao que aconteceria. Não sabíamos o que seria apresentado, nem o Grupo sabia o que viria do público, a quem foi dada total liberdade.

Os bailarinos entraram em cena de cabeça baixa, de modo que não se viam seus rostos. Davam passos lentos e pesados, fazendo, de mãos dadas, uma espécie de arrastão nas pessoas que, bem aos poucos, se espremiavam contra a parede ou escapavam pelos vãos livres encontrados entre os artistas. O clima desse início durou toda a apresentação-experimento, repleta de movimentos inertes, automáticos, repetitivos, sem interação com o público.

Mesclo aqui meu ponto de vista dessa experiência com as impressões dadas ao fim da apresentação por quem ali estava: sentimentos de vazio e morte davam lugar à raiva ou compaixão pelos artistas (ou “personagens”), que chegavam a cair inertes no chão, às vezes de frente, como árvore que tomba sem resistência. Uns raros momentos assim impactantes quebravam a monotonia reinante, como se um susto viesse em resposta à pergunta que pairava insistente: onde está a vida? Desejos de fazer algo estapafúrdio que rompesse tal morbidez foram despertados, embora ninguém os tenha posto em ação. Tímidas tentativas de interação não foram correspondidas pelos artistas, que seguiam em isolamento. Era como andar na cidade: metrópole cheia de gente só, mergulhada no mesmo. Parecia estar diante de algo morto, mas ao mesmo tempo se estava diante de uma provocação... Os rostos dos bailarinos, quando se deram a ver, propunham uma ambiguidade: rostos vivos, mas sem expressão. Mortos-vivos? Vivos-mortos? Desejo e receio de tocar, segurar, romper, violar, cuidar, abraçar, dançar.

Essas são algumas imagens construídas pelo público do experimento do qual participei. Outro aconteceu na mesma noite, logo em seguida – com proposta idêntica, tendo

mudado somente o público – e me foi relatado por uma participante impactada: diante da liberdade da proposta, um pequeno grupo que integrava esse segundo público reagiu com violência desde o início do experimento, agredindo os bailarinos, imobilizando-os. Algumas dessas pessoas se penduravam em seus braços com tal violência que poderiam tê-los quebrado. Os corpos dos artistas em risco, mas a proposta seguiu até o fim.

Havia assistido há alguns anos, em 2004, a uma apresentação desse mesmo grupo (Cena 11), onde já me pareceram que os limites entre público e bailarinos eram ali testados, embora se guardasse a distância palco-platéia⁵². Um bailarino interagia brevemente com outro até ser deixado só. Então, despencava de frente, inerte. Diversos corpos abandonados, como se perdessem a vida de repente, ou como se fossem lançados ao vazio, despencavam em silêncio até o estampido bruto do encontro com o chão. Cada cena, que culminava em um som impactante, remexia o vazio que jaz nos confins dos espectadores, que reagiam a ela das formas mais diversas e particulares. Nessa apresentação de 2004, era entre os bailarinos que se encenavam manipulações dos corpos seguidos de seus descartes; o nome da peça e sua proposta faziam referência aos experimentos skinnerianos, abrindo a cena a um campo onde já não está em pauta a intersubjetividade, mas a relação entre um sujeito que manipula e um objeto a ser explorado. Já na apresentação-experimento de 2009, éramos nós (o público) a nos confrontarmos com os sentimentos que vêm à tona diante da transformação do outro em objeto a manipular – a proposta incluía, inclusive, o consentimento para isso –, ao mesmo tempo em que era nítido sermos nós – a “plateia teste” – os que estávamos sendo experimentados. Embaralhavam-se de tal maneira os lugares de sujeito e de objeto, que, em certa medida, já não encontrávamos mais nem um nem outro.

Podemos considerar que a cena artística de vanguarda antecipa o movimento de simbolização que urge em seu tempo. Remetendo-nos à palavra francesa *avant-garde*, que originalmente nomeia o batalhão do exército que abre caminho, podemos nos perguntar como abrir caminho no vazio, dar-lhe expressão. No contexto da arte contemporânea,

pode-se dizer que a arte tem materializado o vazio vivido no cotidiano, apresentando-o ao espectador sem muitos retoques, aprofundando o sentimento de perda de ilusões, e deixando em aberto, no campo da recepção estética, o caminho para a elaboração subjetiva. (FRAYZE-PEREIRA, 2008, p. 134)

⁵² A coreografia então apresentada chamava-se “SKR-Procedimento 1”; algumas cenas em forma de *trailer* podem ser vistas pelo YouTube: <http://www.youtube.com/watch?v=qIA0eJ86sF4>.

Assim materializado e radicalmente exposto, *o vazio ganha corpo*. E um corpo em cena, em exposição, ainda que esteja a expressar a inexpressão, pulsa, demanda trabalho do olhar.

A violência vivida no experimento artístico acima descrito fez-me lembrar uma situação ocorrida na 28ª Bienal de São Paulo, um ano antes, em 2008. Essa exposição impunha uma experiência com o vazio, em função da proposta de se manter um pavilhão inteiro, enorme, desocupado. Ficou conhecida, aliás, como “*Bienal do Vazio*”, ainda que o título da mostra fosse “*Em Vivo Contato*”. O amplo saguão vazio, localizado no 2º andar, ficava no centro da mostra, sendo passagem obrigatória para se chegar às obras expostas no 3º. O piso térreo foi transformado em praça, onde aconteciam expressões artísticas efêmeras, nas quais os limites entre público e obra perderam seus contornos.⁵³ O primeiro andar, que de acordo com a curadoria⁵⁴ fazia “a conexão dos acontecimentos na praça com o campo da reflexão e da pesquisa do terceiro andar”, colocava “em movimento a noção de história” ao guardar e apresentar documentos já existentes relativos aos artistas e temas da mostra, e vídeos produzidos ali diariamente. Entre eles, um pavilhão inteiro sustentava o vazio. Diante dos movimentos de artistas, performances, obras e público, aquele espaço potencial encarnava a indeterminação: para além de sua estrutura arquitetônica, sempre restava amorfo.

Mas, que pensar quanto à pichação à qual foi submetido o espaço? Foquemos esse acontecimento: a invasão, de surpresa, seguida da pichação das paredes, colunas e muros de todo o saguão. Para muitos, uma violência, um limite transpassado, espaço arrasado. Para outros, mais uma forma de expressar-se de acordo com a proposta de se estar “em vivo contato”, tão autêntica quanto as demais. Mas o fato é que a reação institucional da Bienal foi a de tratar o acontecido como uma questão policial, perdendo talvez uma oportunidade de se implicar com a radicalidade de sua própria proposta artística.⁵⁵

Nos dois contextos artísticos aqui tratados, o que vemos repetir-se de modos diversos é a *violência de um apagamento*: seja quando um grupo interrompe os movimentos dos

⁵³ Um exemplo disso foi a performance realizada pelo artista Maurício Ianês, que entrou no prédio nu, sem comida, bebida ou qualquer pertence para passar ali doze dias sob “A Bondade de Estranhos”. Esse foi o título de seu trabalho, no qual diz ter buscado desfazer-se de quaisquer mediações no contato com o público: “Procurei pensar num trabalho absolutamente despido de qualquer artifício [...], em que a única coisa que restasse fosse a minha presença e a relação crua com o público”; seu interesse focava, por essa via, a ética do “confronto com a face do Outro” (depoimento encontrado em reportagem em <http://www.28bienalsaopaulo.org.br/artigo/novo-morador>).

⁵⁴ Cf. <http://www.28bienalsaopaulo.org.br/apresentacao>

⁵⁵ No YouTube há alguns vídeos que relatam esse momento. Destaco uma pequena reportagem realizada pela TV Cultura a respeito do acontecido, na qual algumas questões relevantes são levantadas, e que pode ser vista no <http://www.youtube.com/watch?v=AzNtWBOcGWU>.

bailarinos, seja quando os pichadores impregnam de tinta as paredes anteriormente vazias do saguão da Bienal, seja a força de contenção policial, ou até mesmo o trabalho das faxineiras a esfregar litros de produtos de limpeza, ao fim do dia, para apagar os rastros daquela situação. Tais repetições suscitam questões, e para aproximarmo-nos psicanaliticamente delas, a meu ver, é necessário tomar o conceito de sublimação arraigado no de pulsão de morte, indo mais além de uma primeira leitura da obra artística como processo onde somente Eros está em jogo.

Em “O Eu e o Id”, Freud (1923/2011) propõe a ideia de que um caminho talvez geral da sublimação seja o de transformação da libido sexual objetual em libido narcísica, quando o *Eu* se oferece como objeto de amor ao *Id*. Uma relação ideal *Eu-Id*, impelida pelos imperativos do *Super-eu*, poderíamos estritamente comparar ao desfecho do mito de Narciso, ao fundir-se no lago de sua própria imagem. Freud propõe que a identificação com um ideal “tem o caráter de uma dessexualização, ou mesmo sublimação” (p.69), o que leva a uma disjunção das pulsões que antes se encontravam amalgamadas. “O componente erótico não tem mais força, após a sublimação, de vincular toda a destrutividade a ele combinada, e esta é liberada como pendor à agressão e à destruição.” (p. 68-69)

Seria possível pegarmos impulso nessas ideias para buscar encontrar esse processo sublimatório nas expressões artísticas contemporâneas, que seriam então expressões das pulsões de morte desintrincadas de Eros e dos processos de ligação que efetua. No entanto, penso que no campo das artes, de um modo especial, a “aplicação” da teoria psicanalítica como um discurso unilateral gera “interpretações [que] quase sempre são não apenas selvagens, mas sem grande interesse, tanto para a Arte quanto para a Psicanálise” (FRAYZE-PEREIRA, 2006, p.56). Ao contrário, a *complexidade desse campo convoca o pensamento clínico, o que faz a teoria psicanalítica trabalhar*.

Acerquemo-nos aqui de algo curioso relativo ao campo artístico que já não se mostra na arte contemporânea: ver uma obra antes de seu término constituiu-se uma espécie de tabu, de modo que o artista deve esconder o processo, que acontece em seu domínio particular, sendo a obra o término desse movimento íntimo. Seguramente um processo particular está presente na arte contemporânea, mas ele leva em conta um segundo processo que se dará no tempo da recepção da obra, como que dando continuidade ao primeiro. Devemos, então, ter em conta que as manifestações dos artistas contemporâneos são previamente elaboradas, refletidas e “bastante calculadas com recursos extraídos da história da arte, da antropologia, da filosofia e da própria psicanálise” (FRAYZE-PEREIRA, 2008, p. 133). Aqui, quanto aos

propulsores dessas articulações – o experimento proposto pelo Grupo Cena 11 e o pavilhão vazio da Bienal –, podemos considerar que, em ambos os casos, é construído um espaço de expressões no qual as pulsões de morte têm lugar no tempo da recepção estética. Essa construção pelos artistas demanda uma elaboração prévia, investimento libidinal, processos de ligação que justamente darão suporte para que se deem os processos de desligamento e manifestações do vazio junto ao público. Pode-se dizer, nesse sentido, que se trata do *processo de composição de um corpo onde se dará um segundo processo*, pelo qual o que entra “em cena é justamente a relação primordial do homem com tudo aquilo que nega a sua existência” (FRAYZE-PEREIRA, 2011, p. 159), curtos-circuitos nos quais reconhecemos os efeitos da pulsão de morte. Por meio desse suporte, pode ser escancarada a crise do sujeito e da cultura contemporâneos. De modo análogo, em um processo de análise o campo transferencial é o suporte que revela um sujeito em crise. E, se expressões do vazio levam a estados-limite que ameaçam romper esse suporte, a escrita é ainda um recurso para dar sustentação aos processos que urgem ter lugar. Retomaremos e aprofundaremos mais adiante essa comparação. Essa indicação, no entanto, dada aqui, serve-nos para que tenhamos em vista a questão da escrita: fica dada uma sugestão para que mantenhamos essa similaridade em mente enquanto avançamos mais um pouco pelo terreno da arte contemporânea.

Em um mundo onde o Outro é aluído, o esforço estético – descendo às fundações do edifício simbólico – consiste em retraçar as fronteiras frágeis do ser falante, ao mais próximo de seu alvorecer, dessa “origem” sem fundo que é o recalque dito originário (KRISTEVA, 1980, p. 25, tradução nossa).

Em direção às “fundações do edifício simbólico”, parece ser este o caminho aberto pelos artistas que avançam a guarda: o lugar simbólico “arte” se constitui como um corpo onde o que não tem nome pode surgir e, quiçá, ser nomeado, nascer como símbolo. O processo de constituição da obra acontece no artista, em seu domínio particular; mas nesse segundo processo, quando emerge o que não tem nome, todos os participantes do ato artístico estão implicados. Quer dizer, no momento de expressão do vazio, no tempo da realização artística profundamente vinculada à sua recepção estética, obra, artista e público encontram-se no mesmo barco.

O que surge aí é frequentemente abjeto – nem sujeito, nem objeto –, beira o indigerível ao mesmo tempo em que atrai. Segundo Julia Kristeva (1980), o abjeto é algo rejeitado do qual não nos separamos. Paradoxalmente, tão alheio e íntimo ao sujeito, exerce

sobre ele forças de atração e repulsão, problematizando radicalmente a identidade, esfumando as fronteiras do Eu, colocando-o em xeque:

Um peso de sem-sentido que não tem nada de insignificante e que me espreme. À borda da inexistência e da alucinação, de uma realidade que, se a reconheço, me aniquila. O abjeto e a abjeção são, aí, meus anteparos. Origens de minha cultura. (KRISTEVA, 1980, p. 10, tradução nossa)

Análogos, nesse sentido de anteparos, ao sinal de angústia (Freud, 1926/1981), são o abjeto e a abjeção sinais do encontro do sujeito com seus próprios limites, com o limiar do humano. Quer dizer, trata-se de um conceito daquilo que se localiza à beira do irrepresentável, mas cuja representabilidade é latente, pois o sujeito é, concomitantemente, atraído e repellido pelo abjeto; daí o curto-circuito; e daí a urgência de ligar psiquicamente esse campo esfumado.

Talvez possamos aproximar essa noção de Kristeva do conceito freudiano de *Unheimliche* – termo alemão que pode ser traduzido para o português como “inquietante”, “estranho”, “sinistro”, mas em cuja composição encontra-se a palavra “familiar”, “íntimo”, em forma negatizada. Para Freud (1919/2010), um sentimento *Unheimliche* é despertado em situações que põem em cena, com um aspecto de realidade, como se pudessem ser confirmadas, formas de pensamento e crenças infantis já descartadas (recalcadas). O conceito de abjeto radicaliza, a meu ver, esse efeito, pois já não mais se trata de uma ameaça ao sujeito pelo retorno de conteúdos recalçados, mas sim pela posta em cena – com reverberações psíquicas para as quais faz sentido ter o *Unheimliche* freudiano como referência – do próprio limite do campo psíquico, quando nos deparamos com suas bordas.⁵⁶ Consideremos então que, se a psicanálise acontece nessas bordas, pela abertura de confins, a sensação *Unheimliche* serve-nos de referencial.

“Para propiciar ou reinstaurar a situação analítica, o analista deve procurar manter essa posição de *estranho-íntimo* [...] [Nesse sentido,] o registro do *Unheimliche* pode ser considerado como ponto de referência para se definir a instauração ou des-instauração da situação psicanalítica.” (LOFFREDO, 2002, p. 182, grifos da autora).

⁵⁶ Podemos considerar que essa radicalidade da noção de *Unheimliche* já estava presente no próprio texto freudiano de 1919, porém sem que houvesse um corpo conceitual que desse suporte para uma maior aproximação dessa raiz, umbigo da experiência *estranho-familiar* (as noções de pulsão de morte e de id, por exemplo, só tiveram lugar no corpo teórico psicanalítico algum tempo depois).

Quando o lugar artístico instituído impele o público a viver experiências urgentes de simbolização, é justamente esse registro do *Unheimliche* que se abre. O corpo-suporte dessa experiência, assim como acontece em um processo analítico, tanto pode servir de base para o nascimento de traços simbólicos quanto pode, ao revés, ser alvo de ataques (as duas situações aqui abordadas são exemplos disso). Contudo, talvez se possa destacar uma diferença entre a experiência do *Unheimliche* no campo das artes e no campo psicanalítico. Em ambos, o corpo que se oferece serve de sustentação para que surja uma experiência estética estranho-íntima, podendo ela vir a ser ou não elaborada; mas, no segundo, o trabalho de pensar e perlaborar essa experiência disruptiva que se instaura é, claramente, o objetivo. Nesse sentido – agora entrelaçando os campos –, o pensamento clínico psicanalítico pode contribuir quanto à perlaboração daquilo que a arte contemporânea provoca, na medida em que a arte deve ser reconhecida como um âmbito privilegiadamente capaz dessa provocação.

Quer dizer, se “o vazio vivido no cotidiano” (FRAYZE-PEREIRA, 2008, p. 134) encontra no âmbito artístico um meio privilegiado de ganhar corpo, figurar-se, “deixando em aberto, no campo da recepção estética, o caminho para a elaboração subjetiva” (p. 134), também devemos admitir que tal elaboração pode vir a não acontecer no momento da experiência artística; o caminho, então, pode se manter aberto e essa experiência ser elaborada *a posteriori*, mas também essa trilha pode se fechar no tempo da própria experiência estética *Unheimliche*.

A angústia que o vazio desperta aponta para o fracasso do símbolo diante da repetição, e a forma paradoxal pela qual surge na cena psíquica dos limites – angústia de abandono e angústia de invasão – revela os dois riscos que corre um terreno frágil, baldio, humano: desertificar-se e assim nada poder nascer, ou ser alvo da violência de uma invasão destruidora, e igualmente nada poder nascer. De fato, não haveria elaboração possível até que um terreno esvaziado ganhasse corpo, seja durante um processo psicanalítico – no tempo estranho-íntimo da relação transferencial –, seja no primeiro plano de um evento do porte da Bienal de São Paulo, ou no corpo de bailarinos a expressá-lo em uma dança “sem vida”.

Justamente, a possibilidade de elaboração é posta em xeque ao se apagar aquilo que emerge nessas situações. No caso da Bienal, algo que surgiu mediante a proposta de um saguão vazio foi uma ação organizada de pichadores, e podemos questionar se tal situação não poderia servir de mote para indagações. Frayze-Pereira (2008) considera que

quando é no campo da arte que a destrutividade se manifesta, portanto, associada ao absolutamente artificial, cria-se um paradoxo que, junto do público, poderia se transformar em disposição para indagar (p. 132).

No entanto, além dessa possibilidade de abertura de indagações e elaborações, a colocação em cena de algo que, no cotidiano, beira o inumano – a ruptura de uma blindagem – podem justamente suscitar a banalização como naturalização, animalização. Na citação acima o autor se refere à destrutividade apresentada *pela* obra de arte capaz de despertar indagações, e, com elas, associações, elaborações... No contexto da ação organizada pelos pichadores, ainda que o lugar deles fosse ambíguo – artistas, público ou performance? Invasores ou participantes lícitos?⁵⁷ –, podemos questionar se a “destruição da destruição” não leva novamente a um curto-circuito que retira de campo a disposição para indagar, onde se arrisca esquecer o ato e, mais-além, seu próprio esquecimento. Penso que debruçar-se sobre essa destruição seja um modo de a escuta psicanalítica exercer seu papel antagonista em relação ao esquecimento, às pulsões de desligamento.

De modo similar à passagem à escrita impulsionada pelo estado-limite na clínica, as palavras e entrelinhas desta parte da dissertação se enraízam nos estados-limite instaurados nas duas propostas artísticas aqui enfocadas, onde consideramos ter havido um entrave para a elaboração. Em ambas, podemos refletir sobre as reações violentas como um efeito do desamparo a que tais experiências remeteram o público. Vimos anteriormente que a abertura de um ponto de vista pode ser desencadeadora de angústias primitivas; aqui vale ressaltar que, em ambos os casos, a violência apoiou-se em uma ação grupal, algo diametralmente oposto à assunção e implicação quanto a um ponto de vista próprio, oposto a um “caminho para a elaboração subjetiva”; cabe então supor que, diante do trabalho psíquico que foi imposto ao público, a reação tenha sido a de devolver violentamente aquilo que foi apresentado em estado bruto – traços incompreensíveis expelidos do psiquismo, abjeções deixadas às margens – como quem diz: “resolva *isso* você!”. Expressões do vazio insuportável aí se espelham e, no reflexo, surgem como destrutividade, outra face das pulsões de morte.

Podemos ainda considerar que, se um continente é capaz de dar algum contorno de experiência para o que é de uma ordem sem representação, sem símbolo – capaz de dar forma ao vazio e novamente esvaziar-se –, quer seja esse continente o corpo de um bailarino ou um saguão da Bienal, ou o *setting* analítico, ele se torna um potencial alvo de inveja e da destrutividade que ela carrega.

⁵⁷ A edição seguinte da Bienal de São Paulo buscou integrar o mesmo grupo à exposição oficial.

Trata-se de curto-circuitar a possibilidade de uma atividade de representação, de uma atividade de pensamento autônomas. [...] A intenção é impedir no outro o que falta em si: a constituição e o desenvolvimento de um espaço psíquico, de um “quarto próprio”, onde o sujeito poderia encontrar-se encontrando objetos diferentes do objeto primário ao qual se sente inexoravelmente ligado. (PONTALIS, 1977/2005, p. 242)

Na esteira do pensamento bioniano, Green (2002) propõe que “o pensamento clínico da destrutividade responde à necessidade de pensar o antipensamento no trabalho psicanalítico” (p.25). Podemos aqui situar a inveja como um afeto profundamente conectado ao antipensamento, à pulsão de morte e seu mecanismo de desligamento e, portanto, ao vazio; “é um sentimento que, por não suportar a diferença e a criação, implica um ataque às fontes da vida” (FRAYZE-PEREIRA, 2011, p. 168) e, nessa medida, está na raiz da banalização do mal em nossa cultura.

Nesse sentido, no mundo contemporâneo, cabe ao artista uma ação política difícil: pensar o impensável, isto é, o mal quando ele se torna banal. Ou seja, ao fazer frente à cultura do vazio, a arte poderá constituir um campo de tensão permanente na relação com a inveja, que é um sentimento esterilizante da curiosidade e, portanto, um dos determinantes da indigência psíquica de nosso tempo. (FRAYZE-PEREIRA, 2011, p. 168-169)

Quanto ao psicanalista também inserido nesse contexto cultural, é possível considerá-lo em uma posição análoga à do artista no que concerne à função política de “pensar o impensável” e “fazer frente à cultura do vazio”, pôr em suspensão o tempo cotidiano do esquecimento e abrir frentes de perlaboração em relação àquilo que pulsa nas entrelinhas de nosso tempo, sob formas de desligamento e esvaziamento das fontes da vida na contemporaneidade. Superado quicá o tempo em que o analista explicava a arte por meio de suas teorias⁵⁸ – frequentemente amputando a potência de ambas –, talvez possamos delinear agora uma frutífera e contemporânea interlocução entre arte e psicanálise.

Se o artista dá corpo ao vazio, uma repetição pode suceder no tempo do contato difuso com a obra, tal como vimos, por meio do esvaziamento do corpo-suporte, que fica então desconectado de sua potência pensante. Como o que se passa na clínica dos limites, o tempo da experiência já não dá conta de ligá-la psiquicamente, sendo necessário outro momento para isso. O analista, então, implicado nesse estado-limite suscitado pela experiência artística, pode avançar a guarda aí imposta e abrir um campo capaz de deixar surgir para então escutar a indigência de nosso tempo e seus mecanismos de apagamento dessa escuta; nesse caso,

⁵⁸ A psicanálise aplicada à arte, a que Green (1994) considera “uma das doenças infantis da psicanálise” (p. 14).

também a escrita psicanalítica pode ser considerada um recurso que põe em movimento o campo teórico em função de uma restauração, criação ou ampliação das condições de escuta.

A escrita do analista pode ser, nesse sentido, um modo de avançar a guarda e recobrar o caminho de elaboração interrompido no tempo da recepção estética de uma obra que suscita estados-limite; retomemos então o foco no processo de escrita desses estados, agora para compará-lo ao movimento artístico que dá corpo ao vazio e põe em evidência processos de *esvaziamento do esvaziamento*, de *apagamento do apagamento*, por assim dizer.

Quanto ao campo das artes (ao menos as visuais), podemos considerá-lo uma complexa extensão da pele, remetida então a um limite fundamental do Eu, de seu corpo e seu contorno:

Se o homem nasce prematuramente, com uma pele muito fina, muito frágil, muito pura e que, por isso, pede uma proteção artificial, esta não é apenas física, mas, sobretudo, simbólica. Quer dizer, ao nascer, o homem fica exposto num duplo sentido: aos perigos, mas também aos olhares. Ele é com toda certeza o único animal que nasce nu e que faz de sua pele uma superfície a pintar – superfície na qual gradualmente se inscreve uma identidade que a tela, epiderme ultra-sensível, através da pintura e de toda a arte, vai ampliar. (FRAYZE-PEREIRA, 2006, p. 48)

A arte é, sob esse prisma, remetida à nudez originária do homem, e a história da arte, à história da lida com tal nudez. Quanto ao ato da escrita, podemos também pensar em uma lida do homem com o inominável de sua nudez, mas, de todo modo, o livro, já não o pensamos como extensão da pele:

Dentre os diversos instrumentos do homem, o mais intrigante é, sem dúvida, o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio, são extensões de sua vista; o telefone é extensão de sua voz; e então temos o arado e a espada, extensões de seu braço. Mas o livro é outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginação. (BORGES, 1978, citado por Dobarro, 2004, p. 69, tradução nossa)

Se a escrita estende a memória, talvez possamos considerar que a radical nudez da memória seja algo como o esquecimento, um estado originário, umbilical. Especificamente, examinemos a escrita psicanalítica dos limites, na medida em que circunscreve e se aproxima dessa nudez e tangencia o esquecimento. É preciso, primeiramente, considerar que, ao contrário das imagens ou das vozes, um texto ou um livro pertence ao sistema consciente/pré-consciente (*Cs-Pcs*), pois os “traços mnêmicos” ali inscritos, grafados, estão permanentemente acessíveis. Creio que é disso que fala Borges quando associa o livro à

memória. Mas podemos usar essa metáfora como alavanca ao nos perguntarmos se a extensão da memória que um escrito propicia não teria também uma dimensão de extensão do Inconsciente (*Ics*), de extensão que se dirige a uma raiz imemorial, “umbilical”, sem inscrição alguma. A ideia freudiana da escrita apoiada no inconsciente⁵⁹ nos leva por essa via de pensamento; o registro do *Unheimliche* suscitado pelos diversos textos literários também revela essa dimensão da escrita para além daquilo que ela delimita em palavras.

Se o livro é extensão da memória também quanto àquilo que há nela de lacunar, àquilo que escapa e se apaga, prendendo-se nos vãos do texto, então podemos considerar, de fato, a escrita em sua potência de suporte para processos de simbolização. A escrita psicanalítica dos estados-limite – tal como a criação artística contemporânea em sua lida e avanço sobre os limites simbólicos da cultura – é, portanto, um processo de constituição de um corpo onde um segundo processo terá lugar, na leitura, remetendo o leitor aos seus próprios limites, preferencialmente criando condições para que se tornem confins.

⁵⁹ Ideia apresentada na “Introdução”, no subcapítulo “A escrita psicanalítica e suas raízes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É nas ‘sensações confusas que trazemos ao nascer’ que a linguagem deve reencontrar suas fontes, caso ela queira preservar para si a força do nome.”
(FÉDIDA, 1992, p. 191)

Percorrido este caminho até aqui, penso ser possível reconhecer, ao longo do texto, desdobramentos e ganchos para uma série de considerações; algumas, inclusive, se desenvolvem e são expostas no próprio desenrolar dos capítulos. Especialmente no capítulo anterior, em que a escrita é tomada mais enfaticamente como instrumento de pesquisa, se pode notar uma série de possibilidades de articulações e aberturas conceituais. Esse fato dá sustentação à ideia que tínhamos em mente no decorrer desta dissertação, de que a escrita dos estados-limite seria capaz de propiciar tais aberturas. No momento de concluir este trabalho, porém, dessa polissemia do texto, recolheremos nossa ideia central – de que a escrita, impelida pelas situações-limite, permite que as palavras se movimentem – para retomá-la em consideração. Esboçemos brevemente aqui, então, algumas novas ideias e questões quanto à relação da linguagem na escrita psicanalítica com seu núcleo de origem, seu umbigo a-linguístico revelado pelos limites.

Um estado-limite, ao mesmo tempo em que é, na clínica e na teoria, o âmbito onde acontecem processos de desligamento, é também um lugar privilegiado a partir de onde a linguagem pode ser impelida a movimentar-se, talvez, justamente em função dos desligamentos aí efetuados. Quer dizer, o estado-limite, ao confrontar a linguagem com seus limites, a impulsiona a trabalhar em tensão com os processos de desligamento. Quando esse trabalho encontra o suporte da escrita, podemos supor que *os processos vividos no tempo da situação-limite se deslocam para o tempo da composição do texto*, o que leva a rearranjos da linguagem; essa acolhida dos efeitos das pulsões de morte pelo trabalho da escrita – podemos então considerar – justamente reconecta as pulsões de morte a Eros (considerando que essas pulsões tendiam ao desfusionamento no estado-limite). Aos processos de desligamento e de destruição se entrelaçam, portanto, investimento libidinais, de ligação psíquica conduzidas pelo pensamento clínico no ato de escrever, o que leva a reconfigurações e reconstruções como movimentos criativos que repercutem tanto na escuta clínica quanto no campo teórico.

Se algo é vivido no mundo do escritor como uma perda de sentido, o impulso criativo surge para tentar restabelecer de novo a ligação. [...] o mundo é assim reordenado, reinventado ou reformado pela escrita, que proporciona a religação do sentido perdido. (CARVALHO, 1997, p. 84)

A linguagem circunscreverá o campo de não-sentido, ligando-o a si. Nessa medida é como se o trabalho criativo da linguagem tomasse como elemento antagônico o irrepresentável, mas para fazer dele sua mola propulsora. Pois, tal como propõe essa autora, “é próprio do exercício literário [...] tentar incessantemente captar o irrepresentável, pelo movimento contínuo das representações inscritas e materializadas no corpo do texto.” (p. 82)

Cabe apontar que, muitas vezes, um campo de não-sentido não é sem palavras. Um estado-limite pode se estabelecer rodeado de palavras, “quando as palavras são tudo o que resta, [e] nada, – absolutamente nada – garante que a linguagem ainda esteja aí” (FÉDIDA, 1992, p. 194). Podemos reconhecer, em tais circunstâncias, que a origem – onde a “linguagem deve reencontrar suas fontes” (p. 191) – já não se revela como um lugar de confusão nascente, mas como naturalização e morte; então, a própria linguagem enrijece, ou, melhor dizendo, as palavras perdem seu vínculo com a linguagem e se tornam um instrumento de expressão da compulsão à repetição. As palavras, nesse sentido, estariam mais próximas ao *ato* como descarga, desprovido de representação, do que às *representações de coisas* onde se enraíza a linguagem. A escrita psicanalítica, quando transita pelos lugares já consolidados e cristalizados de seu campo, é capaz de interrogá-lo e recriá-lo ao ligar as palavras novamente à linguagem... Nesse sentido, paradoxalmente, a escrita “não cessa de fortificar o império dos signos para, no mesmo movimento, recusar-lhe a tirania. Para celebrar o que está aquém, além das fronteiras.” (PONTALIS, 1991, p. 121).

Dentre as diversas possibilidades de considerações que este capítulo de fechamento permitiria, seguindo essas linhas aqui já esboçadas, gostaria de indicar uma bifurcação nesta finalização, um desdobramento deste capítulo em dois breves subcapítulos: o primeiro sendo uma revisitação às ideias expostas na introdução desta dissertação quanto às raízes da escrita psicanalítica e, o segundo, uma articulação entre o trabalho de escrita do analista e sua formação, considerando presente no tempo da escrita, em relação ao campo psicanalítico, um movimento dialético de identificação e diferenciação.

RAÍZES DA ESCRITA PSICANALÍTICA REVISITADAS PELA EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS-LIMITE

Expus ter sido a escrita de um processo de análise que me parecia estagnado o que me ajudou a definir o tema deste trabalho; naquele momento da análise em questão, todo e qualquer avanço anunciava um corte brusco no processo. Configurou-se uma situação onde qualquer movimento na análise era ameaçador e fortemente atacado, no entanto, ficar parado levava a repetições que igualmente eram ameaçadoras de uma mortificação e apagamento da história analítica; foi exatamente uma constatação de avanço nesse processo de análise apoiado no trabalho de escrevê-lo que me suscitou a ideia de ser a escrita nos estados-limite um recurso de ampliação da escuta psicanalítica. Recolherei de minha memória um fragmento clínico dessa análise que poderá facilitar nossas associações e considerações nesta parte final da dissertação. Não apresentarei desse atendimento mais que um sonho, que aconteceu no tempo dessa escrita; na realidade, nem era exatamente um sonho, mas sim o relato de um clipe⁶⁰ que, na sessão, no compasso das associações no campo transferencial, teve esse estatuto onírico:

Uma moça, em uma floresta, desenterra um livro em cuja capa tem seu rosto. As páginas estão totalmente em branco, mas quando ela o abre, o livro começa a escrever-se: “Um dia encontrei um grande livro enterrado profundamente em uma floresta...” A história vai sendo assim escrita a partir desse encontro da moça com o livro; ela está muito fascinada, lendo sua história que se escreve, até que resolve levar o livro a um editor. Ele se entusiasma e decide publicá-lo. A parceria entre a moça e o editor torna-se um casamento e a publicação é um sucesso; todas as pessoas nas ruas e nos trens estão lendo o livro. Então, uma peça é encenada em um grande teatro, contando essa história. Aí começa uma espécie de pesadelo repetitório, pois se estabelece uma circularidade: na peça, a moça encontra o livro, que é publicado com sucesso e encenado; aí, outra encenação começa a acontecer dentro da primeira, onde a moça encontra o livro, ele é publicado e vai aos palcos, onde começa tudo de novo, mas a cada vez com um quê a mais de artificialidade, cada vez mais distante daquele encontro primeiro na floresta... abre-se outra cena idêntica, e outra, e aos poucos uma vegetação vai tomando conta da cena e da plateia; a aliança entre a moça e o editor se desfaz e o livro começa a se apagar. A floresta toma conta de todos os espaços, cobrindo o editor, a moça e o livro em branco.

⁶⁰ O vídeo pode ser visto do YouTube: <http://www.youtube.com/watch?v=x5nNfbTS6N4>. Trata-se do clipe da música “Bachelorette”, de Björk.

Para além dos desdobramentos e articulações que esse sonho produziu na análise – remetidos, entre outras coisas mais específicas, às repetições que vínhamos vivendo e ao risco insistente de uma destruição da memória e do percurso analítico –, podemos tomá-lo aqui como uma figuração, um paradigma daquilo que está em processo no estado-limite: um apagamento não apenas de uma história, mas da própria possibilidade de escrevê-la; radical retorno à origem, onde já nem livro há mais. Devemos aqui, portanto, destrinchar essa raiz de aspecto limítrofe da escrita psicanalítica, que se remete à impossibilidade do sonho, e da escrita.

Podemos considerar as situações extremas vividas no campo transferencial, como vimos, situadas no “extremo do campo interpretativo”, no umbigo inalcançável do sonho – e não poderíamos dizer: no *não sonhável do sonho?* –; se esse ponto extremo exerce uma força de atração para si, para esse “lugar sem sonho”, então o trabalho da análise perante esse limite passa por uma abertura, no pensamento clínico, para o *estado do sonhar*; consideramos que a escrita, nas situações-limite, está antes implicada em certo resgate desse estado do que em ser uma via de decifração de sentidos oníricos; ou seja, está mais do lado da *possibilidade da figuração* que da *interpretação* das figuras que surgem.

Quando saudamos, num tratamento, como sendo um acontecimento psíquico, o advento ou o retorno da capacidade de sonhar [...] não é apenas porque vemos nisso uma oportunidade, para nosso paciente, de entrar em contato com aspectos recalcados ou clivados de sua pessoa. É porque pressentimos que essa capacidade oferece uma possibilidade de suscitar nele um outro regime de pensamento (PONTALIS, 1991, p. 47)

Um acontecimento psíquico similar pode ter lugar em uma análise, agora do lado do analista, no tempo de sua escrita: quando se abre para ele uma possibilidade de escrever a partir de um evento onde não houve condições de trabalho psíquico, igualmente podemos saudar o advento ou o retorno da capacidade de “sonhar” de seu pensamento clínico, de sua capacidade de escuta sobre determinada situação ou atendimento. Interpretações poderão vir a ter lugar, nesses casos, em um segundo momento, mas serão calcadas nesse primeiro movimento, que é como o de desenterrar um livro em branco, encontrar ou construir um suporte onde traços possam se inscrever.

Nesse sentido, as raízes da escrita psicanalítica levam-nos, conduzidos pelos estados-limite, às margens de sua própria possibilidade. Tal como expressa o clipe-sonho relatado acima, os tempos de repetição são os de um apagamento da memória, da história e, no limite, da existência. Esse acontecimento onírico revela, de um lado, a existência de um suporte no

campo transferencial para essa figuração, a partir de onde escutar (nesse sentido, pude saudar essa possibilidade do sonhar no percurso dessa análise!); de outro, o que esse sonho põe em cena é a radical realização de um desejo: de apagamento do texto que vinha sendo escrito e também de seu suporte – o livro, a análise, de volta ao pó da terra. Nesse momento, o trabalho da análise lutava contra seu apagamento... (a escrita fazia parte dessa luta).

Toda psicanálise nos fala da morte infiltrada na vida. E, se o trabalho do psicanalista visa a que o espaço psíquico não seja apenas uma superfície e ganhe corpo, ganhe espessura, carne, adquira uma liberdade de movimento e de jogo, isso implica que ele não pode evitar o trabalho antagonista da morte, que tem de ir a seu encontro. (PONTALIS, 1977/2005, p. 261)

Ainda quanto aos sonhos, podemos reconhecer esse “trabalho da morte” – impossibilidade de adensamento do espaço psíquico – pela sua ausência. Sendo mais preciso, não propriamente em sua ausência, mas naquilo que ela indica: a falta de um suporte para a vida onírica. Pois devemos considerar que o sonho – tal como Freud (1920/2010) propõe em “Além do princípio do prazer” –, não é capaz de realizar sua função antes que outra tarefa se tenha realizado; ou, nas palavras de Pontalis (1977/2005), “o processo do sonho não poderia funcionar segundo sua lógica própria enquanto o espaço – o ‘sistema psíquico’ – do sonho não estiver constituído como tal” (p. 43-44).

De volta agora à nossa analogia, podemos considerar o trabalho antagonístico das pulsões de morte na raiz da escrita dos estados-limite. Mas, se uma ruptura no tecido onde se inscreve o sonho pode ser comparada à ruptura da possibilidade de escuta por parte do analista nos estados-limite, essa comparação não pode ser pensada simplesmente sob o prisma da relação dual analista/analizando; afinal, a distância abissal que então se abre não é entre analista e analisando, mas fundamentalmente entre analista e campo psicanalítico. Podemos, nesse sentido, reconhecer no trabalho de escrita do analista um labor antagonístico aos processos de desligamento entre ele próprio e sua escuta clínica (sustentada pelo campo psicanalítico); porém, mais radicalmente, esse antagonismo deve ser reconhecido em um trabalho permanente que se dá no seio do campo psicanalítico, desde sua origem: o trabalho de sustentar-se como um livro – seu corpo teórico – aberto à escrita.

“Por meio dos meus recursos é um outro que fala em mim e me transforma até que eu tenha novos órgãos.” (PARENTE, 2007, p. 360)

Reconhecemos, então, o campo psicanalítico como um “livro aberto”, escrito e reescrito permanentemente a partir da clínica; sua permanente transformação permite-nos “falar legitimamente de um *movimento* analítico” (PONTALIS, 1977/2005, p.214).

Como ponto de partida para nossas derradeiras considerações, tomemos em conta esta constatação, que certamente não se restringe aos escritos psicanalíticos:

o que liga num único movimento a seqüência das palavras de que é feito um livro é um mesmo e imperceptível desvio em relação ao uso, é a constância de uma certa extravagância. Ao entrar num cômodo, pode-se ver que *alguma coisa* mudou, sem que se saiba dizer o quê. Ao entrar num livro, sinto que todos os termos mudaram, sem que eu possa dizer em quê. Novidade de uso, definida por um certo e constante desvio que a princípio não sabemos explicar, o sentido do livro pertence à linguagem. (M.-PONTY, 2002, p. 166, grifos do autor)

Acima, propusemos que o campo da linguagem serve de sustentação para que processos de desligamento possam acontecer; e que, no tempo desses processos, se a função de suporte da linguagem não é destruída – através de um enrijecimento ou apagamento –, se encontram presentes as condições pelas quais as palavras se podem ordenar de modos originais e insuspeitados, o que conduz a esse efeito apontado por M.-Ponty.

Entretanto, acrescentamos agora que o tempo da composição de um texto que venha a aportar novidades ao campo no qual se inscreve é necessariamente atravessado pelas tensões que enfocamos, sob diversos prismas, ao longo deste trabalho; tratando-se de textos psicanalíticos, as tensões que permeiam os textos são aquelas vividas nos estados-limite da experiência clínica. Se o terreno psicanalítico como um todo é profundamente transformado a partir de tais circunstâncias, devemos nos ater ao fato de que essa transformação se assenta na experiência clínica, íntima, dos analistas, no terreno íntimo da relação subjetividade/alteridade. Em contrapartida, não devemos ignorar que o terreno psicanalítico se constitui como um “porto” para o analista, ou – como já destacamos – os laços transferenciais afetivos do analista com a psicanálise, seu “*setting* não material”, constituem parte fundamental dessa experiência.

Nesse sentido, podemos estabelecer algumas reflexões quanto aos movimentos do analista em relação às fronteiras de seu campo – isto é, no próprio tempo de sua escuta clínica – comparando-os aos do *viajante*, tal como o define o filósofo S. Cardoso (1989).

Reconhecemos, no analista e no viajante, laços com um território identitário que fazem com que a travessia das fronteiras impliquem em nascimentos de pontos de vista.

Se [o analista, tal como] o viajante fura o horizonte da proximidade e transpõe os limites de seu mundo para fixar a atenção mais além [...], é sempre pelos vãos do próprio mundo que ele penetra, na medida em que surgem brechas na sua evidência, abrindo passagem na paisagem ou contornando desníveis e vazios. (p. 359)

As figuras do *sedentário* e do *nômade*, também evocadas por esse autor, podem servir aqui de contraponto. De um lado, os primeiros

chegam mesmo a riscar o espaço com grande desembaraço [...], e podem percorrer toda a terra... No entanto, nunca viajam. Pois as direções se tornam indiferentes [...] e as distâncias desprezíveis, quando se está por toda parte em casa. (p. 351)

De outra parte, reconhecemos que

há também homens inquietos – curiosos ou insatisfeitos – aos quais o ponto cego do horizonte obseda, constantemente fustiga e desafia. [...] Assim, dificilmente param em casa (se chegam a ter uma); e sua atração pelas fronteiras parece torná-los quase inevitavelmente viajantes. Porém, como freqüentemente se desgarram pelo mundo e perdem de vista as balizas das rotas, o ponto de partida e a orientação de um caminho devemos nos perguntar se, propriamente, viajam. Pois as direções e os sentidos também parecem tornar-se indiferentes quando dilui-se o desejo (no qual, sabemos, a prospecção da atração quase nunca se desata inteiramente de uma certa retrospectiva da nostalgia) de um lugar de aconchego – se não de um bom porto, de uma estação hospitaleira –, ou quando, no percurso, se ignoram os sinais do contínuo e se desdenha no mundo qualquer identidade. (p.351-352)

A lida com o território estrangeiro, com o outro, por uma ou outra dessas vias contrapõe-se ao trabalho psicanalítico, na medida em que podemos situar o analista em uma posição que não dilui a alteridade nem se agarrando, nem se desgarrando de seu território de origem. Ao contrário, análises, assim como viagens, são “sempre experiências de estranhamento [...] [que carregam] sempre desarranjos internos ao próprio território do viajante [ou do analista], advindos das fissuras e fendas que permeiam sua identidade” (p. 359).

Podemos então, em uma primeira consideração embasada nessa comparação, situar a escrita psicanalítica impulsionada pelos estados-limite como sendo um retorno do analista – após uma incursão pelos terrenos estrangeiros de uma análise – ao seu território de origem,

quando ele aí aporta necessariamente modificado pela experiência da alteridade; por meio da escrita, o analista leva ao campo psicanalítico as novidades que ressoam o contato com o estrangeiro; então, em seu texto se pode reconhecer que “algo mudou”, tal como indicado por M.-Ponty, quando as palavras se rearranjaram de um modo original... Mas, se ficássemos somente com essa perspectiva, deixaríamos de considerar algo essencial que se depreende desta dissertação. Levaríamos em conta tão somente – o que já não é pouco – as transformações vividas pelo analista no âmbito da relação com o analisando no campo transferencial; a escrita, então, seria tomada apenas como um canal de transmissão dessa experiência e o texto, um reflexo.

No entanto, sublinhamos algo que esta dissertação deixa ver: *que no próprio tempo em que escreve, há labor e transformação do analista, visto que esse momento é também de lida com a alteridade*. Quer dizer, a própria empreitada da escrita é, em si mesma, entrada em um território estranho-familiar, já que “a estrutura da língua está fincada no nosso ser, mas o ato de escrever surpreende e inova-se infinitamente” (PARENTE, p. 361). Quando o analista se põe a escrever impulsionado por um estado-limite vivido no tempo de um processo de análise, ele experimenta algo como um estado-limite também no tempo em que escreve; mas a angústia que aí é suscitada pode ser ligada ao movimento de um pensamento clínico, já que o analista encontra, na linguagem e no campo teórico psicanalítico, espaço para novas articulações e pontos de vista.

Se a experiência dos estados-limite, como vimos, desconecta o pensamento do corpo do analista, apartando-o de sua escuta, então devemos considerar sua escrita como reconexão entre seu corpo e seu pensamento; nesse sentido, a escrita dos estados-limite é vivida “de forma visceral [...] [e] de modo algum se distancia do corpo que a imprime” (PARENTE, 2007, p. 361). Tomo de empréstimo todo este trecho, que me parece expressar com clareza essa ideia:

A seiva que alimenta a escrita psicanalítica e o processo analítico tem a mesma matriz orgânica. Os rastros do inconsciente e as marcas corpóreas cravadas pelos caminhos pulsionais percorridos num trabalho de análise inscrevem uma sintaxe psíquica que se revela sempre de forma desconcertante e imprevisível numa nova sessão. O mesmo se dá com a escrita: a estrutura da língua está fincada no nosso ser, mas o ato de escrever surpreende e inova-se infinitamente. [...] Assim como aquele que escreve se espanta com o outro que exala das palavras que vão pouco a pouco se inscrevendo no papel, o sujeito que se aventura no trabalho analítico descobre o que é psicanálise somente ao mergulhar efetivamente nesse longo processo, desvendando-se, surpreendendo-se, criando-se. Dito de outro modo: da mesma forma que a escrita é orgânica e viva, a análise não

perpassa um circuito meramente mental, ela se faz pelas entranhas, e é de cada experiência que emerge um apelo para que esta seja expressa. (p.361)

Para finalizar, desejo retomar a analogia entre a posição do analista e a do viajante, mas agora para pensar a escrita psicanalítica como viagem, como percurso que implica, no analista, um movimento dialético de identidade e diferenciação. Por um lado, somente sou capaz de uma escrita psicanalítica a partir de um pertencimento que me põe em interlocução com o campo psicanalítico. Ou mesmo, mais radicalmente, “talvez só se escreva a partir de uma afasia secreta, para superá-la, tanto quanto para manifestá-la” (PONTALIS, 1991, p.127); ou seja, uma comunidade linguística dá condições de expressão e auto-reconhecimento e, nesse sentido, atrelado ao ato de escrever, podemos vislumbrar um movimento de recomposição ou religação identitária.

Já no vértice da diferenciação, o tempo da escrita revela que as palavras têm “o extraordinário poder de me atrair para fora de meus pensamentos, abrem em meu universo privado fissuras por onde irrompem *outros pensamentos*” (M.-PONTY, 1991, p. 266, grifos do autor). Se o campo da alteridade irrompe no movimento da escrita, o analista, ao escrever, se diferencia do campo em que se encontra. Porém, tal como o viajante em relação aos caminhos estrangeiros, é nos vãos de sua identidade que o outro se pode revelar:

Assim, nesse sentido de estranheza, de “alheamento” e distância, seu mundo não se estreita, se abre; não se bloqueia, mas experimenta a vertigem da desestruturação (sempre, em alguma medida, marcada pela perda e pela morte) que lhe impõem as alterações do tempo. É desta natureza o estranhamento das viagens: não é nunca relativo a um outro, mas sempre ao próprio viajante; afasta-o de si mesmo, deflagra-se na extensão circunscrita de sua frágil familiaridade, no interior dele próprio. (S. CARDOSO, p. 359)

Compreendemos por ela [pela experiência da viagem] que o “estrangeiro” está sempre já delineado – latente e invisível – nas brechas de nossa identidade, na trilha aberta por nossa própria indeterminação. Não o podemos apanhar fora, só o tocamos dentro (de nós mesmos), pagando o preço da nossa própria transformação. (p. 360)

Ao considerarmos essa dinâmica de identificação/diferenciação no tempo da escrita do psicanalista, podemos deixar aberta a ideia de que nesse movimento – que trata de lidar com os limites impostos pelo trabalho clínico, que busca criar a partir da alteridade – se dá parte de seu trabalho de formação, onde se pode reconhecer uma espécie de depuração de um estilo pessoal.

“O que o autor e o leitor esperam então obter não é, como no caso do escrito científico, uma verdade conclusiva, nem mesmo um fragmento único de verdade, mas a ilusão de um começo sem fim. [...] Enquanto houver livros, ninguém – nunca – terá a última palavra.”
(PONTALIS, 1991, p.134)

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 197 p.

ANDRÉ, J. (Org.). *Les états limite: nouveau paradigme pour la psychanalyse?* Paris: PUF, 1999. 148 p.

BARANGER, M.; BARANGER, W. *Problemas del Campo Psicoanalítico*. Buenos Aires: Kargieman, 1969. 260 p.

BARONE, L. A Escrita do Analista: Investigação, Teoria e Clínica. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 71, p. 223-230, dez. 2006.

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1).

BIRMAN, J. *Metapsicologia, Pulsão, Linguagem, Inconsciente e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (Ensaios de Teoria Psicanalítica, v. 1).

_____. Um Futuro para a Psicanálise? Sobre os Impasses Atuais do Psicanalisar. In: _____. *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 141-189.

BORGES, J. L. *El Libro*. [24 de maio, 1978]. Conferência pronunciada na Universidade de Belgrano.

CARDOSO, M. R. (Org.). *Limites*. São Paulo: Escuta, 2004. 220 p.

CARDOSO, S. O olhar viajante, do etnólogo. In: Aduato Novaes. (Org.). *O Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 347-360.

CARVALHO, A. C. Escrita: remédio ou veneno? *Percurso*, São Paulo, n. 18, p. 79-86, 1997.

CHABERT, C.; BRUSSET, B.; BRELET-FOULARD, F. *Névroses et fonctionnements limites*. Paris: Dunod, 2006. 183 p.

COELHO JR., N.; GETLINGER, P. Fronteiras no Trabalho Clínico com Casos-limite. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 71, p. 151-169, dez. 2006.

DALÓ, L. O Nascimento de uma Família no Processo de Análise de uma Criança. In: Colóquio 100 Anos de Psicanálise com Crianças, 1., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 2009. CD-ROM.

_____. Cura, Mediação Simbólica, Nutrição Psíquica (Uma Forma Contorna o Caos). In: BARONI, L. M. C. (Coord.). *Interpretação e Cura: V Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos por Escrito*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2010. p. 291-306.

DOBARRO, A. N. *Jorge Luis Borges: La biblioteca, símbolo y figura del Universo*. Barcelona: Anthropos, 2004. 192 p.

FÉDIDA, P. Modalidades da Comunicação na Transferência e Momentos Críticos da Contratransferência. In: _____. (Org.). *Comunicação e Representação: Novas Semiologias em Psicopatologia*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Escuta, 1989. p. 91-123.

_____. *Nome, figura e Memória: A linguagem na situação psicanalítica*. Tradução de Martha Gambini, Cláudia Berliner. São Paulo: Escuta, 1992. 236 p.

_____. *O Sítio do Estrangeiro: A Situação Psicanalítica*. Tradução de Eliana B. P. Leite, Martha Gambini, Mônica Seincman. São Paulo: Escuta, 1996. 244 p.

FERENCZI, S. (1924). *Thalassa: Ensaio sobre a Teoria da Genitalidade*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 126 p.

_____. (1928). *Elasticidade da técnica psicanalítica*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Obras Completas, v.4).

FERRO, A. Exercícios de Estilo. In: _____. *Na Sala de Análise: Emoções, Relatos, Transformações*. Tradução de Mercia Justum. Rio de Janeiro: Imago, 1998. p. 43-82.

FIGUEIREDO, L. C. Presença, implicação e reserva. In: _____.; COELHO JUNIOR, N. *Ética e técnica em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 9-50.

FRAYZE-PEREIRA, J. A. Psicanálise, teoria dos campos e filosofia: a questão do método. In: BARONE, L. M. C. (Coord.). *O psicanalista, hoje e amanhã: II Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos por Escrito*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 101-118.

_____. A Psicologia entre a estética e a história da arte. In: _____. *Arte, Dor: Inquietudes entre Estética e Psicanálise*. Cotia/SP: Ateliê, 2006. p. 31-54.

_____. Sobre a Perda da Simbolização: Arte e Inveja na Era do Vazio. In: LOPES, A.; PESSOA, F. (Orgs.). *Arte em Tempo Indigente*. Vila Velha/ES: Museu Vale, 2008. p. 124-145.

_____. Arte e Inveja: relações entre amor e ódio, clínica e política na era do vazio. *Ide*, São Paulo, v. 34, n. 52, p. 157-171, ago. 2011.

FREUD, S.; BREUER, J. (1895). *Estudios sobre la Histeria*. In: FREUD, S. *Obras Completas*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. p. 39-168. (Obras completas, tomo 1).

FREUD, S. (1891). *A Interpretação das Afasias*. Tradução de António Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 92 p.

_____. (1895). *La Neurastenia y la Neurosis de Angustia: Sobre la Justificación de Separar de la Neurastenia Cierta Complejo de Síntomas a Título de 'Neurosis de Angustia'*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 1).

_____. (1850[1895]). *Proyecto de una psicología para neurólogos*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 1).

_____. (1900). *La Interpretación de los Sueños*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 1).

_____. (1913). *Totem y Tabú*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 2).

_____. (1914). *Recordar, Repetir e Elaborar*. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas, v. 10).

_____. (1915). *O Inconsciente*. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas, v. 12).

_____. (1916-1917). *Lecciones Introductorias al Psicoanálisis*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 2).

_____. (1917). *Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos*. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas, v. 12).

_____. (1918). *História de uma neurose infantil: “O Homem dos Lobos”*. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas, v. 14).

_____. (1919). *O Inquietante*. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas, v. 14).

_____. (1920). *Além do Princípio do Prazer*. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas, v. 14).

_____. (1921). *Psicologia de las Masas y Analisis del Yo*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 3).

_____. (1922). *Psicoanálisis y Teoría de la Libido. Dos Artículos de Enciclopedia*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 3).

_____. (1923). *O Eu e o Id*. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas, v. 16).

_____. (1925). *Alguns complementos à interpretação dos sonhos*. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas, v. 16).

_____. (1926). *Inhibición, Síntoma y Angustia*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 3).

_____. (1937). *Construcciones en Psicoanálisis*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 3).

_____. (1938). *Algunas Lecciones Elementales de Psicoanálisis*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 3).

_____. (1938b). *Compendio del Psicoanálisis*. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. (Obras Completas, tomo 3).

GREEN, A. (1979). O Silêncio do Psicanalista. Tradução de Marcelo Sant'Anna Pereira; Myrian Anne Mascaux. *Psique*, São Paulo, n.14, p. 13-38, 2004.

_____. Sobre a loucura pessoal. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli. Rio de Janeiro: Imago, 1988. 394 p.

_____. Conceituações e Limites. In: _____. *Conferências Brasileiras de André Green: Metapsicologia dos Limites*. Tradução de Helena Besserman Vianna. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 11-32.

_____. *Revelações do inacabado*. Tradução de Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1994. 126 p.

_____. (2002). Pour Introduire la Pensée Clinique. In: _____. *La Pensée Clinique*. Paris: Odile Jacob, 2002. p. 9-34.

_____. (2002b). Histeria e estados-limite: quiasma. Novas perspectivas. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 465-487, 2002.

HANNS, L. A. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. 508 p.

HERRMANN, F. *Clínica Psicanalítica: A Arte da Interpretação*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 208 p.

_____. *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 210 p.

_____. Introdução: O Momento da Teoria dos Campos na Psicanálise. In: BARONE, L. M. C. (Coord.) *O Psicanalista, Hoje e Amanhã: II Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos por Escrito*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 11-24.

_____. Primeira Meditação: A História da Psicanálise como Resistência à Psicanálise. In: _____. *Da Clínica Extensa à Alta Teoria: Meditações Clínicas*. No prelo. (Curso ministrado na SBPSP e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP do segundo semestre de 2002 ao primeiro semestre de 2006).

_____. Clínica Extensa. In: BARONI, L. M. C. (Coord.) *A Psicanálise e a Clínica Extensa: III Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos por Escrito*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 17-31.

KERNBERG, O. Borderline personality organization. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, New York, v. 15, n. 3, p. 641-685, july/1967.

LACAN, J. O Mestre Castrado. In: _____. *O Averso da Psicanálise*. Tradução de Ari Hoitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 81-94. (O Seminário, livro 17, 1969-1970).

_____. Édipo e Moisés e o Pai da Horda. In: _____. *O Averso da Psicanálise*. Tradução de Ari Hoitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992b. p. 95-110. (O Seminário, livro 17, 1969-1970).

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise*. 3. ed. rev. e ampl.. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 552 p.

LLOPIS-SALVAN, N. L'écriture en psychanalyse: une abréaction du traumatisme de la cure? *Revue Française de Psychanalyse*, Paris, Tome 74, n. 2, p. 453-466, avril/2010.

LOFFREDO, A. M. Em busca do referente, às voltas com a polissemia dos sonhos: a questão em Freud, Stuart Mill e Lacan. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 169-197, 1999.

_____. Sobre a Escrita dos Casos Clínicos Freudianos. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 35, n. 64-65, p. 175-189, 2002.

_____. et. al. Ler Freud: apreensões em torno do originário. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 37, n. 68, p. 11-30, 2004.

_____. Parábolas freudianas: as narcísicas feridas e o arqueólogo. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 289-308, 2006.

LOUREIRO, I. Sobre algumas disposições metodológicas de inspiração freudiana. In: QUEIROZ, E. F.; SILVA, A. R. R. (Orgs.). *Pesquisa em Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, 2002. p. 143-156.

MAHONY, P. J. *Sobre a definição do discurso de Freud*. Tradução de Francisco Inacio Pinkusfeld. Rio de Janeiro: Imago, 1990. 118 p.

MASSON, J. M. (Ed.). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986. 503 p.

M.-PONTY, M. O homem e a adversidade. In: _____. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 253-275.

_____. *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac-Naify, 2002. 192 p.

_____. A Criança Vista pelo Adulto. In: _____. *Psicologia e Pedagogia da Criança*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 83-164.

MCDOUGALL, J. Prefácio. In: _____. *Alegato por Cierta Anormalidad*. Tradução de Italo Manzi. Barcelona: Petrel, 1982. p. 5-15.

_____. Entre a Estase e o Êxtase: Reflexões sobre a Elaboração em Psicanálise. In: _____. *Teatros do Eu: Ilusão e Verdade no Palco Analítico*. Tradução de Orlando Coddá; Revisão técnica de Pedro Henrique Bernardes Rondon. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. p. 23-35.

_____. Além das seitas psicanalíticas, em busca de um novo paradigma. In: _____. *As Múltiplas Faces de Eros*. Tradução de Pedro Henrique Bernardes Rondon; Revisão de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 251-264.

MCDOUGALL, J. (Org.). *Divã de Procusto: O peso das palavras, o mal entendido do sexo*. Tradução de Débora Regina Unikowski. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. 88 p.

MIJOLLA-MELLOR, S. A Regressão Produtora de Teorias em Psicanálise. Tradução de Eduardo Berendok. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 131-149, 2002.

MUNHOZ, C. O Psicanalista e as Teorias Psicanalíticas. In: _____. *A Relação entre o Psicanalista e suas Teorias*. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009, p. 60-94.

_____. (2009b) Teoria e Sociedades Psicanalíticas: A Formação do Psicanalista. In: _____. *A Relação entre o Psicanalista e suas Teorias*. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009. p. 28-59.

OGDEN, T. *Os Sujeitos da Psicanálise*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. 220 p.

_____. What's True and Whose Idea Was It? In: _____. *This Art of Psychoanalysis: Dreaming Undreamt Dreams and Interrupted Cries*. Londres: Routledge, 2005. 143 p.

PARENTE, A. A. M. O leitor, o escritor e a experiência analítica: o gesto da escrita na psicanálise. *Trieb*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 355-366, dezembro/2007

PIRES, L. Super-ego e Supervisão: Resistências ao Novo e Imperfeito. No prelo. (Texto em fase de elaboração, a ser publicado como parte de tese de doutorado).

PONTALIS, J.-B. (1977). *Entre o Sonho e a Dor*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Idéias & Letras, 2005. 280 p.

_____. *A Força de Atração*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 141 p.

_____. A Melancolia da Linguagem. In: _____. *Perder de Vista: da Fantasia de Recuperação do Objeto Perdido*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991b. p. 143-146.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 874 p.

ROUSSILLON, R. A função limite da psique e a representância. *Revista de Psicanálise da SPPA*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 257-273, ago/2007.

SEARLS, H. *My work with borderline patients*. Northvale, NJ: Jacob Aronson, 1986. xvi, 409 p.

TAFFAREL, M. Perdas e Recuperações do Método na História da Psicanálise: Alguns Exemplos. In: BARONE, L. M. C. (Coord.). *O Psicanalista, Hoje e Amanhã: II Encontro*

Psicanalítico da Teoria dos Campos por Escrito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 73-84.

_____. (2003) A Alta Teoria: Uma Proposta para a Recorrente Questão da Relação Teoria-Prática. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 36, n. 66/67, p. 111-119, dez/2003.

VIDERMAN, S. *La construction de l'espace analytique*. Paris: Denoël, 1970. 348 p.